

Volume 2 :

Maria Lécia Corrêa
Monica Piccolo Almeida

Volume 2 :

ISBN 978-85-7648-824-8



História do Brasil IV :



História do Brasil IV

cederj



UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL

Ministério da
Educação





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

História do Brasil IV

Volume 2

Maria Leticia Corrêa
Monica Piccolo Almeida



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Apoio:



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000

Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de História

UNIRIO – Mariana Muaze

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Maria Letícia Corrêa
Monica Piccolo Almeida

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Fábio Peres

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Henrique Oliveira
Paulo Alves

AValiação DO MATERIAL DIDÁTICO

Thais de Siervi

Departamento de Produção

EDITOR

Fábio Rapello Alencar

COORDENAÇÃO DE REVISÃO

Cristina Freixinho

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Carolina Godoi
Cristina Freixinho
Elaine Bayma
Thelenayce Ribeiro

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Ronaldo d'Aguilar Silva

DIRETOR DE ARTE

Alexandre d'Oliveira

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Alessandra Nogueira
Carlos Cordeiro

ILUSTRAÇÃO

Clara Gomes

CAPA

Clara Gomes

PRODUÇÃO GRÁFICA

Verônica Paranhos

Copyright © 2012, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

C824h

Corrêa, Maria Letícia.

História do Brasil IV. v. 2. / Maria Letícia Corrêa, Mônica Piccolo Almeida – Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2012.

216 p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN 978-85-7648-824-8

1. Forças armadas. 2. Jânio Quadros. 3. Ditadura militar – economia e industrialização. 4. Resistência – luta armada. 5. Neoliberalismo. 6. Abertura política. . I. Almeida, Mônica Piccolo. II. Título.

CDD 981

2012.1

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT e AACR2.
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Silvério de Paiva Freitas

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Vieiralves

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL
FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Aloísio Teixeira

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Motta Miranda

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

Aula 9 – Forças Armadas e política: a Escola Superior de Guerra e a Doutrina de Segurança Nacional _____	7
Maria Letícia Corrêa	
Aula 10 – Os governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) e a crise política _____	35
Maria Letícia Corrêa	
Aula 11 – Legitimidade e coação no pós-1964: institucionalidade partidária e repressão _____	65
Monica Piccolo Almeida	
Aula 12 – Economia e industrialização na ditadura civil-militar: bases políticas e institucionais do “Milagre Econômico” (1968-1973). O novo contexto econômico internacional e a crise do “Milagre Econômico” (1973-1979) _____	93
Monica Piccolo Almeida	
Aula 13 – As militâncias em oposição à ditadura militar: movimento estudantil e luta armada. Movimentos da sociedade civil na oposição à ditadura militar _____	123
Maria Letícia Corrêa	
Aula 14 – A economia brasileira no neoliberalismo: crise econômica e reformas institucionais _____	153
Monica Piccolo Almeida	
Aula 15 – Abertura política e democracia: história e historiografia _____	179
Maria Letícia Corrêa e Monica Piccolo Almeida	
Referências _____	209

Aula 9

Forças Armadas e política: a Escola Superior de Guerra e a Doutrina de Segurança Nacional

Maria Lécia Corrêa

Meta da aula

Analisar a importante inflexão que ocorreu no modo de atuação das Forças Armadas brasileiras no cenário político no final dos anos 1950 que transformou a Escola Superior de Guerra em principal centro elaborador do conjunto de ideias, correspondendo à Doutrina de Segurança Nacional.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. descrever a trajetória histórica das Forças Armadas brasileiras, principalmente do Exército, no período anterior ao golpe de 1964;
2. avaliar o papel desempenhado pela Escola Superior de Guerra (ESG) no processo de elaboração da Doutrina de Segurança Nacional (DSN);
3. identificar os fundamentos da DSN e suas ligações com o movimento que levou os militares ao poder em 1964.

Pré-requisitos

Para que você possa realmente acompanhar o conteúdo da aula que agora se inicia, você deverá realizar uma revisão mais detalhada de alguns dos conteúdos trabalhados anteriormente. Uma vez que é necessário que recuemos no tempo para que possa ser entendida a trajetória histórica das Forças Armadas no Brasil, torna-se fundamental que seja recuperado o contexto histórico desde o início da disciplina. Assim, retome principalmente as aulas sobre a Revolução de 1930 (Aula 1), o Estado Novo (Aula 3) e sobre o processo de consolidação da ordem democrática (Aula 6).

INTRODUÇÃO

Na aula anterior, foram estudadas as bases do projeto político-econômico brasileiro nos anos 1950 que consolidaram um novo modelo de atuação estatal, pautado pelo nacional-desenvolvimentismo. Analisamos as principais características do modelo econômico brasileiro dos anos 1950, profundamente marcado pelo desenvolvimento industrial, o significado da expressão “nacional-desenvolvimentismo” no contexto de reestruturação da ação estatal e os desdobramentos político-econômicos do “nacional-desenvolvimentismo” para a composição do cenário de intensa crise que marcou os primeiros anos da década de 1960.

Nesta aula, você vai aprender que, no período entre 1945 e 1964, verificou-se uma profunda alteração no interior das Forças Armadas. Tal alteração não se restringiu à conhecida divisão entre os “entreguistas” e “nacionalistas” presente no cenário da crise política do segundo governo Vargas (1951-1954), muito menos à politização dos quadros inferiores que atuou como mais um componente na crise do governo Goulart (1961-1964). O eixo da alteração que agora começa a ser analisada reside na formulação de uma nova doutrina elaborada pelos militares a partir do advento da Guerra Fria e que ganhou contornos mais nítidos após a vitória da Revolução Cubana, em 1959. A importância do movimento, liderado por Fidel Castro, para as Forças Armadas brasileiras consistiu no fortalecimento da ideia de que sua vitória refletia a implantação, nos países subdesenvolvidos, de uma guerra revolucionária que corria paralelamente ao confronto entre os dois blocos de potências. Para um importante setor da oficialidade militar, a guerra revolucionária, cujo objetivo final era a implantação do comunismo, abrangia todos os níveis da sociedade e usava como instrumentos desde a doutrinação e a guerra psicológica até a luta armada. Por isso mesmo, era necessário opor a ela uma ação com a mesma amplitude. As Forças Armadas, nesse contexto, deviam ter um papel permanente e ativo, tendo por objetivos derrotar o inimigo, garantir a segurança nacional e o desenvolvimento da nação.

A partir de tal diagnóstico, teve origem a Doutrina da Segurança Nacional que foi gestada no âmbito da Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em agosto de 1949, com assistência de conselheiros franceses e americanos, através da *missão conjunta Estados Unidos-Brasil*, que aqui permaneceu entre 1948 a 1960.

Segundo a lei que a criou, a ESG teria o papel de treinar “pessoal de alto nível no sentido de exercer funções de direção e planejamento de segurança nacional”. Sua finalidade foi ampliada no mesmo ano de sua criação, passando a incluir a elaboração de um “método de análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos e militares que condicionam o conceito estratégico”. O general Cordeiro de Farias teve papel de relevo na formação da escola, mas sua principal figura, como técnico organizador, foi o general Golbery do Couto e Silva.

Os cursos da ESG ficaram conhecidos pelo alto nível de ensino, a ponto de a escola receber o apelido de “Sorbonne”, por uma suposta equivalência com a prestigiosa universidade francesa. Frequentaram seus cursos não apenas militares como também civis, cuja participação tendeu mesmo a aumentar no correr dos anos. A abertura aos civis foi importante para que fosse estabelecido um entrelaçamento entre estes e os militares, identificados com a visão hegemônica na ESG.

Para Boris Fausto (1996), assim, pode ser afirmado que a partir da ESG e de órgãos como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), associações constituídas por lideranças empresariais e intelectuais que atuavam na propaganda anticomunista e na defesa do ideário liberal, foram surgindo as linhas definidoras de um regime político considerado capaz de impedir a subversão da ordem e garantir um certo tipo de desenvolvimento econômico. Na medida em que o governo Goulart (1961-1964) buscava implementar as chamadas “Reformas de Base” (que serão analisadas na próxima aula) e que se acentuava a instabilidade política, firmou-se nos círculos associados da ESG-IPES-IBAD a convicção de que somente

um movimento armado poria fim ao que consideravam como “anarquia populista”, contendo o avanço do comunismo. Na base de sustentação ideológica do golpe militar de 1964 encontrava-se não só a Escola Superior de Guerra como também a Doutrina de Segurança Nacional.

A trajetória histórica dos militares rumo ao poder

Segundo Edmundo Coelho (2000), a trajetória dos militares no Brasil pode ser sistematizada em fases:

- *Hibernação* (Império) – relacionada à política de exclusão das lideranças militares por parte da elite civil.
- *Ativação* (período desde o governo do marechal Floriano Peixoto até 1930) – corresponde à política de “cooptação” dos oficiais militares por parte da elite civil que foi compelida a ajustar-se às demandas de um Exército cada vez mais consciente de suas possibilidades políticas;
- *Institucional* (pós-1930) – corresponde à *Política Laudatória* (perda de autonomia por parte da elite civil e aquisição de poder por parte do Exército); o processo político na sociedade brasileira passa a ser mais dependente de um centro específico de decisão, o Exército. Teria se evidenciado, a partir de então, a forma pela qual os civis reconheciam e ajustavam-se à ascendência do Exército na política.

Na chamada “Fase de Ativação”, período de evolução do Exército que se estendeu desde a Questão Militar até a Revolução de 1930, o Exército teria adquirido consciência da própria existência como entidade distinta da sociedade; tornaram-se definidas, para os oficiais militares, as fronteiras entre a organização militar e os políticos civis e deu-se o aumento do nível das atividades simbólicas coletivas que tornaram o Exército mais visível para si e para os demais grupos sociais.

Apesar destes desenvolvimentos, conquistados durante a “Fase de Ativação”, destaca Edmundo Coelho, duas questões permaneciam sem resposta: O que é o Exército como entidade social? Qual o seu papel na sociedade brasileira? Graus maiores de autoconsciência não bastavam para tornar a organização militar ativa, a fim de realizar mais completamente seus valores e objetivos (pré-requisitos para a aquisição de autonomia frente aos demais grupos sociais, isto é, de controle sobre seu poder de intervenção).

Assim sendo, o processo de construção de valores, propósitos e aquisição de poder nas Forças Armadas foi condicionado às seguintes variáveis:

- a) surgimento de agências específicas para a formação de líderes;
- b) relativo isolamento das lideranças, de modo a protegê-las das pressões dos liderados;
- c) surgimento de agências de socialização e doutrinação e de mecanismos que protejam a organização militar de “contágios externos”;
- d) expansão e aperfeiçoamento do sistema de comunicação interna das Forças Armadas.

Como poderão ser visualizadas ao longo desta aula, as condições apontadas por Edmundo Coelho para que uma organização militar pudesse elaborar um efetivo projeto de poder e para que tal projeto pudesse ser materializado foram eficazmente construídas pelas Forças Armadas brasileiras, em especial pelo Exército, a partir da consolidação da etapa que o autor denominou “Política Laudatória”.



Questões Militares

As Questões Militares podem ser definidas como uma série de conflitos, desencadeados entre os militares e a monarquia, que ocorreram na década de 1880.

O primeiro episódio, registrado em 1884, teve origem no não pagamento de pensões indenizatórias por mortes ou mutilações ocorridas na Guerra do Paraguai (1865-1870). Os militares encarregaram o tenente Sena Madureira de defender publicamente seus direitos, e este, após críticas ao governo, acabou sendo punido por indisciplina.

O segundo foco de conflito também teve no tenente Sena Madureira sua personagem central. Ainda em 1884, Sena Madureira foi novamente punido, quando, em uma recepção no Clube Militar, prestou homenagem ao líder abolicionista do Ceará, o jangadeiro Francisco do Nascimento, que se recusara a transportar escravos. A repercussão desse incidente levou o ministro da Guerra, Alfredo Chaves, a proibir que os militares travassem discussões por intermédio da imprensa.

O terceiro episódio teve origem quando o coronel Cunha Matos, enviado à província do Piauí em 1885, acusou de corrupção o comandante de um quartel local. O incidente repercutiu na Câmara dos Deputados, uma vez que os oficiais envolvidos ligavam-se aos dois partidos políticos antagônicos então existentes, sendo Cunha Matos do Partido Liberal e o tenente-coronel Pedro José de Lima, acusado de corrupção, do Partido Conservador. Ao ser atacado pela imprensa, Cunha Matos revidou publicamente, sendo punido por esta atitude. Sena Madureira, indignado com a medida do governo, tornou a conceder declarações à imprensa.

O general Deodoro da Fonseca, superior de Sena Madureira, manifestou-se favoravelmente ao tenente, sendo também punido.

As Questões Militares contribuíram para diluir a base de apoio dos militares ao Império, favorecendo, assim, a difusão dos ideais republicanos no seio das Forças Armadas e antecipando o golpe republicano, de 15 de novembro de 1889.

“Política Laudatória”: características centrais

Edmundo Coelho definiu a “Política Laudatória” como sendo a estratégia pela qual os grupos políticos civis fizeram dos militares o “instrumento de seus propósitos”, chamando-os a intervir na política segundo seus propósitos. A “Política Laudatória” conferiu ao Exército projeção no cenário político nacional e maior prestígio, a partir do qual os oficiais puderam elaborar doutrinas e justificar novas intervenções.

Em que pese a importância das transformações engendradas nas Forças Armadas a partir da fase da “Política Laudatória”, esta possuía um limite substantivo, isto é, havia uma dualidade marcada pela existência tanto da coação como do voto como “moeda política”. Se o apoio da força militar era indispensável para a ascensão ao poder e para sua conservação, a permanência de instituições e mecanismos que caracterizavam formalmente o sistema democrático tinha no voto a base do sistema político. Tal dualidade, denominada por Coelho “dualidade de moedas políticas”, tornava-se evidente na época das eleições. A “Política Laudatória” utilizada pelos diversos candidatos que declaravam serem as Forças Armadas a garantia da moralidade eleitoral colocava as facções rivais em condições de igualdade no que se referia às atitudes diante do aparelho militar, ao mesmo tempo que garantia que os militares não iriam infringir os limites da legalidade.

No período anterior ao processo de institucionalização das Forças Armadas que acabou por ser promovido pela atuação da Escola Superior de Guerra (ESG) e pela elaboração da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), as intervenções militares foram marcadas pela ausência de um consenso legitimador em torno das diretrizes gerais que seriam capazes de promover a formulação de políticas públicas substantivas. Nesse sentido, ainda de acordo com Edmundo Coelho, as intervenções militares anteriores à de 1964 estiveram relacionadas tanto ao processo de politização crescente das Forças Armadas quanto ao de “dualidade de moedas políticas”.

Foram diversos os momentos marcados por intervenções militares, em contextos de profundas crises políticas, durante os governos civis. Entre tais intervenções, podem ser citadas:

- o desfecho da Revolução de 1930, garantindo a posse de Getúlio Vargas;
- a pressão dos militares na crise de 1945 que levou ao fim do Estado Novo;
- a defesa da legalidade que garantiu a posse de Juscelino Kubitschek, a despeito da tentativa “golpista” da UDN, em 1955;
- a solução do impasse político desencadeado pela renúncia do presidente Jânio Quadros em 1961, através da posse do vice-presidente João Goulart e da aprovação de uma emenda parlamentar que instituiu o parlamentarismo no país, tema que será objeto de estudo da Aula 10.

Tais intervenções, todavia, voltavam-se aos objetivos da oposição civil ao governo deposto ou que se pretendia depor. Além disso, não afetaram o nível de recursos materiais destinados às Forças Armadas e promoveram o desgaste do prestígio da organização militar junto à população. Tal desgaste refletiu-se, assim, na construção de uma imagem pública negativa da profissão militar e do próprio oficial e na produção de um estado de desorientação interna, entre os próprios oficiais, quanto à tomada de posição frente às diversas crises políticas.

O que veremos a seguir é que a atuação da ESG e a elaboração da DSN foram capazes de não só alterar este quadro, como também de promover a institucionalização do papel das Forças Armadas na política brasileira.



Atende ao Objetivo 1

1. Ao longo da trajetória republicana brasileira, foram constantes as intervenções militares. Várias crises políticas tiveram seus desfechos se não definidos em sua plenitude pela ação militar, ao menos profundamente marcados pelas intervenções das Forças Armadas. Tais intervenções, todavia, diferenciaram-se daquela realizada em 1964.

Apresente as principais especificidades das intervenções militares anteriores a 1964.

Resposta Comentada

As intervenções militares anteriores ao golpe de 1964 tiveram como marca a busca por soluções para as crises políticas desencadeadas em governos civis. Não havia, ainda, um projeto político elaborado no seio das Forças Armadas de tomada efetiva do poder e de "salvação nacional" diante de um poderoso "inimigo". Este quadro passou a ser construído, no final dos anos 1950, com o acirramento da Guerra Fria e a consolidação da ideia de que a vitória da Revolução Cubana teria materializado a ameaça comunista.

Criação e organização da Escola Superior de Guerra

Segundo Alfred Stepan (1971), o processo de criação da Escola Superior de Guerra esteve intimamente relacionado à participação brasileira na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). As frágeis articulações entre as três Forças Armadas e a débil coordenação da estratégia militar nacional acabaram por fortalecer a ideia da necessidade de formalização tanto de um Estado-Maior de Serviço Conjunto quanto de um Conselho de Segurança Nacional. Assim, após o fim da Segunda Guerra, os principais organizadores da Força Expedicionária Brasileira (FEB), como o general César Obino e o comandante da Artilharia, general Cordeiro de Farias, passaram a defender abertamente a criação de uma escola especial que formulasse uma nova doutrina de segurança e desenvolvimento nacional.

No processo de formação da ESG, a participação norte-americana foi de fundamental importância. A partir das relações constituídas em função da atuação da FEB ao lado das tropas americanas na Segunda Guerra, foi solicitado ao governo dos Estados Unidos o envio de uma missão conselheira. Assim, o general Cordeiro de Farias, que ficou responsável pela tarefa de chefiar a organização da escola brasileira, acabou por tomar como modelo a Escola Nacional de Guerra dos Estados Unidos. No entanto, o projeto brasileiro possuía singularidades. Em primeiro lugar, nos Estados Unidos havia uma escola especificamente voltada à mobilização dos recursos destinados às guerras, a Escola Industrial das Forças Armadas, e outra voltada às questões da política externa, a Escola Nacional de Guerra.

No projeto defendido pelo general Farias, a nova Escola de Guerra, em função de o Brasil constituir-se como um país em desenvolvimento, deveria estar voltada tanto para a constituição de uma Força Armada poderosa quanto para os problemas do desenvolvimento econômico e da segurança nacional em suas

relações com os setores educacional, industrial e agrícola. Assim, propôs que, na versão brasileira, as funções da Escola Industrial das Forças Armadas dos Estados Unidos e da Escola Nacional de Guerra fossem combinadas.

Outra especificidade do projeto brasileiro comparado ao norte-americano residia na defesa de ênfase maior nos aspectos internos do desenvolvimento e da segurança.

A maior particularidade brasileira, entretanto, residia na participação de civis no projeto da ESG. Nos Estados Unidos, a Escola Nacional de Guerra era uma instituição da qual somente os militares poderiam participar e que apenas comportava civis que proviessem de organismos do governo ligados a assuntos estrangeiros. No Brasil, a participação dos civis assumiu outra perspectiva. Uma vez que a escola brasileira deveria voltar-se aos problemas gerados pelo grau de desenvolvimento econômico e social e pela defesa da segurança nacional, os civis foram incluídos em áreas como: educação, indústria, comunicações e sistema bancário. Era exigido dos civis, porém, para cursar a ESG, formação universitária e demonstração de “qualidades notáveis de liderança”.

Segundo Stepan, a participação dos civis foi de grande importância, uma vez que possibilitou o contato sistemático entre militares e importantes lideranças políticas e empresariais, ampliando-se assim o arco de apoio às ideias dos militares sobre desenvolvimento e segurança. Em uma entrevista concedida no Rio de Janeiro em 1968, Juarez Távora, um dos principais comandantes da ESG, defendeu que “a finalidade da escola não era apenas treinar militares, mas também todos aqueles que poderiam influenciar o governo”.

A criação da Escola Superior de Guerra esteve associada, segundo Eliézer Oliveira (1976), não só à participação na Segunda Guerra Mundial, através do envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) à Europa, como defendido por Alfred Stepan, mas também ao debate político sobre a exploração do petróleo.

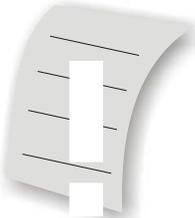
As divisões suscitadas pela questão da exploração do petróleo também chegaram às Forças Armadas, manifestando-se em divisões políticas dentro do corpo de oficiais, especialmente do Exército. Após a queda do Estado Novo, tanto os oficiais que se alinharam politicamente às diretrizes impostas a essa questão pelo governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) quanto os que encaminharam sua ação através do Clube Militar, contrariamente ao Estatuto do Petróleo, que trabalhamos na Aula 7, colocavam-se também perante um tema que muitas vezes aparecia subjacente ao debate principal: a segurança nacional (ao qual também se relacionava a própria questão do nacionalismo, tomado no sentido de possibilidade do desenvolvimento econômico autônomo e autossustentado).

A ausência de consenso entre as Forças Armadas acerca das discussões sobre a exploração do petróleo produziu, em 1947, a intensa polêmica desencadeada no Clube Militar entre os generais Juarez Távora e Horta Barbosa a respeito da mais adequada orientação para essa questão no Brasil.

Segundo Coelho, o que estava em jogo então era muito mais do que a questão sobre o petróleo, discutindo-se entre os militares, principalmente, o processo de redefinição do que chamavam de “dispositivos estratégicos do poder”.

Segundo Juarez Távora, o problema do petróleo deveria ser encarado sob o prisma de “colaboração internacional”. O Brasil deveria entregar a exploração do produto às empresas estrangeiras em função não só da inexistência de recursos nacionais disponíveis para sua exploração, mas porque aquela colaboração fortalecia a estratégia militar, ou seja, era uma forma de garantir a segurança do continente contra a “ameaça comunista”.

Assim, o debate sobre o petróleo superava os limites de definição dos rumos da intervenção estatal nessa matéria, associando-se diretamente à criação da Escola Superior de Guerra, promovida por oficiais identificados com a orientação de Juarez Távora.



Juarez Távora (1898-1975)



Figura 9.1: Juarez Távora em 1930.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f3/Juarez_T%C3%A1vora_1930.jpg

Nascido no município de Jaguaribemirim, no Ceará, Juarez Távora ingressou na Escola Militar de Realengo em 1915 e, de 1922 em diante, foi um dos mais importantes personagens da história política brasileira. Participou ativamente dos movimentos tenentistas da década de 1920, chegando a atuar como subchefe do Estado-Maior da Coluna Prestes. No processo insurrecional de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder, atuou como chefe militar da Revolução, no Norte do país. Tal participação fez com que fosse nomeado por Vargas para o cargo de delegado militar, junto às interventorias do Norte e do Nordeste. Quando foi deflagrada a Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932, Juarez

combateu os revoltosos porque se opunha à ideia de um retorno imediato ao regime constitucional. Ao longo de sua trajetória, filiou-se à União Democrática Nacional (UDN), ao Partido Democrata Cristão (PDC) e à Aliança Renovadora Nacional (Arena). Atuou como ministro da Agricultura (1932), chefe do Gabinete Militar da Presidência da República (1955) e ministro da Viação e Obras Públicas (1964-67) e foi deputado federal pelo estado da Guanabara, pelo PDC. Candidatou-se nas eleições presidenciais de 1955, mas foi derrotado pela chapa encabeçada por Juscelino Kubitschek

(Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*, CPDOC/FGV).

Na perspectiva defendida por Eliézer Oliveira, a criação da ESG possuía como significados a garantia não só da presença política de um grupo militar em alta posição no aparelho do Estado, na medida em que o órgão era subordinado diretamente ao Estado-Maior das Forças Armadas (e a partir do regulamento, aprovado em 4 de dezembro de 1963, foi definida como órgão subordinado diretamente à Presidência da República), como também da não dispersão deste agrupamento político-militar. Assim, a ESG especializou-se no estudo da Segurança Nacional no âmbito da Guerra Fria e assegurou a possibilidade de difusão dessa ideologia entre as elites civis e militares.

Em oposição à corrente nacionalista das Forças Armadas, que dirigia sua ação para fora do Estado defendendo a mobilização da opinião pública, os criadores da ESG pleiteavam o reforço de sua posição dentro do aparelho de Estado, através de estudos geralmente sigilosos e circunscritos a pequenos grupos e de mobilização das elites. Além disso, defendiam o reforço da tendência à predominância do grande capital como meio indispensável ao

desenvolvimento econômico e à implantação de uma política de Segurança Nacional, marcada pelo estabelecimento de limites à organização e à participação política dos setores populares.

A criação da ESG deu-se através do decreto n.º 25.705, de 22 de outubro de 1948, e da Lei n.º 785, de 20 de agosto de 1949, com o objetivo de ministrar aos oficiais das Forças Armadas o chamado curso de Alto-Comando. No entanto, propôs-se também, como já assinalado nesta aula, a inclusão de estagiários – como são chamados seus alunos – civis, oriundos dos setores governamentais (ministérios e autarquias) e de organizações profissionais, com a condição de que fossem de nível universitário, nos cursos a serem ministrados que, todavia, não eram especificados pela lei de criação do órgão. Depois do golpe de 1964, os altos escalões da administração federal foram ocupados por muitos ex-estagiários da ESG.

Os dois regulamentos iniciais da ESG acabaram por condicionar a organização dos cursos oferecidos. De acordo com a conferência de abertura dos cursos, em 1968, proferida pelo general Augusto Fragoso, o primeiro regulamento, de 29 de setembro de 1949, recomendava estudos sobre a segurança nacional através de um método de análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos, diplomáticos e militares que condicionam o conceito de estratégia. O segundo, datado de 11 de março de 1954, precisava que o estudo e o equacionamento dos problemas de Segurança Nacional deveriam pautar-se pela sistematização da análise e pela interpretação dos fatores políticos, econômicos e militares que condicionavam a formulação de uma política que servisse de base à coordenação das ações de todos os elementos, civis e militares, responsáveis por sua formulação e execução.

Assim, ainda de acordo com Eliézer de Oliveira, em termos de organização dos cursos, aos fatores indicados no 1º e no 2º Regulamentos correspondem as divisões que constituíram o Departamento de Estudos da ESG. O 1º Regulamento estabeleceu a Divisão de Assuntos Nacionais, a Divisão de Assuntos Internacionais e a Divisão de Assuntos Militares. O 2º Regulamento, as Divisões de

Assuntos Políticos, de Assuntos Psicossociais, de Assuntos Econômicos e de Assuntos Militares. O 3º Regulamento, datado de 17 de março de 1961, acrescentou duas outras Divisões, a de Assuntos Doutrinários e de Coordenação e a de Assuntos Científicos e Tecnológicos. Por fim, o Regulamento de 4 de dezembro de 1963 suprimiu a última divisão e criou duas outras: a de Assuntos de Logística e Mobilização e a de Assuntos de Informações e Contrainformação.

O curso da ESG era uma atividade em tempo integral, durante um ano acadêmico completo. Seu núcleo era composto por conferências e seminários que tinham como objetivo mapear os objetivos que deveriam ser alcançados pelo país e seus principais obstáculos. A tarefa final dos alunos era a preparação de um trabalho que tinha na política seu principal tema.

Compunham também o curso algumas viagens pelo Brasil que tinham como objetivo possibilitar aos alunos o contato direto com os problemas existentes no país e com os projetos existentes para sua superação e para garantia da Segurança Nacional. Eram visitados, assim, novos projetos hidrelétricos, complexos industriais, os principais projetos de habitação, as instalações da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), entre outros, e eram estudados os programas de ação cívica e as novas táticas de guerra “contrarrevolucionária”.

Segundo Alfred Stepan (1975), por volta de 1966 a ESG tinha diplomados de muitos setores importantes da estrutura de poder política e econômica brasileira:

599 militares;

224 empresários;

200 funcionários públicos dos principais ministérios;

97 dos órgãos autônomos de governo;

39 congressistas;

23 juízes federais e estaduais;

107 profissionais variados – como professores, economistas, escritores, médicos e sacerdotes católicos.

A exigência do curso universitário aos civis acabou por excluir representantes dos sindicatos.

Os diplomados da ESG reuniam-se numa entidade muito ativa de ex-alunos, a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg), que servia de foco para contato intelectual e social com outros diplomados, com a própria ESG e com a sociedade em geral.

Havia também um importante instrumento de divulgação das ideias defendidas pela ESG, o *Boletim da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra*. Anualmente, um projeto especial era formulado e pesquisado pela associação de ex-alunos em conjunto com a ESG. Os principais condutores de tal projeto eram os diplomados civis e militares que muitas vezes se valiam de informações oriundas de seus próprios empregos. Promoviam-se, assim, ciclos de conferências sobre a doutrina da ESG em todo o território nacional que em muito contribuíram para a divulgação da doutrina da escola.



Atende ao Objetivo 2

2. Analise o trecho do discurso do general Breno Borges Fortes e, a partir de seu conteúdo, identifique as principais ideias norteadoras da Escola Superior de Guerra (ESG) em comparação com o padrão de escola militar existente então nos Estados Unidos.

É muito claro o papel dos Exércitos de nações desenvolvidas, de estruturas políticas sedimentadas, de interesses projetados sobre o mapa do mundo, de ameaças vindas de fora. Seu dever é a guerra externa, é preparar-se para ela, para proteger aqueles interesses onde quer que eles se encontrem (...)

Bem diverso é o quadro de uma nação subdesenvolvida, empenhada no processo de desenvolvimento e necessitando vencer as maiores contradições internas.

(Discurso pronunciado a 2 de outubro de 1969, na IX Conferência dos Exércitos Americanos, em Fort Bragg, North Carolina, EUA, apud COELHO, 2000, p. 9)

Resposta Comentada

Embora tenha se constituído uma missão conjunta entre Brasil e Estados Unidos, e as escolas militares norte-americanas tenham servido de inspiração para a criação da Escola Superior de Guerra brasileira, a nova escola aqui criada possuía especificidades que eram justificadas pelo fato de o Brasil constituir-se como um país ainda em desenvolvimento. Assim, a ESG esteve voltada não somente para a formulação de estratégias para o combate à ameaça comunista, como também para a formulação de planos de ação voltados para a superação dos problemas econômicos e sociais do país.

A Doutrina de Segurança Nacional e a institucionalização do papel político do Exército

A elaboração da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi de fundamental importância para que pudesse ser viabilizado um consenso, dentro das Forças Armadas, capaz de legitimar diretrizes gerais para a formulação de políticas substantivas para o Brasil. Por outro lado, ocorreu o fim do recurso à organização militar, por parte de políticos civis, em busca de apoio às políticas formuladas fora de suas fronteiras.

A DSN atuou também como um elemento facilitador da coexistência de aspectos seculares do profissionalismo militar, como os valores tradicionais da profissão. Valores como honra, lealdade ao serviço público e autoimagem “heroica” foram compatibilizados com os novos valores, associados à ciência, à tecnologia e à promoção do desenvolvimento nacional. Ao mesmo tempo, a DSN formulou elementos capazes de promover a integração dos militares na sociedade ao propor um modelo no qual a estrutura societal deveria tornar-se monolítica e sem competição política. Tal modelo, todavia, pressupunha que a intervenção militar na sociedade civil teria como propósito instaurar um modelo estrutural no qual a liderança nas Forças Armadas fosse sinônimo de filiação à elite política e social do país.

Ampliou-se, dessa forma, o escopo da participação militar legítima e foram redefinidas as funções classistas associadas à organização militar. Em resumo, o papel das Forças Armadas foi definido em conexão com duas questões fundamentais: segurança e desenvolvimento.

Segundo Eliezer de Oliveira, é possível ser estabelecida uma relação direta entre a geração de militares participantes dos principais eventos que marcaram a criação da ESG e o “pensamento autoritário”. Tal relação pode ser justificada a partir de conceitos presentes na DSN, tais como a suposta “incapacidade” continuada da elite política em organizar a nação brasileira; a crítica à importação de modelos constitucionais estrangeiros; a necessidade de promover a colaboração de todo o corpo social em função de uma vontade coletiva e a defesa de um Estado forte e centralizado para organizar a vontade coletiva. A partir desse diagnóstico, seria possível defender pontos como as eleições indiretas e a ideia da convergência e complementaridade dos interesses das classes sociais, expressos na necessidade de segurança econômica e social. Nesse sentido, o conflito entre capital e trabalho era concebido como um “corpo estranho” nas relações “naturais” entre as classes, marcadas pela cooperação e complementaridade. Por

fim, havia também a concepção do Estado, visto como mediador e regulador das “tensões” entre capital e trabalho, em função de sua pretensa neutralidade.

Pilares da Doutrina de Segurança Nacional

A Doutrina de Segurança Nacional, elaborada pelos integrantes da Escola Superior de Guerra, foi sistematizada em torno de um núcleo de ideias. Além de seus pontos essenciais, que serão trabalhados a seguir, havia alguns pontos que sustentavam teoricamente a proposta de (re)organização política, econômica e social do Brasil formulada pela escola. Tais pontos podem ser assim sistematizados:

1) *Objetivos Nacionais Permanentes (ONP)* – objetivos políticos que resultam da interpretação dos interesses e aspirações nacionais, tais como:

- democracia representativa;
- integração nacional;
- integridade territorial;
- paz social e justiça social;
- prestígio internacional;
- prosperidade nacional (desenvolvimento econômico e equitativa divisão do poder econômico);
- soberania nacional.

2) *Objetivos Nacionais Atuais (ONA)* – derivados da análise conjuntural dos impedimentos ou oposições à realização dos ONP.

3) *Segurança Nacional* é o operador qualitativo que, aplicado aos Objetivos Nacionais Permanentes, produz os Objetivos Nacionais Atuais.

4) *Planejamento* relaciona-se com a política governamental de alocação de recursos para o “bem-estar” (ONP). No entanto, o planejamento, voltado exclusivamente para o bem-estar da

população, poderá destinar recursos insuficientes aos encargos da Segurança Nacional.

- 5) *Conceito Estratégico Nacional (CEN)* – estabelece as diretrizes da política de segurança nacional ao analisar os ONP à luz da conjuntura nacional e internacional. As premissas básicas para a análise são o valor potencial nacional (recursos humanos e mobilizáveis) e as pressões dominantes ao nível interno e externo que significam obstáculos à realização dos ONP.
- 6) *Política de Consecução* – maneira pela qual serão atingidos os ONA e sua ação será exercida nas áreas estratégicas (zonas geopolíticas de maior sensibilidade). Tais procedimentos fazem resultar as diretrizes governamentais.
- 7) *Geopolítica* – fundamenta-se nos princípios de espaço político e posição geográfica, para a definição da política de Segurança Nacional: espaço político, posição do Brasil diante dos antagonismos internacionais, blocos continentais de poder.
- 8) *Combate ao comunismo* – contenção na qual os países latino-americanos devem fornecer aos Estados Unidos apoio nos seguintes quesitos: deliberações da ONU; material bélico e apoio geográfico e logístico ao transporte aéreo e marítimo; estruturação de um sólido sistema de Segurança Nacional; aproveitamento do potencial demográfico em operações fora do continente.

A partir desse núcleo conceitual, foram elaborados os pontos essenciais constitutivos da Doutrina de Segurança Nacional.

- As Forças Armadas são um órgão essencialmente político.
- A “política nas Forças Armadas” deve ser substituída pela “política das Forças Armadas”.
- Os princípios da organização militar devem reger a reorganização nacional.
- O Estado deve ter perfil centralizado e a Nação movimentada por governos fortes, apoiados nas Forças Armadas.
- A sociedade civil tem de ser disciplinada.

- As diversas áreas de atividade nacional devem ter o máximo rendimento.
- No binômio segurança-desenvolvimento, o primeiro termo deve ser entendido como um “fator de produção”, indispensável ao segundo.
- Cabe à organização militar produzir a segurança;
- Os indivíduos só valem pelo que realizam em conjunto, em benefício do conjunto e sentido em conjunto.
- Uma comunidade em que o bem coletivo está acima dos interesses dos indivíduos e grupos possui vida moral mais elevada.
- O Estado é o instrumento de mobilização da ação coletiva.
- A centralização do poder é indispensável como garantia da unidade nacional.
- As áreas de consenso devem superar por larga margem as do dissenso para que a sociedade nacional seja viável.
- A função da elite dirigente é educativa por excelência.
- À elite dirigente cabe ainda a definição dos interesses da coletividade, já que aos indivíduos faltam as condições para identificá-los.
- O desenvolvimento econômico é um objetivo fundamental e é responsável pela redução do hiato entre aspirações e satisfação, e pela construção do consenso.
- A tarefa de promover o desenvolvimento econômico cabe à Nação como um todo e requer disciplina, austeridade, sacrifícios e renúncias individuais.

Os princípios enumerados não apenas incorporam uma concepção orgânica da sociedade, como também identificam-se com valores que os militares passam a atribuir a si mesmos (em contraposição aos imputados à sociedade civil), tais como dedicação ao trabalho e ao serviço público, austeridade, sentido de “missão” e de comunidade. Dessa forma, sua adoção termina por promover uma identificação entre os princípios da reorganização da sociedade civil proposta com aqueles que estruturam a organização militar:

Éthos

Conjunto dos costumes e hábitos fundamentais, no âmbito do comportamento e da cultura (valores, ideias ou crenças), característicos de uma determinada coletividade, época ou região (*Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*).

centralização, hierarquia, disciplina, consenso e unidade. Além disso, criaram um **éthos** burocrático que permeia a concepção do que deva ser a nova sociedade civil, ou seja, uma sociedade reeducada civicamente.

Nesse projeto, as Forças Armadas são definidas como escolas de civismo, modelo e fonte de valores positivos, aos quais deve ser convertida a moralidade pública.

Quando se analisa o processo de organização do movimento que levou os militares ao poder em 1964, pode ser percebida claramente a importância que os membros das ESG e das ideias presentes na DSN tiveram.

Segundo Alfred Stephan (1975), foi amplamente difundida entre os membros da ESG a análise de que o presidente Goulart (1961-1964) estaria tolerando a anarquia e a subversão e que o país, assim, necessitava de uma nova política de desenvolvimento e segurança. Dessa forma, a ESG tornou-se um centro importante de “conspiração defensiva” contra o governo Goulart e seus membros mais ativos encontravam-se entre os principais organizadores do golpe que depôs o presidente. Assim, ao mapear as principais figuras do primeiro governo militar, instaurado em 1964, poderemos perceber suas vinculações diretas com a ESG: Castelo Branco (o primeiro general-presidente no período de 1964 a 1967) foi diretor do seu Departamento de Estudos; o marechal Oswaldo Cordeiro de Farias, ministro do Interior, foi o primeiro comandante da Escola; o ministro dos Transportes, marechal Juarez Távora, foi seu segundo comandante. O diretor do Serviço Nacional de Informação (SNI), criado em junho de 1964 para atuar na supervisão e coordenação de atividades de informação no Brasil e no exterior, general Golbery do Couto e Silva, era conhecido como um dos principais ideólogos da ESG. Ambos os ministros do Exterior do governo de Castelo Branco, o civil Leitão da Cunha e o general Juracy de Magalhães, eram diplomados pela ESG, assim como o general Geisel, chefe da Casa Militar e secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional. Até mesmo o poderoso ministro do Planejamento, Roberto Campos, embora não fosse um diplomado pela escola, era um dos seus mais frequentes palestrantes.

Assim sendo, no contexto de institucionalização das Forças Armadas e de tomada do poder pelos militares em 1964, um importante grupo de oficiais e tecnocratas recebeu uma formação comum sobre os problemas brasileiros na ESG e compartilhava das ideias presentes na DSN como forma de solução para a crise que então atravessa o país. Consolidou-se, assim, a crença na legitimidade e na capacidade de governar das Forças Armadas, alterando-se radicalmente as relações entre civis e militares, após a queda de Goulart, tema que será trabalhado com mais detalhe na Aula 10.



Atende ao Objetivo 3

3. A criação da Escola Superior de Guerra e a elaboração da Doutrina de Segurança Nacional foram fundamentais para garantir a efetiva tomada de poder pelas Forças Armadas em 1964.

Apresente as principais ideias contidas na DSN que contribuíram para a vitória do movimento militar que depôs João Goulart.

Resposta Comentada

Dentre as ideias presentes na DSN, aquelas que mais contribuíram para a organização do movimento militar de 1964 foram a politização das Forças Armadas; o diagnóstico da ameaça comunista e da “incapacidade” dos civis para reagir diante da mesma; a caracterização dos

militares como os únicos capazes de implementar um projeto que pudesse efetivamente promover a implementação do binômio “segurança nacional e desenvolvimento econômico” e a defesa da necessidade de um Estado forte e centralizador.

CONCLUSÃO

A formação da Escola Superior de Guerra e a elaboração da Doutrina de Segurança Nacional garantiram a organização e a unidade indispensáveis para que o golpe de 1964 conseguisse efetivamente garantir a chegada ao poder das Forças Armadas. Estava, assim, alterado o padrão de relacionamento entre os civis e os militares na política brasileira, que agora possuíam uma doutrina e um projeto de desenvolvimento nacional, que colocariam em prática a partir daquela data.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Leia com atenção o trecho da entrevista do general Golbery e explique o papel que a ESG e a DSN exerceram na organização do movimento militar que depôs o presidente João Goulart em 1964.

Como a ESG está organizada para analisar os problemas do país e encontrar soluções, é muito natural que, se um governo for fraco, a ESG se oponha a ele. Como os governos de Vargas, Kubitschek – o melhor deles – e Goulart eram fracos, é natural que a ESG

estivesse intelectualmente contra eles. Nunca assumimos uma posição contra Jânio Quadros (STEPAN, 1975, p. 136).

Resposta Comentada

A caracterização do governo Goulart como “fraco”, diante da ameaça comunista, e incapaz de elaboração de um projeto que retirasse o país da crise econômica tinha nas principais ideias da DSN sua sustentação. Uma vez que as Forças Armadas agora se achavam capazes de assumir a condução do país, possuindo um projeto centrado no binômio “segurança e desenvolvimento”, fortaleceu-se a unidade entre seus membros acerca do movimento que promoveu a destituição de Goulart.

RESUMO

O processo de institucionalização das Forças Armadas passou por diversos momentos. O padrão de intervenção militar alterou-se nos anos 1940, fundamentalmente, a partir da criação da Escola Superior de Guerra (inspirada no modelo norte-americano) e da elaboração da Doutrina de Segurança Nacional.

Diante do fortalecimento da ideia da “ameaça comunista”, principalmente após a vitória da Revolução Cubana, em 1959, e do acirramento da Guerra Fria, os principais membros das Forças Armadas iniciaram um processo de elaboração de um projeto nacional de poder. A crise desencadeada no governo de João Goulart (1961-1964) e o diagnóstico de sua debilidade

para resolvê-la forneceram aos militares a possibilidade de materialização desse projeto, elaborado no seio da Escola Superior de Guerra.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você irá estudar a crise política que eclodiu no Brasil na primeira metade da década de 1960, fruto da renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e dos embates em torno da posse de seu vice-presidente, João Goulart; também irá estudar os fatores que desencadearam o golpe militar que levou à deposição de Goulart e as distintas interpretações dos historiadores sobre esse processo.

Aula 10

Os governos de
Jânio Quadros
(1961) e João
Goulart (1961-
1964) e a crise
política

Maria Leticia Corrêa

Meta da aula

Apresentar o panorama político dos governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), através do exame da grave crise política e econômica que antecedeu o golpe militar de 1964 e do debate sobre as “reformas de base”.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. identificar os diferentes grupos políticos que disputaram as eleições gerais de 1960 e os desafios enfrentados pelo presidente eleito, Jânio Quadros, e por seu sucessor, João Goulart, para dar desdobramento ao projeto “nacional-desenvolvimentista”;
2. descrever os diferentes aspectos da grave crise política que antecedeu o golpe militar de 1964;
3. reconhecer as principais interpretações da historiografia sobre o golpe militar de 1964.

Pré-requisitos

Para acompanhar esta aula, você precisa ter estudado as principais características do cenário político do período após 1945, marcado pela atuação dos grandes partidos nacionais, o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN), que foram trabalhados na Aula 6.

Será importante lembrar os desdobramentos sociais e econômicos do “nacional-desenvolvimentismo” (Aula 8) e o surgimento da Doutrina de Segurança Nacional, formulada pela Escola Superior de Guerra (ESG), que tornou possível a intervenção que levou os militares ao poder em 1964 (Aula 9).

INTRODUÇÃO

Nas aulas anteriores, você estudou os distintos projetos de promoção do desenvolvimento econômico brasileiro que se buscou implementar ao longo dos governos de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), Getúlio Vargas (1951-1954) e Juscelino Kubitschek (1956-1961). Você conheceu as bases do projeto nacional-desenvolvimentista que acelerou o crescimento da indústria brasileira e que levou, no entanto, à crise econômica e ao aumento da inflação no final da década de 1950. Você aprendeu também que um novo projeto político foi formulado pela Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949, correspondendo à Doutrina de Segurança Nacional, baseada no binômio “segurança e desenvolvimento”.

O rápido processo de urbanização, o crescimento da indústria e a chegada da modernização econômica às zonas mais remotas do interior do país criaram as condições para a emergência de movimentos em prol da realização de reformas que estendessem os benefícios e vantagens do desenvolvimento econômico e a cidadania a todos os brasileiros.

Nesta aula, você vai estudar os importantes eventos que desencadearam a crise política e econômica que levou ao golpe militar e à deposição do presidente da República João Goulart, em março de 1964, e as distintas interpretações dos historiadores sobre esse tema.

A sucessão de Juscelino Kubitschek e as eleições gerais de 1960

Ao longo do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o rápido crescimento econômico e a expansão do consumo trazidos pelo Programa de Metas tiveram custos sociais e econômicos significativos. Ocorreu o aumento da concentração de renda, o emprego se expandiu a taxas inferiores ao crescimento demográfico e acentuaram-se as desigualdades regionais, uma vez que a

instalação das principais indústrias deu-se principalmente nos estados do Sudeste e do Sul do país. Dentre as consequências econômicas, destacavam-se a crise do balanço de pagamentos e a alta da inflação, decorrentes de fatores como os grandes gastos realizados com as obras, a queda dos preços dos produtos exportados, a expansão do crédito ao setor privado e o aumento geral das despesas públicas. A tensão entre, por um lado, a alternativa de dar prioridade ao desenvolvimento econômico e, por outro, a necessidade de controlar a inflação marcou todo o período do governo de JK.

Ao final de seu mandato, fatores como a crise econômica, a crescente mobilização dos trabalhadores no campo, organizados nas ligas camponesas, as greves e a alta do custo de vida tornavam extremamente difícil, para Juscelino, a indicação de um candidato à sucessão presidencial nas eleições de 1960 que desse prosseguimento ao programa desenvolvimentista.

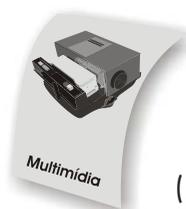


Ligas camponesas

A origem das ligas camponesas remonta à atuação da Sociedade Agrícola e Pecuária de Pernambuco (SAPP), criada em janeiro de 1948 por foreiros do Engenho da Galileia, situado em Vitória de Santo Antão, naquele estado. Os **foreiros** lutavam contra o aumento do preço que pagavam pelo uso das terras e enfrentavam ameaças de expulsão. O movimento dos trabalhadores do Engenho da Galileia projetou nacionalmente a liderança do advogado e deputado pernambucano Francisco Julião, que, em 1959, obteve na Justiça a desapropriação das terras. O episódio tornou-se um símbolo da luta pela reforma agrária no Brasil e associações congêneres à SAPP, já então conhecidas como "ligas camponesas", surgiram em outros estados, como: Paraíba, Rio de Janeiro, Paraná e Goiás.

Foreiro

Indivíduo que, por meio de contrato, adquire o direito ao uso de um imóvel, mediante o pagamento de uma quantia, denominada "foro".



Cabra marcado para morrer

O documentário *Cabra marcado para morrer* (1984, Globo Vídeo, 120 min.), de Eduardo Coutinho, narra a trajetória de João Pedro Teixeira, líder da liga camponesa de Sapé, na Paraíba, assassinado em 1962. A produção do filme foi iniciada em 1964, tendo sido interrompida após o golpe militar e sendo concluída apenas vinte anos mais tarde.



Fonte: <http://coversblog.files.wordpress.com/2009/12/cabramarcadoparamorrer.jpg>

A aliança entre o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que garantira sustentação política ao governo de JK, enfrentava o crescimento das críticas da oposição. O surgimento de frentes interpartidárias, como a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e a Ação Democrática Parlamentar (ADP), representou também uma novidade importante no cenário político, enfraquecendo a tradicional aliança PSD-PTB.

**Frente Parlamentar Nacionalista (FPN)**

Bloco parlamentar criado em 1956 que reunia deputados comprometidos em defender no Congresso Nacional soluções nacionalistas para os problemas do desenvolvimento brasileiro. No início da década de 1960, a FPN alinhou-se ao movimento em prol das “reformas de base”, ao combate à carestia e à política externa independente, conduzida pelos presidentes Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964).

**Ação Democrática Parlamentar (ADP)**

Bloco interpartidário constituído em 1961 por representantes de setores conservadores e liberais que apresentava como objetivo principal o combate à “infiltração comunista” na política brasileira. Era integrado principalmente por parlamentares da UDN, do PSD e dos partidos menores, como o Partido Republicano (PR) e o PSP.

O governador de São Paulo, Jânio Quadros, que se apresentava como desvinculado dos diversos partidos, aparecia então como o candidato de maior respaldo popular. Jânio dirigia-se principalmente aos eleitores de classe média e aos trabalhadores, prometendo “limpar” a política. Por esse motivo, o símbolo escolhido para sua campanha foi uma vassoura, com a qual o candidato prometia “varrer” os corruptos. Seu nome foi lançado para concorrer

ao pleito presidencial pelo Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ), que não tinha caráter partidário, em abril de 1959, e em seguida sua candidatura recebeu o apoio do pequeno Partido Trabalhista Nacional (PTN), do Partido Libertador (PL), do Partido Democrata Cristão (PDC) e do Partido Republicano (PR).

Jânio recebeu também a indicação da UDN, embora seu programa se distanciasse, em parte, da agenda dessa agremiação. Ao longo de sua campanha, o candidato paulista passou a defender bandeiras tradicionais das lideranças trabalhistas, como o fortalecimento da Petrobras e o controle das remessas de lucros para o exterior, pontos que procurava combinar com a proposta de adoção de medidas de austeridade monetária, tendo em vista o controle da inflação e o saneamento das finanças públicas.

Mas a divergência mais notável entre Jânio e a UDN era a defesa, pelo candidato, de uma política externa independente do alinhamento automático do Brasil aos interesses norte-americanos. Essa posição tornou-se evidente quando no ano de 1960, em plena campanha presidencial, Jânio Quadros fez uma visita a Cuba, país que então apenas iniciava a experiência socialista.

O principal adversário de Jânio Quadros na sucessão presidencial era o antigo ministro do Exército, o marechal Henrique Teixeira Lott, lançado candidato pelo PSD. Lott tinha alcançado grande prestígio ao evitar o golpe que, em 1955, tentara impedir a posse de JK na presidência. Lott recebeu o apoio do PTB, através da indicação de João Goulart, vice-presidente de JK, como candidato à reeleição. O acordo para a formação da chapa governista não foi tranquilo, uma vez que setores do PTB, sob a liderança do então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, tentaram articular uma candidatura trabalhista ao pleito presidencial, em associação com a organização intersindical Pacto da Unidade Intersindical (PUI). Por outro lado, a candidatura de Goulart à reeleição sofria forte resistência por parte de setores do PSD e de militares. De todo modo, o nome de Lott, associado às causas nacionalistas, recebeu o apoio de lideranças comunistas e da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN).

Em 1959, surgiu o Movimento “Jan-Jan”, desligado das articulações partidárias, que passou a promover conjuntamente a campanha do candidato paulista à presidência e a de João Goulart, o Jango, à vice-presidência. Vale observar que, na vigência da Constituição de 1946, então em vigor, os pleitos para a presidência e a vice-presidência da República eram separados, não sendo exigido, portanto, que os eleitores votassem nos candidatos de uma mesma chapa. O Movimento “Jan-Jan” foi claramente tolerado por Jânio diante do fato de que o vice-presidente era liderança reconhecida nos meios trabalhistas e sindicais.

No pleito, realizado em 3 de outubro de 1960, Jânio Quadros recebeu 48% dos votos, elegendo-se presidente da República. Henrique Lott obteve 32% dos votos, sendo seguido por Ademar de Barros, do PSP, com 20% dos votos. Na eleição para vice-presidente, João Goulart venceu o candidato udenista, o mineiro Milton Campos, com uma diferença de pouco mais de 300 mil votos.



Atende ao Objetivo 1

1. Leia o texto do historiador norte-americano Thomas Skidmore e identifique as principais características do estilo político de Jânio Quadros, relacionando-as com sua vitória contra a tradicional aliança PSD-PTB nas eleições presidenciais de 1960.

Janio Quadros era um solitário que havia construído uma carreira política sobre seu carisma no Estado de São Paulo. Começara como professor de ginásio, mais tarde, vendendo sua história da gramática portuguesa de porta em porta, mas sua verdadeira vocação era convencer os eleitores da classe média de que ele podia limpar a política. Era uma figura desganhada – alto e magro, com os cabelos caindo sobre o cenho e um olho ruim (resultado de um acidente de infância). Era especialmente adepto de manter os holofotes sobre si, soltando trechos saborosos de uma história, enquanto postergava com

sucesso o desfecho. Sua campanha para a presidência em 1960 exibia esse talento. O símbolo de sua campanha era uma vassoura – para varrer os políticos corruptos. Jânio atraía um apoio tão amplo e entusiástico que chegava ao público como uma espécie de messias. Ele foi a escolha da UDN, que o nomeou na esperança de finalmente ter um vencedor. Mas Jânio dava pouca importância à fidelidade partidária. No meio da campanha, renunciou à indicação da UDN, para caracterizar sua independência (SKIDMORE, 1998, p. 208).

Resposta Comentada

Nas eleições de 1960, Jânio Quadros apresentou-se como um candidato independente das grandes agremiações partidárias. Sua campanha baseou-se em um discurso de defesa da moralidade política e de combate à corrupção, simbolizado pela vassoura, afinando-se, nesse sentido, à agenda tradicional da UDN. Fundamentado em seu carisma, angariou o apoio de diversos setores da classe média e também entre os trabalhadores, veiculando a ideia de que, por estar “acima dos partidos”, poderia vir a oferecer, como um “messias”, soluções para os graves problemas enfrentados pelo país. Sua vitória no pleito presidencial interrompeu o longo período de domínio da aliança PSD-PTB, iniciado com a eleição de Eurico Dutra em 1945, e foi favorecida pela dificuldade de JK em apresentar um candidato de consenso para prosseguir com o projeto desenvolvimentista.



O breve governo de Jânio Quadros (1961) e a adoção do parlamentarismo

A campanha de Jânio Quadros à presidência da República baseou-se numa cruzada moralizadora, que pretendia realizar o “saneamento moral” da política e promover mudanças nos costumes. Essa foi uma marca importante da agenda do novo presidente, que, em seu curto governo, de apenas sete meses, anunciou medidas polêmicas, como a proibição do uso dos lança-perfumes no carnaval e a do biquíni.

Jânio Quadros não havia apresentado, no entanto, ao longo da campanha, propostas efetivas para superar os obstáculos que impediam a continuidade do desenvolvimento econômico. Tampouco havia clareza com relação às medidas que iria adotar para combater a crise econômica que afetava o país.

Após a posse, foi lançado um programa anti-inflacionário que incluía a reforma cambial, a promessa da diminuição do déficit orçamentário do governo e a redução de subsídios às importações de gêneros, como trigo e gasolina, o que acarretou, de imediato, forte elevação do custo de vida. Nos meses de maio e junho de 1961, o governo obteve sucesso em negociações com os credores estrangeiros e anunciou a contratação de um novo empréstimo externo de dois bilhões de dólares e um acordo de consolidação da dívida externa. Para conduzir a retomada do desenvolvimento econômico, foi anunciada a criação de Comissão Nacional de Planejamento.

A política de austeridade econômica e o aumento da carestia logo despertaram forte reação de empresários, lideranças sindicais e representantes dos movimentos populares, o que forçou o governo a recuar com relação a algumas das medidas anunciadas. Já em agosto, foram ampliados, progressivamente, os limites de concessão de créditos às empresas.

Também no campo da política externa, a atuação de Jânio Quadros foi marcada por certa ambiguidade. Foi nessa época que se fortaleceu a chamada “política externa independente”, isto é, a defesa de uma aproximação do Brasil com outros países do “Terceiro Mundo”, que serviria como um caminho intermediário à bipolarização imposta pela Guerra Fria. Conforme assinalado por Skidmore (2007), Jânio esperava realizar negociações financeiras e comerciais simultâneas tanto com os Estados Unidos e a Europa ocidental como com os países do bloco soviético. A manifestação contrária do presidente brasileiro às ações das Forças Armadas americanas em Cuba e seu esforço para aproximar o Brasil dos países do leste europeu inscreviam-se, portanto, no contexto de sua “política externa independente”. Outras manifestações da nova orientação da política externa incluíram o apoio de Jânio à discussão, pela Organização das Nações Unidas (ONU), sobre a participação da China comunista nesse organismo, e sua intenção de promover o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética, rompidas em 1947.

A “política externa independente” de Jânio Quadros dificultava, no entanto, as negociações que o Brasil mantinha com os credores internacionais e desagradava os setores liberais e conservadores dentro do próprio país. O então governador do recém-criado estado da Guanabara, Carlos Lacerda, eleito pela UDN, passou a liderar os ataques contra o governo. Suas críticas tornaram-se bastante violentas depois que Jânio decidiu condecorar com a Ordem do Cruzeiro do Sul, uma comenda que o presidente brasileiro pode atribuir a personalidades estrangeiras, o ministro da Economia de Cuba, Che Guevara, em visita ao Brasil.



Figura 10.1: Jânio e Che.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/39/Janio_Quadros_y_el_Che.jpg



Criação do estado da Guanabara

Com a mudança da capital federal para Brasília, em 21 de abril de 1960, a cidade do Rio de Janeiro transformou-se no estado da Guanabara. Seu primeiro governador foi José Sette Câmara Filho, nomeado por Juscelino Kubistchek, sucedido por Carlos Lacerda, eleito em dezembro de 1960. A Lei Complementar nº 20, de julho de 1974, aprovou a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, que passou a vigorar em março do ano seguinte. A cidade do Rio de Janeiro tornou-se então capital do estado fluminense.

Em 25 de agosto, após a divulgação, por Lacerda, da denúncia de que estaria sendo tramado pelo ministro da Justiça, Oscar Pedroso Horta, um golpe de Estado, Jânio Quadros surpreendeu o país com a apresentação ao Congresso Nacional do pedido de renúncia da

presidência da República. Observadores contemporâneos a esses eventos e também historiadores sugeriram que Jânio na verdade esperava contar com a recusa dos parlamentares em conceder-lhe o afastamento, obtendo assim maior prestígio e ampliação dos poderes presidenciais. Essa hipótese, no entanto, não se confirmou.

De fato, Jânio não havia conseguido construir bases políticas sólidas que lhe dessem sustentação. As medidas de austeridade econômica desagradavam tanto a setores conservadores, representados pela UDN e por parte do PSD, como também aos trabalhistas e à esquerda nacionalista. A “política externa independente”, por sua vez, sofria a oposição dos liberais e militares, como aqueles vinculados à Escola Superior de Guerra (ESG), que conduziam uma campanha contra a “infiltração comunista” no Brasil. A cruzada moralizadora e o carisma de Jânio, que haviam sido essenciais a sua vitória nas eleições de 1960, não se revelaram suficientes para justificar uma reação por sua permanência no governo.

A renúncia de Jânio Quadros configurou uma grave crise política. De acordo com a Constituição de 1946, no caso de vacância do cargo de presidente da República, este deveria ser substituído pelo vice-presidente. Como João Goulart estivesse na ocasião da renúncia em viagem oficial à República Popular da China, o posto máximo do país foi transferido, em caráter interino, ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazilli.

Mas a perspectiva da posse de João Goulart, político associado à herança de Getúlio Vargas e ao sindicalismo, trouxe grande apreensão entre os setores conservadores, representados pela UDN e por parte da oficialidade militar. Antes que o vice-presidente retornasse ao país, o ministro da Guerra, general Odílio Denis, o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Gabriel Moss, e o ministro da Marinha, almirante Sílvio Heck, divulgaram um manifesto, denunciando João Goulart como “subversivo”, no qual declaravam sua disposição de evitar que este assumisse a presidência. Os partidários de Jango, por sua vez, iniciaram um movimento em prol da legalidade, isto é, ao cumprimento do dispositivo constitucional que regulamentava a sucessão presidencial.

O principal responsável por essa campanha foi o governador gaúcho Leonel Brizola, que, através da “cadeia da legalidade”, declarou-se disposto a enfrentar pelas armas, se necessário, os ministros militares. A defesa da legalidade recebeu também o apoio dos governadores Nei Braga, do Paraná, e Mauro Borges, de Goiás.



Cadeia da legalidade

Para conduzir a resistência ao veto militar que ameaçava a posse de Jango na presidência, Leonel Brizola ocupou militarmente a Rádio Guaíba e a Rádio Farroupilha, em Porto Alegre, formando a chamada “cadeia da legalidade”, que integrava mais de cem emissoras dos estados do Sul do país. Fez então calorosos pronunciamentos nos quais conclamava a população à defesa da legalidade. Para proteger o Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, após denúncia de bombardeio iminente por parte do III Exército, localizado no Rio Grande do Sul, Brizola construiu trincheiras e distribuiu armas à população civil.



Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/ce/Brizola.jpg>

Parlamentarismo

Sistema de governo de caráter representativo, no qual a direção dos negócios públicos (o Poder Executivo) é atribuída a um gabinete ministerial, submetido ao voto de confiança ou desconfiança do parlamento. O gabinete ministerial é chefiado pelo primeiro-ministro, que exerce a função de chefe de governo. O presidente da República é o chefe de Estado, que tem funções cerimoniais e representa a nação. No Brasil, o parlamentarismo vigorou durante a monarquia e no governo de João Goulart, entre 2 de setembro de 1961 e 6 de janeiro de 1963.

O receio de que o confronto entre os legalistas e os setores contrários à posse de Goulart originasse uma guerra civil levou as principais lideranças do PSD, do PTB e da UDN a acertar um acordo pelo qual ficou garantida a transferência do cargo ao vice-presidente, que, no entanto, governaria sob o sistema parlamentarista, no qual seus poderes seriam bastante reduzidos. Foi então aprovada pelo Congresso Nacional, em 2 de setembro, a Emenda Constitucional nº 4, instituindo o **parlamentarismo**. Goulart foi empossado na presidência no dia 7 do mesmo mês.



Atende ao Objetivo 2

2. Leia o trecho selecionado do pronunciamento de Leonel Brizola, transmitido pela “cadeia da legalidade” em 28 de agosto de 1961, e indique as razões do veto dos ministros militares à posse de João Goulart e os argumentos dos legalistas, favoráveis ao vice-presidente.

Povo de Porto Alegre, meus amigos do Rio Grande do Sul! Não desejo sacrificar ninguém, mas venham para a frente deste Palácio, numa demonstração de protesto contra essa loucura e esse desatino. Venham e se eles quiserem cometer essa chacina, retirem-se, mas eu não me retirarei e aqui ficarei até o fim. Poderei ser esmagado. Poderei ser destruído. Poderei ser morto. Eu, a minha esposa e muitos amigos civis e militares do Rio Grande do Sul. Não importa. Ficará o nosso protesto, lavando a honra desta Nação. Aqui resistiremos até o fim. A morte é melhor do que vida sem honra, sem dignidade e sem glória. Aqui ficaremos até o fim. Podem atirar. Que decolem os jatos! Que atirem os armamentos que tiverem comprado à custa da fome e do sacrifício do povo! Joguem essas armas contra este povo. Já fomos dominados pelos trustes e monopólios norte-americanos. Estaremos aqui para morrer, se necessário. Um dia, nossos filhos e irmãos farão a independência do nosso povo! (BRIZOLA, 1961). (Fonte: http://www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=brizola-convoca-a-resistencia-ao-golpe-discurso-no-radio-porto-alegre-1961)

Resposta Comentada

O veto dos ministros militares fundamentava-se na alegação de que a posse de João Goulart, associado ao sindicalismo, constituía uma ameaça à ordem e às instituições do país. O impasse entre os ministros militares e os legalistas, que se apoiavam na Constituição de 1946 para defender a posse de Jango, foi solucionado pelo acordo que implantou o parlamentarismo. O discurso de Leonel Brizola denuncia a conspiração militar e defende a legalidade, fazendo referência à defesa do nacionalismo contra os "trustes e os monopólios americanos".

O governo João Goulart e o golpe de 1964

João Goulart, principal herdeiro político de Getúlio Vargas, fizera carreira no sindicalismo vinculado ao Ministério do Trabalho, que chefiara por oito meses, e no trabalhismo. Seu partido, o PTB, vinha apresentando importante crescimento, com ampliação do número de cadeiras no Congresso Nacional nas eleições gerais de 1962 – o número de deputados do partido crescera de 66, em 1958, para 116, em 1962. Desde o início de seu governo, Jango buscou recuperar os poderes presidenciais, perdidos com a "solução parlamentarista". Seu esforço resultou na aprovação da realização do plebiscito de 6 de janeiro de 1963, no qual foi aprovado o retorno ao presidencialismo, por ampla maioria. Mais de nove milhões de

pessoas escolheram nessa consulta o sistema presidencialista, enquanto a opção parlamentarista obteve cerca de dois milhões de votos, uma vitória que, por si só, expressava uma clara aposta da população no presidente. A fase parlamentarista do governo de João Goulart foi marcada, entretanto, por forte instabilidade política e por dificuldades na composição dos sucessivos gabinetes ministeriais.



Os gabinetes parlamentaristas

Durante a fase parlamentarista do governo de João Goulart, sucederam-se três gabinetes ministeriais. O primeiro gabinete foi chefiado por Tancredo Neves, do PSD. Em junho de 1962, foi empossado o político gaúcho Francisco Brochado da Rocha, que permaneceu como primeiro-ministro por apenas quatro meses. Em setembro do mesmo ano tomou posse no cargo Hermes Lima, do PTB, que chefiou o Ministério até o retorno do presidencialismo, em janeiro de 1963.

À frente do governo, João Goulart teve de enfrentar a grave crise econômica que afetava o país e, da mesma forma que seu antecessor, buscou conciliar medidas que ao mesmo tempo combatessem a inflação e a carestia, permitindo a retomada do crescimento econômico. Havia também forte mobilização dos trabalhadores, que organizaram inúmeras greves urbanas e rurais, levando a algumas conquistas significativas, como a criação do décimo terceiro salário em julho de 1962. Em novembro de 1961, foi realizado em Belo Horizonte o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, com a presença do presidente, no qual foi reafirmada a bandeira da reforma agrária. Em março de 1963, foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, que estendeu ao campo os benefícios da legislação trabalhista.

Em dezembro de 1962, foi anunciado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, organizado pelo ministro do Planejamento, o economista Celso Furtado, que buscava estabelecer mecanismos de controle da inflação através da redução do déficit público e das emissões de moeda, de ajustes de preços e tarifas e de cortes de subsídios. O saneamento econômico e financeiro era considerado por Furtado necessário à retomada dos investimentos e do desenvolvimento. O ministro previa também a obtenção de investimentos externos, o aumento das exportações e a instituição de novas medidas tributárias, inclusive de impostos sobre contribuintes com rendas mais altas.

A execução do Plano Trienal não levou, no entanto, a resultados significativos no controle da inflação. Em abril de 1963, em atendimento às pressões do movimento sindical, foi autorizada a retomada dos subsídios às importações e a negociação salarial com diversas categorias. O déficit nas despesas públicas alcançou o índice de 30% e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) reduziu-se de 6,6%, em 1962, para valores inferiores a 0,5%, em 1963. No ano seguinte, a taxa de crescimento da economia manteve-se em 1%, a expansão monetária atingiu 64,3%, em relação ao ano anterior, e a taxa de inflação superou 80%. Anunciava-se, dessa forma, um sério quadro recessivo. Foi nesse contexto que ganhou força o debate em torno das “reformas de base”.

As “reformas de base” configuravam um conjunto de propostas que visavam promover alterações nas bases econômicas e sociais do país, contribuindo para o desenvolvimento e a diminuição das desigualdades sociais. Incluíam as reformas bancária, fiscal, administrativa, agrária e universitária, associando-se à defesa da extensão do direito de voto aos analfabetos e às patentes subalternas das Forças Armadas (marinheiros e sargentos). Vinham sendo discutidas por setores do trabalhismo e representantes da esquerda desde o final da década de 1950 e, após a posse de Jango, passaram a integrar a agenda do governo. Em 1962, para defender as reformas, foi organizada a Frente de Mobilização Popular (FPM),

sob a liderança de Leonel Brizola, que fora eleito deputado federal pela Guanabara, congregando representantes do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), do Pacto de Unidade e Ação (PUA), da União Nacional dos Estudantes (UNE), da União Brasileira dos Estudantes Secundários (UBES), da FPN e das ligas camponesas.

Ainda em 1963, João Goulart tentou negociar com lideranças dos diversos partidos no Congresso Nacional um anteprojeto de reforma agrária que previa a desapropriação de terras mediante pagamento de títulos da dívida pública. Encaminhou também um projeto de emenda constitucional, autorizando a utilização desses títulos na indenização de imóveis urbanos desapropriados por interesse social. Essas iniciativas, entretanto, não alcançaram o sucesso almejado. A lei de remessa de lucros para o exterior, aprovada em setembro de 1962 e regulamentada em janeiro de 1964, provocou imediata retaliação dos Estados Unidos, tendo empresas desse país suspenso créditos ao Brasil e interrompendo-se a negociação da dívida externa.

Em setembro de 1963, a Revolta dos Sargentos, que reivindicava a concessão aos graduados das Forças Armadas (sargentos, suboficiais e cabos) o direito de exercer mandatos parlamentares, o que não era admitido pela Constituição de 1946, marcou a crescente mobilização política e reforçou a pressão pela aprovação das reformas.

Configurava-se dessa maneira um nítido quadro de polarização política. De um lado, setores do sindicalismo, dos movimentos sociais e a FMP apoiavam o governo e as “reformas de base”. De outro, setores conservadores organizavam-se através de associações, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e a Tradição Família e Propriedade (TFP), para desencadear uma poderosa campanha de desestabilização do governo de João Goulart. A principal arma dessas organizações era o discurso anticomunista que acusava o presidente de seguir tendências “socializantes”. No início de 1964, notava-se o claro isolamento de Jango em relação ao PSD e demais setores conservadores, afastando-se a possibilidade de que estes viessem a apoiar as reformas.



Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad)

Fundado em 1959, contava com o apoio financeiro de empresários brasileiros e estrangeiros, e declarava ter por objetivo combater a propagação do comunismo no Brasil. Atuou na área sindical, no movimento estudantil e no apoio à eleição de candidatos de oposição ao governo e teve suas atividades encerradas em dezembro de 1963.



Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes)

Fundado em fevereiro de 1962, tinha por objetivo promover a defesa da liberdade pessoal e a da empresa, e fazer oposição às tendências “socializantes”, associadas ao projeto das “reformas de base”. Congregava empresários e profissionais liberais e recebia contribuições de firmas brasileiras e estrangeiras. Contava em seus quadros com civis e militares, afinados à doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG) de combate à “infiltração comunista”. Dedicou-se à propaganda através de cursos e conferências e da edição de diversas publicações, e produziu filmes de propaganda política, para exibição nos cinemas e na televisão. Muitos integrantes do Ipes participaram das articulações que levaram ao golpe militar de 1964. Deixou de funcionar em 1972.

No comício realizado no dia 13 de março, na estação da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, que ficou conhecido como o Comício das Reformas, diante de um público estimado em cento e cinquenta mil pessoas, Jango defendeu a reforma da Constituição e anunciou a encampação das refinarias de petróleo particulares e a possibilidade de desapropriação de terrenos beneficiados com investimentos públicos, como estradas e açudes, para a reforma agrária. Leonel Brizola pronunciou discurso no qual acusava o Congresso Nacional de criar obstáculos às aspirações populares. Em resposta ao Comício das Reformas, setores do clero e entidades como a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) organizaram uma série de manifestações, conhecidas como Marcha da Família com Deus pela Liberdade, iniciada pela manifestação em São Paulo, no dia 19 do mesmo mês, reunindo cerca de trezentas mil pessoas.



Figura 10.2: O Comício das Reformas.

Fonte: http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=933&query=advsearch&search_by_authname=all&search_by_field=tax&search_by_headline=false&search_by_keywords=%7B%7D&search_by_priority=all&search_by_section=131&search_by_state=all&search_text_options=all&sid=131&text=&tpl=view_EXPO-galeria.htm

Ao mesmo tempo, entre setores da alta e média oficialidade militar, fortalecia-se a apreensão com relação ao engajamento de graduados das Forças Armadas na luta pelas “reformas de base”, o que consideravam como quebra de princípios de hierarquia e disciplina militar. Muitos desses oficiais envolveram-se em ações que tinham por objetivo desestabilizar o governo, reduzindo-se dessa forma o apoio militar a João Goulart.

Em 20 de março, o chefe do Estado-Maior do Exército, general Humberto de Alencar Castelo Branco, enviou uma circular, reservada à oficialidade, na qual alertava contra o “perigo do comunismo”. Cinco dias depois, a recusa de João Goulart em punir os marinheiros e fuzileiros navais, envolvidos em uma revolta no Rio de Janeiro, fez com que a crise se estendesse aos oficiais da Marinha. A repercussão causada por tais episódios levou à deflagração do movimento golpista, iniciado no dia 31 de março, com o deslocamento de tropas de Minas Gerais, comandadas pelo general Olímpio Mourão Filho, em direção ao Rio de Janeiro, onde se encontrava o presidente, exigindo sua renúncia. O isolamento do presidente tornava-se bastante evidente. O *Correio da Manhã*, jornal então muito influente, publicou violentos editoriais contra Jango, intitulados “Basta” e “Fora”, nos dias 31 de março e 1º de abril. Os governadores Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, de Minas Gerais, e Ademar de Barros, de São Paulo, também apoiaram a ação dos golpistas.

Sem contar com um dispositivo militar que garantisse sua permanência no governo, Jango deslocou-se para Brasília e em seguida para o Rio Grande do Sul, deixando o país dias depois, para exilar-se no Uruguai. Instado por Leonel Brizola a iniciar a resistência contra o golpe, Jango teria preferido evitar a deflagração de uma guerra civil, contida nessa alternativa. Posteriormente, foi revelado que uma operação secreta da Marinha dos Estados Unidos, denominada Operação Brother Sam, preparava-se para dar apoio aos militares golpistas no caso de resistência das forças leais a João Goulart.

Antes mesmo que Jango deixasse o país, foi declarada vaga a presidência da República, transferindo-se o cargo, em caráter interino, novamente, a Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados. Em 2 de abril, foi organizado o “Comando-Geral da Revolução”, composto pelo brigadeiro Correia de Mello, da Aeronáutica, pelo vice-almirante Augusto Rademacker, da Marinha, e pelo general Costa e Silva, do Exército. Desencadeou-se violenta repressão sobre lideranças sindicais, camponesas e estudantis, integrantes da administração pública e políticos associados à defesa do governo ou considerados como “subversivos”. Em 9 de abril, foi editado o Ato Institucional, através do qual os militares no poder buscavam assegurar alguma legitimidade às suas ações. No dia seguinte, foram cassados os mandatos de 41 deputados e suspensos os direitos políticos de diversas personalidades de destaque, como o ex-presidente Jânio Quadros e o próprio Goulart. No dia 11, Castelo Branco foi eleito em pleito indireto, pelo Congresso Nacional, tendo início o ciclo dos presidentes militares, que seria encerrado somente em 1985.



A historiografia sobre o golpe de 1964

As primeiras interpretações sobre o golpe de 1964 associavam o episódio à emergência de uma crise da acumulação capitalista, isto é, ao fato de que a necessidade de superar a crise do modelo de desenvolvimento econômico, implementado na década de 1950, exigiria uma maior abertura ao capital estrangeiro e o controle das organizações e lutas dos trabalhadores, objetivos alcançados apenas com o início da ditadura militar. Também era assinalada a relação entre o golpe a crise do “populismo”, entendido como a forma da dominação de classes daquela etapa da história do Brasil,

conforme proposto por Otávio Ianni em *O colapso do populismo no Brasil* (1978). René Dreifuss, em *1964: a conquista do Estado* (1981), deu contribuição fundamental ao conhecimento das articulações entre a classe dominante e os militares na conspiração para a deposição de João Goulart. Ao estudar a atuação dos representantes do grande capital, através do chamado “complexo Ipes-Ibad”, na conspiração, Dreifuss defendeu que o episódio não se reduziu a um golpe militar, configurando antes um movimento “civil-militar”. Algumas interpretações, surgidas na década de 1990, baseadas principalmente em entrevistas de história oral, concedidas por oficiais militares, questionaram que o movimento de março de 1964 apresentasse alto grau de organização e ou articulação ao grande capital, afirmando, pelo contrário, que os militares teriam sido mobilizados de forma dispersa e contrariamente a elementos como a “desordem” do governo Goulart, o “perigo comunista”, a corrupção, a instauração de uma “república sindical” e, sobretudo, a quebra da hierarquia militar, como ocorrera nas revoltas dos sargentos e dos marinheiros (SOARES, 2004). Esse argumento não considerava, no entanto, que o regime que se instaurou naquele ano adotou medidas que constavam da agenda do IPES, conforme já notado por Dreifuss, permitindo o reforço da acumulação capitalista, e que integrantes do governo de Castelo Branco (1964-1967) haviam participado das atividades do instituto. Também *Democracia ou reformas*, de Argelina Figueiredo (1993), contestou as análises estruturais (isto é, associando fatores econômicos, políticos e sociais) sobre o golpe, ao privilegiar os momentos críticos do governo de

Goulart. Para a autora, as escolhas feitas tanto pelas esquerdas como por setores conservadores e militares no sentido de maximizarem suas agendas teriam levado ao desfecho, representado pela deposição do presidente. Nessa interpretação, os grupos políticos atingidos pelo golpe tornavam-se também responsáveis por esse acontecimento. Essa hipótese foi mais tarde retomada por Gaspari (2002) e Ferreira (2004). Tais perspectivas foram criticadas por Toledo (2004), que notou que a imputação de um caráter “golpista” às esquerdas ajudava a reforçar versões favoráveis ao golpe, contribuindo para sua legitimação. Concorre também para refutar a hipótese sobre a radicalidade das esquerdas a consideração oferecida por Ferreira (2006), de que as “reformas de base” estavam em sintonia com a agenda da Aliança para o Progresso, sendo que parte delas foi adotada pelo próprio regime militar, como o Estatuto do Trabalhador Rural.



Atende ao Objetivo 3

3. Leia o texto do historiador Caio Navarro de Toledo e indique o significado atribuído pelo autor ao golpe de 1964.

O golpe de 1964 veio, pois, coroar as tentativas anteriormente fracassadas. Destruindo as organizações políticas e reprimindo os movimentos sociais de esquerda e progressistas,

o golpe foi saudado pelas classes dominantes e seus ideólogos, civis e militares, como uma autêntica Revolução. Aliviadas por não terem de se envolver militarmente no país, as autoridades norte-americanas congratularam-se com os militares e políticos brasileiros pela “solução” encontrada para superar a “crise política” no país. O governo Goulart que, nos últimos dias de março de 1964, contava com elevada simpatia junto à opinião pública, ruiu como um castelo de areia. (...) Desarmadas, desorganizadas e fragmentadas, as forças progressistas e de esquerda nenhuma resistência ofereceram aos golpistas. Alegando que não queria assistir a uma “guerra civil” no país, Goulart negou-se a atender alguns apelos de oficiais legalistas no sentido de ordenar uma ação repressiva – de caráter intimidatório – contra os sediciosos que vinham de Minas. Preferiu o exílio político (TOLEDO, 2004, p. 24).

Resposta Comentada

Para Caio Navarro de Toledo, o golpe de 1964 dava sequência, com sucesso, a iniciativas anteriores de intervenção na política por parte de setores do oficialato militar, apoiadas por grupos conservadores, como as articulações que tentaram forçar a deposição de Getúlio Vargas, em 1954, impedir a posse de Juscelino Kubitschek, em 1955, e a do próprio João Goulart, em 1961. O sucesso da intervenção relacionava-se ao consenso obtido em torno da atuação das Forças Armadas pela Doutrina de Segurança Nacional. O golpe foi considerado pelos vitoriosos como uma “Revolução”, que tomavam para si, no uso desse termo, o vocabulário da esquerda, assumindo um conteúdo de classe. As forças derrotadas não ofereceram resistência, abrindo-se dessa forma o caminho para a instauração da ditadura militar.



Indicação de sites

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC:

<http://cpdoc.fgv.br/>

Neste portal, você encontra textos e imagens sobre os governos de Jânio Quadros e João Goulart e o golpe de 1964.

Instituto João Goulart

No site do Instituto João Goulart, você encontra documentos, vídeos e imagens sobre a trajetória do ex-presidente:

<http://www.institutojoaogoulart.org.br/>

Indicação de filme

O filme *Jango* (1984), de Sílvio Tendler, apresenta a trajetória de João Goulart.

Caliban Produções, 117 minutos.



Fonte: http://images.quebarato.com.br/T440x/jango+rio+de+janeiro+rj+brasil__66749_1.jpg

CONCLUSÃO

Durante o governo de João Goulart, a apreensão com a implementação da agenda das “reformas de base” provocou forte reação entre setores políticos conservadores e liberais. Organizados em associações, como o IPES e o IBAD, tais setores promoveram a campanha de desestabilização que antecedeu a deposição do presidente, em março de 1964.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Não receio ser chamado de subversivo pelo fato de proclamar e tenho proclamado, e continuarei proclamando em todos os recantos da Pátria – a necessidade da revisão da Constituição, que não atende mais aos anseios do povo e aos anseios do desenvolvimento desta Nação. Essa Constituição é antiquada, porque legaliza uma estrutura socioeconômica já superada, injusta e desumana; o povo quer que se amplie a democracia e que se ponha fim aos privilégios de uma minoria; que a propriedade da terra seja acessível a todos; que a todos seja facultado participar da vida política através do voto, podendo votar e ser votado; que se impeça a intervenção do poder econômico nos pleitos eleitorais e seja assegurada a representação de todas as correntes políticas, sem quaisquer discriminações religiosas ou ideológicas. (...) (GOULART, 1964) <http://www.institutojoaogoulart.org.br/conteudo.php?id=31>>.

Explique por que, para João Goulart, a ampliação da democracia era associada às “reformas de base”.

Resposta Comentada

Em seu discurso, João Goulart defende a ideia de que a Constituição Federal era responsável pela perpetuação de uma estrutura socioeconômica "injusta". A ampliação da democracia deveria incluir, portanto, a revogação das restrições existentes ao direito de voto e às condições de elegibilidade, a liberdade política e de opinião, e também o fim dos privilégios, decorrentes das desigualdades econômicas e sociais, concedendo-se que a terra fosse acessível a todos. Para eliminar as barreiras, existentes a essas mudanças, comprometia-se a promover a reforma da Constituição.

RESUMO

As eleições presidenciais de 1960 levaram ao poder o político paulista Jânio Quadros, que não se vinculava à tradicional aliança PSD-PTB, sendo apoiado por partidos menores e pela UDN. Tendo pautado sua campanha à presidência por uma "cruzada moralizadora" que deveria varrer os "corruptos" instalados no governo, Quadros não logrou constituir bases políticas sólidas que lhe permitissem colocar em execução um programa anti-inflacionário, destinado a debelar os sintomas de grave crise econômica que dificultava a retomada do desenvolvimento. Seu pedido de renúncia da presidência, apresentado ao Congresso Nacional em agosto de 1961, abriu uma grave crise política, uma vez que setores das Forças Armadas mobilizaram-se para impedir a posse de seu sucessor legal, o gaúcho João Goulart, do PTB, associado ao trabalhismo e à herança de Getúlio Vargas. O impasse foi solucionado com o acordo político, concertado entre as principais lideranças do Congresso, que garantiu a posse de Goulart mediante a adoção do

sistema parlamentarista, que reduziu os poderes presidenciais. O retorno ao presidencialismo foi aprovado em plebiscito, realizado em janeiro de 1963. O governo de João Goulart foi marcado pela apresentação do Plano Trienal, que compreendia medidas de austeridade econômica, consideradas como necessárias à retomada do projeto desenvolvimentista, e pelo debate em torno das chamadas “reformas de base”. Desencadeou-se então poderosa campanha de desestabilização do governo, promovida por associações, como o Ipes e o Ibad, e verificou-se o isolamento crescente do presidente, deposto pelo golpe de março de 1964.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você vai estudar as bases legais e institucionais do regime militar, instaurado em março de 1964, e a atuação política das Forças Armadas.

Aula 11

Legitimidade
e coação no
pós-1964:
institucionalidade
partidária e
repressão

Monica Piccolo Almeida

Meta da aula

Apresentar o panorama institucional e político do regime que se iniciou com o golpe militar de 1964, através do exame das bases legais que lhe davam sustentação e dos mecanismos de controle e repressão da oposição.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as bases legais que buscavam dar sustentação ao regime militar, inaugurado em abril de 1964, com destaque para os Atos Institucionais, a Constituição de 1967 e a emenda constitucional de 1969 (conhecida como “Constituição de 1969”);
2. reconhecer as bases da reforma partidária que instituiu o bipartidarismo após a edição do Ato Institucional n. 2 (27/10/1965), estabelecendo as condições para o funcionamento da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB);
3. descrever as bases institucionais da “comunidade de segurança e informações” que atuou na repressão das oposições à ditadura militar e desenvolveu atividades de espionagem e polícia política.

Pré-requisitos

Para acompanhar esta aula, você precisa ter estudado os elementos da chamada “Doutrina de Segurança Nacional” que deu sustentação ideológica à ditadura militar, tema que foi trabalhado na Aula 9. Será importante também recordar os eventos que desencadearam a crise política e econômica que levou à deposição do Presidente João Goulart, em março de 1964, que estudamos na Aula 10.

INTRODUÇÃO

Nas aulas anteriores, você estudou o projeto político, formulado por oficiais militares vinculados à Escola Superior de Guerra (ESG), correspondendo à Doutrina de Segurança Nacional, baseada no binômio “segurança e desenvolvimento”.

Você aprendeu que a Doutrina de Segurança Nacional pautava-se pelo diagnóstico, formulado no contexto da Guerra Fria, de que poderia ocorrer a implantação de uma “guerra revolucionária” nos países do Terceiro Mundo. A Doutrina de Segurança Nacional atribuía às Forças Armadas um papel central na tarefa de combater os “inimigos internos” do país, garantindo a segurança e o desenvolvimento econômico.

Você estudou os diversos elementos da crise política e econômica, instaurada nos governos dos Presidentes Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964). A tentativa de adoção da agenda das “reformas de base”, por Goulart, despertou forte reação entre setores conservadores, organizados no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e no Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), que conduziram a campanha de desestabilização, preparando o terreno para o golpe de março de 1964.

Nesta aula, você vai estudar as bases legais e institucionais com que os governos militares buscaram garantir a legitimidade para o regime iniciado em 1964. Em 1966, implantou-se o bipartidarismo, que substituiu o sistema de partidos nacionais, vigente desde 1945. Você vai conhecer também a “comunidade de informações e segurança”, responsável pela repressão da oposição à ditadura militar.

As bases legais do Estado de Segurança Nacional

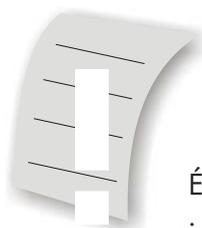
No dia 2 de abril de 1964, em sessão extraordinária do Congresso Nacional, após a movimentação de tropas que forçou a deposição de João Goulart, foi declarada vaga a Presidência da República. O deputado Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, foi empossado no cargo. O poder de fato foi assumido por uma junta militar, denominada “Alto-Comando da Revolução”, integrada pelo general Arthur da Costa e Silva, pelo almirante Augusto Rademaker e pelo brigadeiro Correia de Mello. Os integrantes da junta militar pronunciaram-se pelo retorno da legalidade e pelo reforço das instituições democráticas que entendiam terem sido “ameaçadas” pelo governo de Goulart, prometendo a eliminação do perigo da “subversão” e do comunismo.

Apesar dessas declarações, entre os oficiais militares que assumiram o poder não havia consenso quanto ao propósito central a ser seguido após o golpe. Os setores “moderados”, que contavam com a participação de oficiais ligados à Escola Superior de Guerra (ESG), como Humberto de Alencar Castelo Branco e Golbery do Couto e Silva, partilhavam das aspirações dos políticos civis da União Democrática Nacional (UDN), que tinham atuado na conspiração contra Goulart, quanto à necessidade de promover o retorno à normalidade democrática, garantindo a realização das eleições presidenciais, previstas para novembro de 1965. Já os militares do grupo que ficou conhecido como linha-dura, como Costa e Silva e o marechal Odílio Denys, defendiam o aprofundamento das medidas autoritárias para eliminar por completo as ameaças de “desordem” que associavam ao passado recente do país.

A institucionalização da ditadura militar no Brasil deu-se através de um processo contínuo de reformulação das normas em que se baseou o funcionamento do regime e da expansão do seu poder coercitivo, até que se iniciasse a “distensão”, isto é, o afrouxamento dos controles sobre a oposição, ocorrido nos governos de Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985).

A busca de uma base legal para a intervenção militar e a garantia da “segurança interna”, isto é, para o expurgo de todos aqueles que estivessem associados ao governo deposto, levou à promulgação do **Ato Institucional**, de 9 de abril de 1964, depois conhecido como Ato Institucional nº 1 (AI-1).

O Ato Institucional de abril de 1964 foi redigido pelos juristas Carlos Medeiros e Francisco Campos. Não por acaso, esse último fora responsável pela elaboração da Constituição autoritária do Estado Novo, de 1937. O documento declarava a necessidade de institucionalizar o movimento militar, que passava a ser definido como uma “autêntica revolução”. Segundo esse entendimento, a autoridade da “revolução” decorria do exercício de fato do poder político, o que era perfeitamente coerente com o conteúdo da Doutrina de Segurança Nacional. Por outro lado, empregando o termo “revolução” para definir o golpe de Estado, o regime incorporava ao discurso oficial o vocabulário tradicional dos movimentos de esquerda.



Preâmbulo do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964

É indispensável fixar o conceito de movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução. A revolução distingue-se de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação. A revolução vitoriosa investe-se no exercício do poder constituinte. Esse se manifesta pela eleição popular

Atos Institucionais

Denominação dada aos decretos, emitidos após o golpe militar de 1964, que buscavam legitimar e legalizar as ações do novo regime. Sua validação dependia apenas do poder extraconstitucional que se atribuiu o Poder Executivo para legislar, contrariamente ao regime fixado na Constituição de 1946, já que não eram submetidos à sanção do Legislativo. Entre 1964 e 1969, foram editados 17 atos institucionais e 104 atos complementares regulamentando seus dispositivos.

ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do poder constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como poder constituinte, legitima-se por si mesma. (...) Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular. Ato Institucional (9/4/1964).

Embora a Constituição de 1946 fosse mantida em vigor, o Ato Institucional limitou consideravelmente os poderes do Congresso Nacional, uma vez que parte das funções legislativas foi transferida para o Poder Executivo. O presidente da República recebeu o poder de introduzir emendas constitucionais e concentrou a competência legislativa exclusiva em matéria financeira e orçamentária, e recebeu a prerrogativa da decretação do estado de sítio, cabendo ao Congresso apenas rejeitá-lo ou aprová-lo. Foi ampliado o controle do Executivo sobre o Judiciário, sendo anulados direitos e garantias individuais. As garantias constitucionais e legais de vitaliciedade e estabilidade dos servidores públicos civis e militares foram suspensas, passando a ser possível, mediante "investigação sumária", promover dispensas, demissões e aposentadorias ou transferências para a reserva, no caso do pessoal militar. A autorização para processos e inquéritos, nos casos de crime contra a "ordem política e social" ou nos "atos de guerra revolucionária", deu origem aos Inquéritos Policiais Militares (IPM), instaurados em diversas repartições públicas e universidades federais. Foi autorizada a cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, e a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão por um prazo de dez anos, o que anulava os direitos de voto, de candidatura e de participação em atividades políticas e partidárias. Junto com o AI-1 foi publicada a lista de cerca de 140 pessoas que perderiam seus direitos políticos, encabeçada pelo ex-presidente João Goulart.

A edição do AI-1 deu início à onda de repressão a todos aqueles que poderiam vir a representar a oposição ao novo governo, que ficou conhecida nos meios militares como "Operação Limpeza". Logo após o golpe, foram especialmente visados dirigentes sindicais, intelectuais, professores, estudantes, lideranças dos movimentos católicos de esquerda, militares e funcionários públicos. Segundo Maria Helena Moreira Alves (1984), apenas no ano de 1964 foram afastados dirigentes de mais de 400 sindicatos, 43 federações e três confederações de trabalhadores.

Como consequência das cassações de mandatos parlamentares, a composição do Congresso Nacional foi bastante modificada. A eleição indireta, pelo Congresso Nacional, do primeiro general-presidente, Castelo Branco, ocorreu no dia 11 de abril, por um colégio eleitoral onde a voz da oposição fora sensivelmente reduzida. A maior parte dos parlamentares atingidos pelas cassações filiava-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do presidente deposto. O Partido Social Democrático (PSD) teve cassado, no mês de junho, um dos principais nomes da legenda, o ex-presidente e então senador por Goiás, Juscelino Kubistchek.

A institucionalização do regime teve prosseguimento com a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), ainda em 1964, como órgão destinado a coletar informações sobre segurança nacional, contrainformação e "subversão interna".

Não demoraram a surgir reações negativas ao novo governo e denúncias sobre o abandono dos princípios democráticos. O jornal *Correio da Manhã*, que participara ativamente da campanha pela deposição de Goulart, passou a noticiar as prisões arbitrárias e publicou denúncias de tortura, praticadas por militares e forças policiais. Houve também forte reação ao programa de estabilização econômica, anunciado pelos ministros da Fazenda, Octávio Gouveia de Bulhões, e do Planejamento, Roberto Campos, diante da apreensão sobre as medidas, que poderiam levar ao aumento do desemprego e à desnacionalização das empresas brasileiras. De fato, a nova orientação da política econômica estabeleceu as condições para

a retomada do desenvolvimento econômico, com base no arrocho salarial e na criação de mecanismos de "poupança forçada", como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), instituído em 1966, que modificava as regras de estabilidade no emprego garantidas pela legislação trabalhista.

Cedendo às pressões dos setores "linha dura", Castelo Branco logo concordaria em estender seu período de governo até março de 1967.



Atende ao Objetivo 1

1.

Vitorioso o movimento militar, os chefes das Forças Armadas manifestaram aos dirigentes políticos a necessidade de serem cassados mandatos de governadores, deputados e senadores, envolvidos no movimento subversivo que atribuíam à responsabilidade do Sr. João Goulart. O Sr. Bilac Pinto explicou-lhes que não havia condições políticas para obter do Congresso essas cassações, mas declarou que o comando revolucionário teria poder de fazê-lo, com ato de força, afirmativo do direito das revoluções. (...)

O Brasil passou a tomar conhecimento das doutrinas sobre o poder constituinte das revoluções e a experimentar sua imediata execução. O legalismo das Forças Armadas adquiriu assim novo dinamismo e novas dimensões, graças às quais a intervenção militar perdeu a característica dos golpes habituais para se transformar numa ação revolucionária, na medida em que gerou direito e reformou a Constituição (CASTELLO BRANCO, 1964, p. 305-306).

O jornalista Carlos Castello Branco refere-se ao contexto da promulgação do Ato Institucional de 1964. Que razões foram apresentadas para a adoção desse novo instrumento jurídico?

Resposta Comentada

Quando os militares assumiram o poder, em abril de 1964, não existiam bases legais para sua intervenção. Os integrantes do “Alto-Comando da Revolução” emitiram o Ato Institucional, de abril de 1964, através do qual o movimento que depôs o presidente João Goulart foi definido como uma “revolução”. Foram ampliadas as prerrogativas legislativas do Poder Executivo, sendo anulados direitos e garantias constitucionais.

A Constituição de 1967 e a institucionalização do Estado de Segurança Nacional

As eleições para os governos estaduais, em outubro de 1965, serviram de teste para medir a força da oposição ao governo de Castello Branco. A vitória de candidatos como Francisco Negrão de Lima, pela coligação PSD-PTB, no estado da Guanabara, e Israel Pinheiro, do PSD, em Minas Gerais, ligados aos grupos políticos que sustentavam o governo anterior, foi considerada como uma séria ameaça pelos oficiais da “linha dura”. As pressões por um maior fechamento do regime levaram ao anúncio do Ato Institucional nº 2 (AI-2), no dia 27 do mesmo mês.

O AI-2 incorporou dispositivos constantes do Ato Institucional de abril de 1964 e fez cessar a vigência da Constituição de 1946

em muitas de suas disposições fundamentais. Foram extintos os partidos políticos existentes e estabelecidas as eleições indiretas para a Presidência da República. Ao Poder Executivo foi concedida a faculdade de ordenar o recesso do Congresso Nacional e a de legislar por decretos, sendo facilitada a intervenção federal nos estados e a decretação do Estado de Sítio. Em fevereiro do ano seguinte, o Ato Institucional nº 3 (AI-3) definiu as novas regras eleitorais, estabelecendo a eleição indireta para governadores pelas assembleias legislativas e a nomeação dos prefeitos das capitais estaduais.

O Ato Complementar nº 4, publicado em novembro de 1965, determinou o prazo de 45 dias para que o Congresso Nacional organizasse os novos partidos. A criação das novas agremiações ocorreu, portanto, a partir dos parlamentares em exercício e não pela via da organização política da sociedade. De todo modo, em busca de maior legitimidade, Castelo Branco buscava estimular o surgimento de um partido de oposição, ao qual caberia, de forma “consentida”, realizar a crítica “construtiva” das ações do governo. Surgiu então a Aliança Renovadora Nacional (Arena), como partido de apoio ao regime, enquanto os parlamentares oriundos dos antigos partidos de oposição reuniram-se no Movimento Democrático Brasileiro (MDB).



Vigência do bipartidarismo

O bipartidarismo vigorou até a aprovação da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, em dezembro de 1979, quando foi restabelecido o pluripartidarismo.

No ano de 1966, instaurou-se uma grave crise política que tornou ainda mais evidentes as tensões nas relações entre os Poderes

Executivo e Legislativo. No dia 3 de outubro, as eleições indiretas pelo Congresso Nacional confirmaram a escolha do general Arthur da Costa e Silva e de Pedro Aleixo, então ministro da Educação, como presidente e vice-presidente da República, respectivamente. O pleito registrou a abstenção de toda a bancada do MDB. Ainda em outubro, o presidente da Câmara dos Deputados, Adauto Lúcio Cardoso, da Arena, recusou-se a reconhecer a cassação dos mandatos de seis deputados federais. Em resposta aos diversos protestos que se seguiram contra as punições, foi decretado o fechamento do Congresso Nacional. No mês seguinte, ainda durante o recesso do Parlamento, foram realizadas as eleições legislativas que consagraram a vitória expressiva do partido governista.

O Congresso Nacional foi reaberto em dezembro para a sessão extraordinária, convocada para votar e promulgar a nova Constituição Federal. O projeto da Carta fora redigido, mais uma vez, por Carlos Medeiros e Francisco Campos, sendo aprovado no dia 27 de janeiro de 1967 por 223 a 110 votos, na Câmara dos Deputados, e por 37 a 17 votos, com sete abstenções, no Senado.

A Constituição de 1967 incorporou parte das medidas excepcionais, decretadas pelos Atos Institucionais, e forneceu à ditadura militar os fundamentos de uma ordem política institucionalizada. Foi estabelecida a eleição presidencial por via indireta, sendo concedido ao chefe do Executivo o direito de expedir decretos-leis, a serem submetidos ao referendo do Legislativo. O presidente da República recebeu definitivamente, também, a prerrogativa de legislar sobre matérias, envolvendo questões de segurança nacional e as finanças públicas. Seriam criadas “áreas de especial interesse para a Segurança Nacional”, a serem definidas pelo Conselho de Segurança Nacional, cujos municípios seriam governados por prefeitos nomeados e não mais eleitos. Foi instituído o foro militar para o julgamento de civis acusados de delitos contra a Segurança Nacional.



Evolução do conceito de Segurança Nacional

Na Constituição de 1946, a definição do conceito de Segurança Nacional associava-se ao conceito de agressão externa, isto é, referia-se à defesa das fronteiras territoriais e contra forças externas. Na Constituição de 1967, o conceito de Segurança Nacional foi modificado para adequar-se aos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional e da teoria da "guerra psicológica" e do "inimigo interno". A defesa da Segurança Nacional passava a ser de responsabilidade não apenas das Forças Armadas, mas também de toda pessoa natural ou jurídica da sociedade civil. Pessoas e organizações poderiam ser criminalmente responsabilizadas caso não prestassem informações sobre as atividades daqueles que fossem considerados como "inimigo interno" pelo Estado.

Habeas corpus

Garantia em favor de quem sofre violência ou ameaça de constrangimento em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder por parte da autoridade. A expressão latina significa "que tenhas o corpo" ou "apresente o corpo" ou "apresente a pessoa". Foi reconhecida no Brasil, pela primeira vez, na Constituição de 1891.

Por força das emendas apresentadas ao projeto da Constituição, foram mantidos dispositivos que permitiam à oposição algum espaço de manobra, como a afirmação dos direitos civis e individuais, como o ***habeas corpus***, o direito contra a invasão de domicílio, o direito de defesa e julgamento, e os direitos de reunião, associação e manifestação. Foram preservadas, também, as imunidades parlamentares.



Atende ao Objetivo 2

2. Leia o texto abaixo, da socióloga Maria José de Rezende, e indique o conceito de democracia contido no pronunciamento de Castelo Branco, citado pela autora.

O golpe militar era mostrado, inclusive, por uma parte significativa da imprensa (...), como uma resposta ao desrespeito que a democracia representativa vinha sofrendo [no governo de João Goulart]. Esta seria, então, salva pelo novo regime que se empenharia no cumprimento da Constituição e da legalidade. Desde os primeiros atos institucionais, as formas de representação eram paulatinamente desmanteladas e algumas permaneceram apenas como um ritual. No entanto, a reforma político-partidária, realizada em 27/10/1965, através do Ato Institucional nº 2, que estabelecia a reforma do Congresso, do Poder Judiciário, do sistema de governo, dos partidos, dentre outros, era mostrada como a maneira de preservar os órgãos representativos da democracia. (...) Em Mensagem ao Congresso Nacional, o Presidente Castelo Branco afirmava: "(...) pretende o governo dotar o país de um estatuto legal dos partidos políticos, que complemente o Colégio Eleitoral. Não é preciso encarecer a importância dos partidos na política moderna, pois constituem instrumentos essenciais da atividade pública e como tais estão consagrados na nossa Constituição. O que falta é dar-lhes organicidade e condições de eficiência, para que possam cumprir a alta missão a que se destinam" (REZENDE, 2001, p. 73-74).

Resposta Comentada

A reforma partidária de 1965 visou anular os partidos que apoiavam o governo, deposto em 1964, como o PTB, e buscou atender à pretensão de legitimidade do regime militar, que exigia a criação de um partido que o apoiasse no Congresso Nacional, papel atribuído à Arena. A existência do partido de oposição, o MDB, justificava-se pelo objetivo de dar ao governo uma apresentação democrática. No entendimento de Castelo Branco, os partidos são instrumentos essenciais da política moderna, embora a democracia fosse associada ao reforço da autoridade.

Os Anos de Chumbo da ditadura militar: o Ato Institucional nº 5 e a “Comunidade de Segurança e Informações”

Depois da posse do presidente Costa e Silva, em março de 1967, três setores principais da oposição ao regime militar ganharam força em manifestações de rua como comícios e passeatas, e também no Congresso Nacional: o movimento estudantil, o movimento dos trabalhadores e a chamada Frente Ampla, organizada pelo antigo governador da Guanabara, Carlos Lacerda, tendo por objetivo restaurar a democracia no país, garantindo a realização de eleições diretas. Ocorreu então o recrudescimento das ações da Polícia Militar e dos demais agentes repressivos contra os diversos manifestantes e lideranças civis.



Frente Ampla

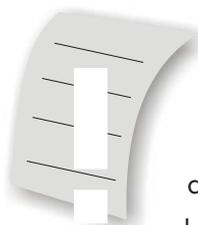
As principais lideranças civis do golpe de 1964, os ex-governadores Carlos Lacerda, da Guanabara; Magalhães Pinto, de Minas Gerais, e Adhemar de Barros, de São Paulo, romperam com o governo de Castelo Branco, em outubro de 1966. Motivava-os o fato de que os rumos tomados pelo regime, com a adoção das eleições indiretas, frustravam grandemente suas pretensões a uma eventual candidatura à Presidência da República. Em manifesto na *Tribuna da Imprensa*, Lacerda defendeu a realização de eleições livres, a reforma partidária, a retomada do desenvolvimento econômico e a adoção de uma política externa soberana. Deu então início à formação de um movimento político que tinha por objetivo restaurar a ordem democrática no país, com o apoio dos ex-presidentes Juscelino Kubistchek e João Goulart, ambos exilados. Em novembro, Lacerda e Kubitschek lançaram a *Declaração de Lisboa*, através da qual afirmaram sua disposição em deixar de lado divergências anteriores para formar uma "frente ampla" de oposição ao regime militar. Em setembro do ano seguinte, foi divulgada nota conjunta de Lacerda e João Goulart, firmada em Montevideu, pedindo a redemocratização do país e a restauração das liberdades civis e individuais. Organizaram-se manifestações públicas, em apoio ao movimento, com a participação de líderes sindicais e estudantis. As atividades da Frente Ampla foram proibidas por portaria do Ministério da Justiça, de 5 de abril de 1968, sendo expedidas ordens para apreensão de livros, revistas, jornais e qualquer material impresso, ligado ao movimento.



Figura 11.1: Carlos Lacerda.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/pt/0/0c/Carlos_lacerda.jpg

O movimento estudantil ganhou força nos atos de resistência às prisões de professores e nas manifestações contrárias às restrições à autonomia universitária, impostas pelo Ministério da Educação, desde o início do regime. Colocada na ilegalidade em 1964, a UNE manteve-se em atividade, de forma clandestina. Diante do agravamento da repressão, os estudantes receberam o apoio de expressivos setores da classe média e da Igreja Católica. Em março de 1968, a morte do secundarista Edson Luís de Lima Souto, atingido pela Polícia Militar durante manifestação no restaurante universitário do Calabouço, no Rio de Janeiro, provocou manifestações que contaram com a participação de milhares de pessoas. Os atos em solidariedade aos estudantes foram duramente reprimidos com ataques ostensivos de tropas de choque da Polícia Militar, nos dias que se seguiram.



A missa pelo estudante Edson Luís

No instante em que os últimos fiéis deixavam a missa ontem, cedo, na Candelária, as portas da igreja foram fechadas e um esquadrão da cavalaria, a galope, imprensou o povo contra o templo. A partir de então, ninguém mais se entendeu: houve correrias, espancamentos e prisões, inclusive de um fotógrafo do *Jornal do Brasil*.

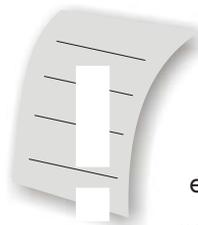
Mulheres, velhos e crianças corriam em todas as direções, e os cavalarianos desembainhavam as espadas, enquanto os outros usavam cassetetes. Todo o dispositivo policial, montado na Candelária, foi acionado e começou a espancar os populares. Os cavalarianos atiravam seus animais sobre a multidão. *Jornal do Brasil*, 5 de abril de 1968.

O movimento dos trabalhadores abrangeu a organização de comissões de “oposição sindical”, cuja finalidade era recuperar os cargos eletivos nas diretorias dos sindicatos que haviam sido ocupados por interventores do governo. Tiveram destaque as greves que eclodiram nas cidades de Contagem, em Minas Gerais, e Osasco, em São Paulo, em abril e novembro de 1968, respectivamente. A repressão à greve de Osasco, com a invasão de uma fábrica, ocupada pelos trabalhadores, mobilizou expressivos contingentes militares que se utilizaram de equipamento militar pesado, como veículos blindados. Mais de cem pessoas foram detidas na ocasião e o sindicato local foi dissolvido.

Ainda em 1968, alguns parlamentares buscaram valer-se do direito constitucional à imunidade parlamentar, para repercutir as manifestações contrárias ao regime. Em discurso, pronunciado na Câmara dos Deputados, no início de setembro, o deputado Márcio

Moreira Alves, do MDB, pregou um “boicote ao militarismo”, pedindo à população que não participasse das comemorações da Independência do Brasil. Vale assinalar que a parada militar, de 7 de setembro, com a exibição de equipamento pesado, constituía ocasião importante para a demonstração da força do regime.

O pedido de suspensão da imunidade parlamentar de Márcio Moreira Alves para que fosse processado por ofensa contra a honra e a dignidade das Forças Armadas foi rejeitado pelo Congresso, no dia 12 de dezembro, por ampla maioria. Tornou-se evidente que muitos dos integrantes da Arena seguiram a posição do MDB naquela matéria, mostrando seu acordo quanto à necessidade de preservar aquela garantia constitucional. A resposta do governo veio no dia seguinte, com a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), suspendendo diversos direitos e garantias constitucionais. O Congresso Nacional foi fechado por prazo indefinido. As medidas repressivas vinham sendo preparadas pelos militares já há alguns meses, servindo o episódio do discurso de Moreira Alves antes como pretexto para sua aprovação. Os trabalhos parlamentares seriam retomados somente em outubro do ano seguinte.



Imprensa sob censura

“Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máx.: 38° em Brasília. Mín.: 5°, nas Laranjeiras.” *Jornal do Brasil*, 14 de dezembro de 1968.

No dia seguinte à edição do AI-5, burlando a censura imposta pelo governo às redações, o *Jornal do Brasil* publicou em sua primeira página uma previsão do tempo fictícia. Tratava-se, na verdade, de um comentário sobre as medidas repressivas que instauravam o estado de exceção. O número 38

correspondia ao do Ato Complementar que determinou o fechamento do Congresso. Laranjeiras era o nome do Palácio no Rio de Janeiro onde Costa e Silva reuniu o Ministério para anunciar a edição do novo Ato Institucional.

Quer saber mais? Acesse: <http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=6283>

O AI-5 reiterava dispositivos constantes dos demais Atos Institucionais promulgados até aquela data, com a diferença de que não estabelecia um prazo para sua vigência, isto é, os controles e as suspensões de direitos e garantias tornavam-se permanentes. As inovações que assinalavam o efetivo fechamento do regime foram a suspensão da garantia de *habeas corpus* nos casos de crime contra a Segurança Nacional e a proibição da apreciação, pelo Poder Judiciário, de recursos impetrados em favor de pessoas acusadas em nome do próprio AI-5. O Poder Executivo manteve as prerrogativas de fechamento do Congresso Nacional, de cassação de mandatos legislativos e de decretação do estado de sítio, sem limitações constitucionais.

Foram presos diversos jornalistas e políticos que haviam manifestado oposição aos governos militares, incluindo-se entre eles Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda.

As cassações atingiram 88 parlamentares. Em janeiro de 1969, foram cassados três ministros do Supremo Tribunal Federal e um ministro do Superior Tribunal Militar. A censura foi regulamentada, tornando-se ilegal qualquer crítica aos Atos Institucionais, às autoridades governamentais ou às Forças Armadas. Setenta professores da Universidade de São Paulo e de outras universidades foram compulsoriamente aposentados, incluindo-se entre eles o físico José Leite Lopes, os sociólogos Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso e o historiador Caio Prado Júnior. O ensino de

Educação Moral e Cívica, em todos os níveis, cujo conteúdo afinava-se ao da Doutrina de Segurança Nacional, tornou-se compulsório.

O endurecimento do regime levou à criação, em setembro de 1969, da figura da pena de banimento do território nacional, aplicável a pessoas consideradas perigosas para a Segurança Nacional. Passavam a ser também admitidas as penas de morte ou prisão perpétua nos casos de guerra “revolucionária ou subversiva”. Essas medidas eram uma resposta ao sequestro do embaixador norte-americano, Charles Burke Elbrick, pelas organizações armadas Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e Aliança Libertadora Nacional (ALN), ocorrido no início daquele mês. Uma nova Lei de Segurança Nacional suspendeu as liberdades de reunião, de associação e de imprensa. Os dispositivos, contidos no AI-5, foram incorporados ao texto constitucional pela Emenda nº 1, promulgada no mês de outubro, conhecida como “Constituição de 1969”.



Figura 11.2: Os treze presos políticos trocados pelo embaixador Elbrick.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/pt/0/06/Herc_03.jpg



Lei de Segurança Nacional

A Lei de Segurança Nacional definiu os crimes contra a Segurança Nacional e a ordem pública e social, os processos de julgamento e as penas impostas em cada caso. Continha disposições bastante duras relativas à imprensa, responsabilizando criminalmente o editor, o proprietário do jornal e o jornalista pela veiculação de notícias ou opiniões que tivessem infringido algum artigo da lei. Os crimes de insurreição armada, a tentativa de mudar por ato violento a Constituição, a prática de atos destinados a provocar a “guerra revolucionária” ou “subversiva” e o impedimento do funcionamento de serviços essenciais, administrados pelo Estado, quando resultassem em morte, eram passíveis de prisão perpétua e pena capital. Tornava-se ilegal perturbar sessões legislativas, julgamentos e conferências internacionais, e distribuir propaganda “subversiva”. A primeira Lei de Segurança Nacional foi baixada com o Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967, substituído pelo Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969.

O combate aos opositores do regime era executado por intermédio do aparato institucional constituído por uma vasta rede de coleta e análise de informações, pelas organizações diretamente responsáveis por ações repressivas, em nível local, e pelas Forças Armadas.

O Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em junho de 1964, estruturou-se inicialmente como um órgão fornecedor de informações para a Presidência da República. Em janeiro de

Operação Bandeirante (Oban)

Implantada em julho de 1969 pelo comando do II Exército, em São Paulo, a Oban destinava-se a atuar no combate à oposição armada ao regime militar e reunia representantes das Forças Armadas, do Departamento da Polícia Federal, do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), da Guarda Civil e da Força Pública do Estado de São Paulo. Na prática, tratava-se de uma organização sem vínculos formais, que desenvolveu, à margem da lei, ações diretas e violentas. Contou com o apoio financeiro de empresários como Henning A. Boilesen, presidente da Ultragas, morto em 1971 por militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

1968, as atribuições do SNI foram grandemente ampliadas com a constituição das Divisões de Segurança e Informações (DSI), que funcionavam em todos os ministérios civis. Nas autarquias, fundações e demais órgãos públicos foram organizadas as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI), com funções semelhantes às das divisões. As polícias militares foram subordinadas ao Estado Maior do Exército através de uma Inspeção-Geral das Polícias Militares.

Com *status* de ministério, o SNI atuava com informações e contrainformações, no Brasil e no exterior, e chegou a enviar missões de estudo a países da América Latina. Segundo Carlos Fico (2003), embora fosse fundamentalmente um órgão de informação, pode-se supor que o SNI, além das ações de espionagem, tenha participado de “operações de segurança”, isto é, das prisões e interrogatórios nos quais era utilizada a tortura. O SNI chegou a ter 2.500 funcionários e contava com colaboradores espontâneos e remunerados.

Nos ministérios militares, havia órgãos específicos de informações, que atuavam com certa independência em relação ao SNI: o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa) e o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), que se responsabilizavam tanto por investigações como por prisões e interrogatórios. Foram numerosas as denúncias de tortura, envolvendo a atuação dessas instituições.

A função de segurança propriamente dita foi atribuída ao sistema Centro de Operações de Defesa Interna – Destacamento de Operações e Informações (Codi-DOI), criado em 1970, cuja estrutura inspirava-se na chamada **Operação Bandeirante** (Oban), que funcionava em São Paulo. Os Centros de Operações de Defesa Interna (Codi) funcionavam como órgãos de planejamento, controlando a execução das medidas de repressão, enquanto aos Destacamentos de Operações e Informações (DOI) era atribuído “trabalho sujo” das seções de busca e apreensão, que envolviam prisões, tortura e assassinato. O chamado Sistema de Segurança Interna (Sissegim), previsto pelo Conselho de Segurança Nacional,

estabelecia que deveriam ser criados Codis-DOI em todos os comandos militares dos exércitos, espalhados pelo país. O território nacional foi dividido em Zonas de Defesa Interna, podendo ser definidas Áreas de Defesa Interna ou Subáreas de Defesa Interna, onde se considerasse necessária uma maior atenção da área de segurança. O Sissegim foi extinto apenas ao final do governo de João Figueiredo, podendo-se supor que algumas de suas práticas tenham persistido em etapa posterior.

O aparato legislativo que deu sustentação aos atos de exceção e repressão da ditadura militar foi anulado somente com a aprovação da Emenda Constitucional n.º. 11, em outubro de 1978, que revogou o AI-5, restabelecendo o *habeas corpus*. Esse instrumento legislativo, no entanto, ainda conferiu ao Executivo amplos poderes para decretar “medidas de emergência”, Estado de Sítio e Estado de Emergência. A Lei de Segurança Nacional de 1969 foi totalmente revogada em 1983.



Atende ao Objetivo 3

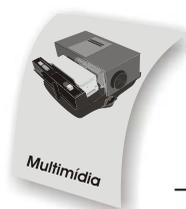
3. Leia atentamente o texto da cientista política Maria Hermínia T. Almeida e Luiz Weiss e explique as bases institucionais de funcionamento da “comunidade de segurança e informações” da ditadura militar.

No Brasil dos militares, funcionaram 224 locais de tortura. Especialmente após o AI-5, a fase de interrogatório equivalia muitas vezes a um sequestro. Segundo pesquisa feita pela equipe que escreveu [o livro] Brasil: nunca mais [1985], 84% das prisões efetuadas (ou 6.256 casos) não foram comunicados ao juiz, conforme mandava a lei, e 12%, comunicadas fora dos prazos legais. Assim, como nem a detenção os serviços de

segurança admitiam, o preso ficava incomunicável e totalmente à mercê dos captores. (...) Segundo os autores do Brasil: nunca mais, 144 pessoas foram assassinadas na tortura, em fugas simuladas ou no ato da detenção; outras 125 pessoas simplesmente “desapareceram”, sem que sua detenção fosse reconhecida pelas autoridades. Dos que lograram sobreviver, uns puderam responder em liberdade aos processos, com base na Lei de Segurança Nacional, quando pronunciados pelos promotores militares; alguns foram libertados sem ao menos figurar em inquéritos policiais, mas um bom número passou temporadas de duração variável em presídios, convivendo com condenados por presos comuns (TAVARES; WEISS, 1998, p. 390-394).

Resposta Comentada

Os Atos Institucionais, decretados pelo regime militar, suspenderam direitos e garantias individuais. O Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, tornou permanentes as medidas excepcionais e suspendeu a garantia de habeas corpus. As ações dos órgãos de segurança, integrantes da estrutura dos Codi-DOI, desenvolviam-se de forma independente do controle do judiciário. Eram justificadas diante do argumento de que o “despreparo” dos órgãos de segurança tradicionais exigia medidas eficazes de combate à “subversão”, coerentemente à teoria do “inimigo interno” da Doutrina de Segurança Nacional.



Indicação de sites

Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil

– Memórias Reveladas:

<http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/>

No portal Memórias Reveladas, você encontrará informações sobre documentos dos acervos do Conselho de Segurança Nacional, da Comissão Geral de Investigações e do Serviço Nacional de Informações, sob a guarda do Arquivo Nacional.

Indicação de filme

O filme *Pra frente Brasil*, de Roberto Farias, narra a história de um jovem de classe média que em 1970 é confundido com um militante de esquerda, sendo preso e torturado. Contém referência a um grupo de repressão, patrocinado por empresários, que pode ser associado à Operação Bandeirante (Oban).

Embrafilme, 1982, 104 minutos.

CONCLUSÃO

Entre os oficiais militares que participaram do golpe, em março de 1964, não havia consenso quanto aos rumos a serem seguidos pelo novo regime. Embora setores "moderados" proclamassem o objetivo de restaurar a democracia, os setores conhecidos como "linha dura" pregavam um maior aprofundamento da repressão sobre a oposição. Logo após o golpe, foram realizadas prisões arbitrárias e adotada a prática da tortura. As medidas excepcionais que anulavam direitos e garantias individuais, contidas nos Atos

Institucionais, ganharam caráter permanente com a edição do AI-5, em dezembro de 1968, e sua posterior incorporação ao texto constitucional. O fortalecimento político dos militares "linha dura", após a eleição de Arthur da Costa e Silva à presidência, em 1966, juntamente com a base ideológica fornecida pela Doutrina de Segurança Nacional, sustentou a expansão do vasto aparato institucional da "comunidade de informações e segurança", que atuava na repressão aos movimentos de oposição à ditadura militar.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Um enunciado histórico sobre o regime militar, bastante aceito, destaca o endurecimento da repressão após o AI-5 (dezembro de 1968). Ele é verdadeiro (...), mas de modo algum encobre o fato de que, desde o início, o regime foi extremamente rigoroso com seus "inimigos", praticando muitas prisões arbitrárias e tortura no Nordeste, por exemplo, logo após o golpe. Esse enunciado costuma estar acompanhado da crença de que foi a opção pela "luta armada", por parte da esquerda, que levou ao AI-5 ou, quando se trata da memória da própria esquerda, teria sido o Ato Institucional de dezembro o motivo da opção pela "radicalização". A história, naturalmente, não está imune a essas disputas entre memórias divergentes, mas ela deve procurar não estabelecer explicações simplistas, baseadas em relações lineares de causa e efeito. De fato, vários setores da esquerda, dentro e fora do Brasil, supunham que a luta pelo comunismo deveria ter como estratégia a deflagração de uma "guerra popular", estabelecida através de focos de guerrilha rural e incentivada por ações de "guerrilha urbana". (...) Do mesmo modo, a criação, pela ditadura, de um "setor especificamente repressivo" não foi apenas uma consequência da "luta armada", mas um projeto que se integrava ao estabelecimento de outros suportes básicos do regime (espionagem, censura, propaganda) e com os quais se pretendia, em síntese, eliminar ou ocultar tudo que dissentisse da "utopia" autoritária expressa na diretriz geral da "segurança nacional" (FICO, 2003, p. 181-182).

De acordo com o entendimento do historiador Carlos Fico, no texto selecionado, haveria versões diferentes sobre o processo de fortalecimento da repressão às oposições pela ditadura militar. Qual o entendimento do autor a respeito do mesmo tema?

Resposta Comentada

Segundo Carlos Fico, existe acordo quanto ao fato de que após a edição do AI-5, em dezembro de 1968, que estabeleceu de forma permanente as medidas de suspensão de direitos e garantias constitucionais, ocorreu o fortalecimento da repressão. O autor assinala, no entanto, que desde o golpe de 1964 foram realizadas prisões arbitrárias, ocorrendo a prática da tortura. A expansão do aparato repressivo e o desenvolvimento das ações de repressão explicavam-se não somente pelo surgimento da luta armada (estratégia compartilhada por algumas das organizações de esquerda), como também pelo projeto que visava eliminar e ocultar os “inimigos” do regime, segundo a concepção da “segurança nacional”.

RESUMO

Em abril de 1964, a edição do Ato Institucional (AI-1) buscou definir as bases legais do regime que se instaurava com o golpe militar. O movimento militar passava a ser apresentado como uma “revolução”, cuja autoridade fundamentava-se no exercício de fato

do poder político. Com o objetivo de anular a atuação daqueles que representassem ameaças ao novo governo, foram suspensos garantias e direitos assegurados pela Constituição de 1946, sendo admitida a cassação de direitos políticos e mandatos parlamentares. Ocorreram, logo após o golpe, inúmeras prisões, havendo denúncias de tortura, praticada pela polícia e pelas Forças Armadas.

A apreensão, quanto à possibilidade de recomposição das forças políticas associadas ao governo de João Goulart, representadas pela aliança PSD-PTB, deu ensejo à extinção de todos os partidos políticos em 1965. Foi adotado o bipartidarismo, estimulando-se a criação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), como “oposição consentida”, o que se considerava como elemento importante, para o reforço da legitimidade do regime. A Aliança Renovadora Nacional foi constituída para atuar como partido de apoio ao governo. Em 1967, foi aprovada uma nova Constituição, que incorporou parte dos dispositivos dos atos institucionais, preservando direitos individuais e as garantias parlamentares.

Os setores militares “linha dura”, entendendo ser necessário o endurecimento da repressão à oposição, forçaram a edição do Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, que suspendeu direitos individuais, como o *habeas corpus*, tendo início o período conhecido como os “anos de chumbo”, marcado pelo endurecimento do regime militar, pela ampliação da “comunidade de segurança e informações” e pela violência das ações de repressão da oposição.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você vai estudar as bases políticas e institucionais que garantiram o rápido crescimento da economia brasileira no processo que ficou conhecido como Milagre Econômico, no período de 1968 a 1973.

Aula 12

Economia e industrialização na ditadura civil-militar: bases políticas e institucionais do “Milagre Econômico” (1968-1973). O novo contexto econômico internacional e a crise do “Milagre Econômico” (1973-1979)

Monica Piccolo Almeida

Meta da aula

Apresentar as principais diretrizes da política econômica, implementadas no Brasil com o início da ditadura civil-militar, em 1964, passando por sua organização inicial com o Plano de Ação Governamental (Paeg) e pelas transformações originadas pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). No centro dessa nova orientação econômica, encontravam-se a estruturação e a falência do chamado “Milagre Econômico”.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. descrever os principais elementos que caracterizavam o Plano de Ação Governamental (Paeg);
2. identificar as características da economia brasileira, no período entre 1968 e 1973, que possibilitam caracterizá-la como o período do “Milagre Econômico”;
3. reconhecer os elementos responsáveis pela crise do “Milagre Econômico”, a partir das inovações da política econômica brasileira, geradas pela implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e pelas transformações no contexto econômico internacional.

Pré-requisitos

Para acompanhar esta aula, você precisa ter estudado as bases legais e institucionais com que os governos militares buscaram garantir a legitimidade para o regime, iniciado em 1964 (Aula 11). Deverá também fazer uma revisão do modelo econômico que predominou durante a chamada “Era da Redemocratização” (Aula 8) para que possa entender as permanências e as rupturas entre o modelo econômico que prevaleceu entre 1945 e 1964, e as orientações da política econômica, implementadas a partir do movimento militar de 1964.

INTRODUÇÃO

Na aula anterior, você estudou os mecanismos institucionais que legitimaram a ditadura civil militar que chegou ao poder, após o golpe de 1964. Estudou também as características da Constituição de 1967 e a nova ordenação política que se consolidou com a chegada dos militares ao poder.

Nesta aula, você verá como foram reestruturadas as principais diretrizes da política econômica brasileira, pós 1964. O ponto de partida será o Plano de Ação Governamental (Paeg), implementado ao longo do governo de Castelo Branco (1964-67).

Você vai estudar também as características da economia brasileira, no período entre 1968 e 1973, que possibilitam caracterizá-la como o período do “Milagre Econômico”, principalmente em função do desenvolvimento econômico, refletido nos elevados níveis do Produto Interno Bruto (PIB).

Por fim, serão analisados os elementos constitutivos da crise econômica brasileira, a partir do fim do “Milagre Econômico” e das novas orientações da política econômica internacional.

Nova organização econômica: o Plano de Ação Governamental (Paeg)

No dia 11 de abril de 1964, o Congresso Nacional, sob a tutela do Ato Institucional nº 1, elegeu o general Humberto de Alencar Castelo Branco presidente da República. Octávio Gouvêa de Bulhões foi indicado para montar a equipe econômica e coube a Roberto Campos a chefia do Ministério do Planejamento.

Segundo Delorme e Earp (2009), a primeira medida da nova equipe econômica foi tentar reduzir o déficit público, com o envio ao Congresso de um novo orçamento que entraria em vigor imediatamente, redefinindo despesas, para o ano corrente de

1964. Em agosto, foi divulgado o principal documento de estratégia econômica do governo Castelo Branco: o Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg).

Diante de um quadro de elevados níveis inflacionários e de redução do PIB, a política econômica do Paeg primou por inovações bastante distintas daquelas que até então vinham estruturando a política econômica brasileira. Tendo como objetivo central, conciliar o binômio crescimento e redução da inflação, o Paeg estruturava-se no tripé reforma fiscal, reforma monetária e reforma salarial.

Conter o processo inflacionário e retomar os níveis do desenvolvimento econômico do biênio 1962/63 eram os objetivos centrais do Paeg. Ao mesmo tempo, defendia a correção das tendências a déficits, descontrolados do balanço de pagamentos que estrangulavam a capacidade de importar. Para tal, a política financeira presente no Plano, propunha:

- (i) a redução do déficit de caixa governamental, como forma de reduzir as pressões inflacionárias;
- (ii) o fortalecimento da capacidade de poupança nacional, através da disciplina do consumo e das transferências do setor público;
- (iii) o fortalecimento da arrecadação tributária;
- (iv) a estabilização dos preços sem que houvesse a retração do nível da atividade produtiva ou a redução da capacidade de poupança das empresas;
- (v) o estímulo ao crescimento, através de uma política bancária que viabilizasse o fortalecimento do sistema de crédito;
- (vi) o fortalecimento da infraestrutura econômica e social, através de vultosos investimentos públicos (Ministério de Planejamento e Coordenação Econômica, 1964, p. 15-16).

Para garantir a materialização de tais objetivos, o Paeg realizou reformas institucionais que alteraram significativamente as linhas de condução da política econômica brasileira, a partir de então. A reforma econômica introduziu a correção monetária e

eliminou os impostos em cascata. O sistema financeiro passou por uma reforma institucional, através da qual foram criados o Banco Central (Lei nº 4.595), o Sistema Financeiro de Habitação (Lei nº 4.380) e novos programas de seguro social, como o PIS e o Pasep, que atuaram como mecanismos forçados de poupança privada. Os bancos comerciais, os bancos de investimento, as sociedades corretoras e distribuidoras de títulos e valores, e as sociedades de crédito imobiliário tiveram suas funções delimitadas. A reforma tributária extinguiu o imposto sobre o consumo e o imposto de venda, e consignações.

Até 1945, as funções de autoridade monetária eram exercidas pelo Banco do Brasil. Posteriormente, com a criação da Sumoc (órgão vinculado do Banco do Brasil), a orientação da política monetária era atribuída ao seu Conselho (presidido pelo ministro da Fazenda e composto pelos diretores da Cacex e pelos diretores-executivos da **Sumoc**).

No Paeg, constavam as propostas de separação total do Banco do Brasil das autoridades monetárias e a criação de um Banco Central, encarregado da política monetária e da supervisão bancária. Assim sendo, as autoridades monetárias fundamentais passariam a ser o Banco do Brasil e o Banco Central.

Segundo Isabel Pastore (2007), o Banco do Brasil atuaria, assim, como agente financeiro das autoridades monetárias, responsável por várias políticas setoriais que tinham efeitos sobre a base monetária. Estaria, porém, submetido a um controle orçamentário, fiscalizado pelo Bacen, a

Sumoc

A Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) foi criada pelo Decreto-Lei nº 7.293, de 2 de fevereiro de 1945. Sua criação foi proposta em 1944 por Otávio Gouveia de Bulhões ao ministro da Fazenda, Artur de Sousa Costa, como instituição que



Figura 12.1: Otávio Gouveia de Bulhões.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/pt/f/f5/Otavio_Bulhoes.jpg.

constituiria o embrião do futuro Banco Central do Brasil. Se este era o objetivo fundamental a alcançar a médio prazo — na verdade, a transição da Sumoc para o Banco Central demandaria duas décadas —, havia dois objetivos mais imediatos. O primeiro dizia respeito à tentativa de coordenação das políticas monetária e creditícia, em particular de controle seletivo do crédito, estendido pelo Banco do Brasil, e o segundo ligava-se à necessidade, tal como vista por Bulhões, de um interlocutor técnico privilegiado com as instituições financeiras internacionais, criadas em Bretton Woods, nos Estados Unidos, em 1944, e destinadas a supervisionar, sob a hegemonia norte-americana, a ordem econômica internacional do pós-guerra (www.cpdoc.fgv.br).

partir de tetos fixados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). O Banco Central constituir-se-ia em um órgão deliberativo da política monetária, em função do orçamento monetário, através do qual eram fixados tetos para as operações ativas, cuja soma determinaria a expansão da base monetária. A operacionalização da política monetária não se faria alterando a taxa básica de juros, mas sim controlando a base monetária e os demais agregados monetários, inclusive o crédito bancário.



Conselho Monetário Nacional

Órgão criado pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que tinha como finalidade formular a política nacional da moeda e do crédito.

A mesma lei que instituiu o Conselho Monetário Nacional criou o Banco Central da República do Brasil, hoje Banco Central do Brasil, reconheceu o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) como o principal instrumento de execução da política de investimentos do governo e extinguiu a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc).

Os objetivos do CMN eram:

- 1) adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia nacional;
- 2) regular o valor interno e externo da moeda, assim como o balanço de pagamentos;
- 3) orientar a aplicação de recursos das instituições financeiras, quer públicas, quer privadas, e zelar pela liquidez e solvência dessas instituições;
- 4) disciplinar o crédito em todas as suas modalidades e as operações creditícias em todas as suas formas;
- 5) regular a constituição, o funcionamento e a fiscalização dos que exercessem atividades subordinadas à Lei nº 4.595, bem como a aplicação das penalidades previstas;

- 6) limitar sempre que necessário as taxas de juros, descontos, comissões e qualquer outra forma de remuneração de operações e serviços bancários ou financeiros;
- 7) limitar os empréstimos que as instituições financeiras poderiam conceder a um mesmo cliente ou grupo de empresas;
- 8) regulamentar, fixando limites, prazos e outras condições, as operações de redescontos e de empréstimo, efetuadas com quaisquer instituições financeiras públicas e privadas de natureza bancária;
- 9) estabelecer normas a serem observadas pelo Banco Central, em suas transações com títulos públicos e de entidades com participação estatal;
- 10) autorizar o Banco Central e as instituições financeiras públicas federais a efetuar a subscrição, compra e venda de ações e outros papéis, emitidos ou de responsabilidade das sociedades de economia mista e empresas do Estado;
- 11) disciplinar as atividades das bolsas de valores e dos corretores de fundos públicos;
- 12) decidir sobre a estrutura técnica e administrativa do Banco Central e fixar seu quadro de pessoal;
- 13) aprovar o regimento interno e as contas do Banco Central, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União;
- 14) aplicar aos bancos estrangeiros que funcionassem no país restrições equivalentes às que vigoravam nas praças de suas matrizes em relação a bancos brasileiros ali instalados ou que nelas desejavam se estabelecer;
- 15) colaborar com o Senado Federal na instrução dos processos de empréstimos externos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;

16) orientar, autorizar, coordenar e fiscalizar, juntamente com o Banco Central, as atividades do Banco Nacional da Habitação (BNH) e das sociedades de crédito imobiliário, participantes do sistema financeiro nacional.

Faziam parte do CMN o ministro da Fazenda (presidente), o presidente do Banco do Brasil, o presidente do BNDE e mais seis membros, nomeados pelo presidente da República por um período de seis anos com possibilidade de recondução. Poderiam também participar eventualmente das reuniões o ministro da Indústria e Comércio, e o ministro para o Planejamento e Coordenação Econômica. Junto ao conselho, funcionavam ainda quatro comissões consultivas: bancária, de mercado de capitais, de crédito rural e de crédito industrial (CONSELHO..., 2011) – www.cpdoc.fgv.br.

A inflação brasileira era então diagnosticada como o resultado da inconsistência da política distributiva, concentrada no dispêndio governamental, superior à retirada de poder de compra do setor privado, sob a forma de impostos ou de empréstimos, e na incompatibilidade entre a propensão a consumir, decorrente da política salarial, e a propensão a investir, associada à política de expansão de crédito às empresas.

A partir desse diagnóstico, a inflação brasileira possuía três causas principais:

- os déficits públicos;
- a expansão do crédito às empresas;
- as majorações institucionais de salários em proporção superior à do aumento de produtividade.

Estas causas teriam conduzido à expansão dos meios de pagamento, gerando, assim, o veículo monetário de propagação da inflação. Assim, em função de tal diagnóstico, o programa de contenção da inflação estruturava-se sobre três eixos fundamentais:

- a contenção dos déficits governamentais, através do corte das despesas não prioritárias;
- o crescimento dos salários, proporcional tanto ao aumento de produtividade quanto à aceleração do desenvolvimento;
- a política de crédito às empresas, eficazmente controladas para impedir os excessos da inflação de procura, mas suficientemente realista para adaptar-se à inflação de custos (MPCE, 1964, p. 28-35).

A proposta do ministro da Fazenda, Octávio Bulhões, para solucionar o conflito distributivo, diagnosticado no Paeg, foi através da redução da parcela salarial. A negociação dos salários foi substituída pela fórmula oficial de reajuste que reduziu o salário mínimo a cada ano.

Em resumo, as linhas gerais da política econômica ao longo do governo Castelo Branco foram:

- contenção dos gastos públicos, do crédito e dos aumentos salariais;
- elevação das tarifas dos serviços públicos;
- eliminação de diversos subsídios governamentais;
- centralização tributária e incentivo ao mercado de capitais, às exportações e ao ingresso do capital estrangeiro, medidas apoiadas pelo sistema financeiro internacional e que provocaram um impacto recessivo na economia nacional.

Em seus aspectos gerais, todavia, o Paeg alcançou seus objetivos. Segundo Boris Fausto (1996), a combinação do corte de despesas e aumento de arrecadação reduziu o déficit público anual de 4,2% do PIB em 1963 para 3,2% em 1964 e 1,6% em 1965. A forte inflação de 1964 tendeu a ceder gradativamente e o PIB

voltou a crescer, principalmente a partir de 1966. O “sucesso” na implementação das medidas recessivas do Paeg esteve diretamente relacionado à vigência do regime militar que permitiu, em função de suas medidas repressivas e autoritárias, que Roberto Campos e Octávio Bulhões de Carvalho tomassem medidas que resultaram em sacrifícios generalizados, sobretudo para a classe trabalhadora.



Atende ao Objetivo 1

1.

Tabela 12.1: Evolução do salário real (1958-1969)

Anos	Salário médio mensal	
	Nominal (NCr\$)	Real (NCr\$)
1958	8,54	8,54
1959	11,53	8,54
1960	15,86	8,67
1961	23,00	8,98
1962	36,79	9,36
1963	66,23	9,25
1964	121,60	9,61
1965	169,68	8,14
1966	220,58	6,88
1967	275,73	6,49
1968	344,66	6,51
1969	430,83	6,58

Fonte: Adaptado de Mendonça, Sônia (2004) apud Fontes, Virgínia (2004, p. 23).

A partir da análise dos dados apresentados na tabela acima, acerca da evolução do salário mínimo entre os anos de 1958 e 1969, apresente as principais diretrizes da política econômica brasileira, no período entre 1964 e 1967.

Resposta Comentada

De acordo com a nova orientação da política econômica, implementada pelo Paeg, uma das mais importantes estratégias para contenção da inflação era a redução salarial. Assim sendo, foram fixados tetos para os aumentos salariais, o Estado redistribuiu os recursos necessários para a manutenção do modelo econômico e foram alteradas as bases do cálculo dos reajustes salariais, passando a ser a média dos salários recebidos nos dois últimos anos e não mais o maior salário até então. Tal estratégia promoveu não só uma intensa redução do poder de compra da classe trabalhadora, como também uma profunda concentração de renda.

As bases do "Milagre Econômico"

Com a posse de Arthur da Costa Silva, em 1967, o ministro da Fazenda, Delfim Neto, propôs-se a alterar os rumos da política econômica. Sob o diagnóstico de que a política econômica de seu antecessor – baseada na contenção dos gastos públicos, do crédito, dos aumentos salariais, na elevação das tarifas dos serviços públicos e na eliminação dos subsídios – teria gerado um quadro recessivo, apresentou o Plano Estratégico de Desenvolvimento. O enfoque da

política econômica deslocou-se para a combinação entre o combate à inflação e crescimento econômico. A inflação era agora diagnosticada não mais como desdobramento do excesso de demanda, mas sim dos altos custos financeiros, pagos pelas empresas, e dos elevados preços das tarifas dos serviços públicos. Assim sendo, as taxas de juros foram tabeladas e reduzidas, e o crédito foi ampliado. O congelamento salarial foi mantido e introduziu-se um sistema de controle de preços que culminaria, em 1969, na criação do Conselho Interministerial de Preços (CIP), através do Decreto-Lei n° 63.196, de 29 de agosto de 1968. A partir de então, a política anterior de subordinação dos reajustes dos preços pelas empresas à prévia análise e avaliação generalizou-se, tornou-se compulsória e elemento-chave do combate à inflação. Institucionalizaram-se, assim, os reajustes de preços, com base nas variações de custos. Além desse fator, na composição do cálculo do reajuste dos preços, passariam a ser considerados os níveis de rentabilidade, a influência dos produtos e serviços na formação de custos dos diferentes setores de atividade econômica. A existência de condições estruturais de mercado que refletissem situações monopolísticas ou oligopolísticas e a ocorrência de anomalias de comportamento dos setores, empresas ou estabelecimentos que fossem capazes de perturbar os mecanismos de formação dos preços também foram incluídas nos cálculos (PED, Ministério do Planejamento, 1976).



Figura 12.2: Delfim Netto.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/14/Delfim_Netto.jpg

Segundo Lago (1992), do ponto de vista da política econômica, o período entre 1967 e 1973 pode ser considerado como único, uma vez que prevaleceu um novo diagnóstico dos problemas econômicos do país e no qual foram alcançadas altas taxas médias de crescimento econômico.

Apesar do distinto diagnóstico da equipe econômica pós-1967, que se materializou no abandono da política gradualista de controle da inflação, centrada na contenção da demanda e, em particular, dos salários e do déficit público, o novo grupo condutor da política econômica, destaca Syvrud (1974), anunciaria uma estratégia semelhante ao governo anterior: crescimento econômico, obtido pelo aumento dos investimentos em setores diversificados; diminuição do papel do setor público, estímulo a um maior crescimento do setor privado e incentivo à expansão do comércio exterior. Foi justamente o insucesso no alcance de tais metas pela equipe anterior que favoreceu a elaboração de um novo diagnóstico da economia e, em particular, das causas da inflação remanescente.

O objetivo de abandonar a perspectiva de redução da inflação, através da contenção da demanda, ficou claramente exposto nas metas presentes no Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), apresentado pela equipe econômica, em julho de 1967. O objetivo básico declarado era a obtenção do desenvolvimento econômico a serviço do progresso social – que condicionaria toda a política nacional, tanto no campo interno quanto nas relações com o exterior.

Diante de tais objetivos, a equipe econômica, já a partir de 1967, alterou as ações da política monetária, creditícia e fiscal, tornando-as claramente expansionistas (principalmente no que se refere ao crédito ao consumidor, setor agrícola e Sistema Financeiro de Habitação). Assim, segundo Malan (1976), criaram-se subsídios adicionais, facilidades creditícias e reduziram-se os entraves burocráticos, para aumentar as exportações e diversificar mercados, especialmente de produtos manufaturados.

O novo padrão de financiamento do déficit público, através da emissão de títulos, fez com que o governo mantivesse elevados níveis de dispêndio, especialmente em investimentos de infraestrutura. As empresas estatais passaram a recorrer de forma crescente a empréstimos externos. O BNDE manteve um importante papel de financiador de investimentos do setor público, mas passou a conceder uma proporção crescente de seus empréstimos ao setor privado. As políticas em prol do desenvolvimento do setor privado e da livre operação do mercado contrastavam com o aumento de incentivos e novos subsídios que tornavam o papel do governo extremamente importante para viabilizar certas operações do setor privado. Segundo Lago (1992), não se buscava mais conter a inflação, via restrição de crédito, e o crescimento dos empréstimos ao setor privado pelo sistema monetário superou amplamente as taxas de inflação e de crescimento da moeda.

A partir das informações apresentadas até aqui acerca das diretrizes da política econômica brasileira, pós 1964, podem ser destacados dois grandes projetos que se revezaram no período 1964-74: o primeiro, sob a liderança de Octávio Gouveia de Bulhões e o segundo, capitaneado por Delfim Neto.

No período 1964/67, predominou a orientação monetarista, marcada pela tentativa de conter a inflação, através da redução do déficit público, da disciplina fiscal e do controle monetário. Após 1967, agora sob a condução de Delfim Neto, a política monetária tornou-se expansionista; a redução do nível inflacionário dar-se-ia através do controle de preços e a política monetária seria direcionada para a expansão do crédito.

Segundo Boris Fausto (1996), o período do chamado “Milagre Econômico” estendeu-se entre 1969 e 1973, e foi marcado pela combinação de elevadas taxas de crescimento econômico e baixos índices inflacionários. Além da estratégia acima apresentada, também contribuíram para que o “Milagre” tivesse ocorrido, os seguintes fatores:

- disponibilidade de recursos – os países em desenvolvimento aproveitaram as novas oportunidades para obter altas somas de empréstimos estrangeiros;
- investimento de capital estrangeiro – em 1973, os ingressos de capital tinham alcançado o nível anual de 4,3 bilhões de dólares (quase o dobro do nível de 1971 e mais do que o triplo de 1970);
- expansão do comércio exterior – a importação ampliada de determinados bens era necessária para sustentar o crescimento econômico. Assim, as exportações diversificaram-se com os incentivos dados pelo governo à exportação de produtos industriais, tais como créditos em condições favoráveis ou isenção, ou redução de tributos;
- redução do déficit público e da inflação, em função do aumento da capacidade de arrecadação de impostos.

Embora os fatores acima tenham contribuído de forma decisiva para o *boom* da economia nacional, no período entre 1969 e 1973, também foram os responsáveis por sua derrocada. No centro da crise do “Milagre Econômico”, estavam, por exemplo, não só a dependência excessiva do sistema financeiro e do comércio internacional, como também a necessidade cada vez maior de contar com determinados produtos importados, dos quais o mais importante era o petróleo. Assim, as origens da crise encontravam-se na própria dinâmica de estruturação da economia brasileira. É o que veremos a seguir.



Atende ao Objetivo 2

2. Analise a imagem abaixo e a relacione ao projeto econômico brasileiro, do período 1969/1973, conhecido como “Milagre Econômico”.



Fonte: Selligman (2011).

Resposta Comentada

O período do “Milagre Brasileiro” não foi marcado apenas pelo crescimento econômico. Junto aos elevados índices de crescimento e de controle inflacionário, também foi organizada pelo governo uma poderosa campanha publicitária que tinha como principal objetivo conquistar o apoio da população. Assim, lemas como o presente na figura representam a ideia de que o Brasil era um “gigante adormecido” que, enfim, estava alcançado seu lugar entre os países desenvolvidos.

A crise do "Milagre"

Tendo como objeto de análise a política econômica do governo Geisel (1974-1979), Dionísio Carneiro (1990) parte do pressuposto fundamental de que, apesar de tal política econômica ter sido marcada por respostas positivas diante dos desafios engendrados à economia brasileira, em função do primeiro choque do petróleo em 1973, teve como custos o retorno da inflação, o crescimento galopante da dívida externa e a desestruturação do setor público, que marcou o Brasil dos anos 1980.

Os eixos norteadores da política econômica do governo Geisel estiveram condicionados por algumas peculiaridades da agenda político-econômica de então. A primeira delas refere-se especificamente à subordinação dos ditames econômicos às exigências políticas. Na formação de uma equipe ministerial híbrida, ficou clara a precedência para o equilíbrio político sobre a nitidez da rota econômica. No Ministério do Planejamento, foi mantido João Paulo dos Reis Velloso, o mesmo dos anos de “Milagre” do governo Médici. Na Fazenda, porém, assumiu Mário Henrique Simonsen. O embate entre o “crescimento a qualquer custo” do primeiro e o “ajuste contracionista” do segundo marcou não só o quinquênio do governo

Geisel, como também definiu os rumos da política econômica, após a posse de Figueiredo.

Soma-se ao hibridismo da equipe ministerial, o desconhecimento ou total desconsideração pelas autoridades brasileiras das novas restrições mundiais. Em que pese a nova conjuntura econômica, pós-crise mundial do petróleo, predominou entre os principais partícipes do governo Geisel a defesa da manutenção do padrão de crescimento do governo anterior como forma de afastar qualquer movimento de crítica que pudesse vir a colocar a distensão “lenta, gradual e segura” em risco. Assim sendo, a abundância de liquidez internacional permitiu que os déficits em conta corrente fossem financiados sem que houvesse a percepção do novo quadro de restrições externas. Tal fato, conclui Dionísio Carneiro, teria adiado a adoção de um programa de medidas restritivas que poderia ter permitido que o país entrasse, nos anos oitenta, longe dos elevados índices inflacionários, da gigantesca dívida externa e do colapso do setor produtivo estatal.

Nessa perspectiva, Dionísio Carneiro aponta que diante do governo se apresentavam duas claras opções: uma primeira, que passaria pela desvalorização do câmbio e pela alteração dos preços relativos, como forma de sinalização dos novos custos das exportações. Aqui, a demanda seria contida para impedir que o superaquecimento herdado do regime anterior transformasse o choque de preços relativos em inflação permanentemente mais elevada. O desdobramento de tal opção seria a recessão. Na outra ponta, estava a possibilidade de ajuste da oferta com crescimento mais rápido, através da realização de forma mais gradual e calibrada do ajuste de preços relativos, enquanto houvesse financiamento externo abundante. Esse caminho desembocaria na inflação e na política de subsídios.

Diante dessas duas propostas, representadas respectivamente pelo Ministério da Fazenda (Mário Henrique Simonsen) e pelo Ministério do Planejamento (João Reis Velloso), o resultado das eleições de 1974 fortaleceu a ideia do crescimento a qualquer

custo e o recuo da tentativa de contenção da demanda. A partir de então, a condução da política econômica de curto prazo esteve sobre determinada remoção dos controles dos preços (levando à inflação), oficialização de uma regra para a correção monetária (abriu caminho para a especulação), intervenção no grupo financeiro Halles (desembocou no aumento de financiamento de liquidez aos bancos para amenizar os efeitos da quebra do quarto maior banco comercial do país) e pela revisão da lei salarial, como forma de por fim ao arrocho salarial.



Eleições de 1974

O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) praticamente dobrou sua representação na Câmara dos Deputados: das 364 cadeiras, conquistou 165 (possuía 87); a Aliança Renovadora Nacional (Arena) caiu de 223 para 199. Embora a Arena tivesse obtido a maioria dos votos para deputados federais, com 11,87 milhões contra 10,95 milhões, esta margem empalidecia em comparação com as eleições de 1970, quando o partido oficial ganhou 10,9 milhões contra 4,8 milhões. No Senado, a representação do MDB subiu de sete para 20, enquanto a Arena caiu de 59 para 46. Na votação para senador, o MDB fez 14,6 milhões de votos contra 10 milhões da Arena (LAMOUNIER; CARDOSO, 1975).

Nesse quadro que então se desenhava, o II Plano Nacional de Desenvolvimento clarifica a subordinação dos objetivos de estabilização às metas de longo prazo. Concretiza, assim, a vitória da Seplan sobre a proposta de controle da expansão creditícia do Ministério da Fazenda.

Apresentado ao Congresso, através da Mensagem Presidencial nº 430, o Segundo Plano de Desenvolvimento possuía como tarefa principal sistematizar a agenda de planejamento governamental para o próximo quinquênio (1974-1979), definindo a política nacional de desenvolvimento nos campos econômico e social estabelecendo os objetivos básicos, as estratégias e os instrumentos gerais de ação do governo.

Predominava, então, a avaliação de que o país passava por uma profunda crise em várias instâncias, como no sistema monetário internacional, energético, produção de matérias-primas, comércio exterior e, principalmente, econômico, em função do quadro de inflação epidêmica. Esse contexto de crise – agravado pelo primeiro choque do petróleo que acentuou a tendência ao desequilíbrio no balanço de pagamento e reduziu os níveis de exportação em função da política recessiva, adotada pelos países industrializados – em muito se diferenciava do período anterior. O “Milagre Econômico” havia sido marcado pelo acelerado crescimento do PIB (11,4% em média entre 1968 e 1973), favorecido pela ocupação da capacidade ociosa, herdada do período anterior, rápida expansão do comércio mundial, pelo crescimento sincronizado das economias industriais, elevação dos preços dos produtos primários e, principalmente, pela liquidez do sistema monetário internacional. Diante de tal quadro, apresentavam-se três alternativas: ajustamento macroeconômico recessivo (redução da demanda interna), crescimento com endividamento e, por fim, ajustamento estrutural através da dinamização do crescimento e interiorização da produção de capital (CAMPOS, 1999, p. 50-51).

Segundo Boris Fausto (1996), em que pese o dinamismo da economia no período, havia alguns pontos que eram considerados os “pontos fracos do milagre”. Em primeiro lugar, destacam-se a excessiva dependência do sistema financeiro e a do comércio internacional, que eram responsáveis pela facilidade dos empréstimos externos, pela inversão de capitais estrangeiros e pela expansão das exportações. Somam-se a tal dependência os problemas de natureza social, uma vez que embora os níveis do Produto Interno Bruto (PIB) sejam

importantes para refletir o crescimento da economia brasileira, não só não retratam a distribuição de renda, como também o volume e a qualidade de serviços coletivos, postos à disposição da população.

Sob o argumento de que “primeiro era necessário fazer o bolo crescer para depois dividi-lo”, famosa frase do ministro Delfim Neto, foi privilegiada a acumulação de capitais e o índice de reajuste salarial esteve sempre abaixo da inflação. Embora o crescimento industrial, principalmente da indústria automobilística, tenha favorecido o aumento do consumo, este esteve restrito às classes média e alta. A compressão salarial, assim, promoveu uma intensa concentração de renda, cujos efeitos foram ainda mais danosos em função do abandono pelo governo dos programas sociais.

Vale a pena destacar, todavia, que além dos problemas internos, promovidos pela própria dinâmica de funcionamento da economia brasileira, a conjuntura externa também teve um papel fundamental, na chamada “crise do milagre”.

Em outubro de 1973, ainda durante o governo Médici, ocorreu a primeira crise internacional do petróleo, como desdobramento direto da chamada Guerra do Yom Kippur, movida pelos países árabes contra Israel. Em reação ao conflito, os países árabes produtores de petróleo organizaram-se para reduzir a oferta do produto no mercado internacional e provocar a alta dos preços. A crise teve profundos efeitos no Brasil, uma vez que 80% do petróleo consumido era importado.



Conflitos árabes-Israelenses

Na região do Oriente Médio, após o final da Segunda Guerra Mundial, em 1947, a Organização das Nações Unidas (ONU) dividiu o território da Palestina, então sob dominação inglesa, em duas áreas: uma judaica e outra palestina. Em 1948,

também de acordo com as determinações da ONU, os ingleses deixaram a região. No mesmo ano, deu-se a criação do Estado de Israel que gerou reação imediata dos países árabes (Egito, Iraque, Jordânia, Líbano e Síria) que, em apoio aos palestinos, desencadearam a Primeira Guerra Árabe-Israelense (1948-1949) que, ao ser vencida pelos israelenses, levou à ampliação do território do recém-criado Estado de Israel.

A Segunda Guerra Árabe-Israelense (1956) foi desencadeada a partir da nacionalização do canal de Suez por Nasser que levou à intervenção armada franco-inglesa no Egito, com o apoio de Israel. Os israelenses venceram o conflito e acabaram por ocupar a península do Sinai.

A Terceira Guerra Árabe-Israelense, ou Guerra dos Seis Dias (1967), foi desencadeada a partir do bloqueio egípcio aos portos israelenses. Mais uma vez, com a vitória de Israel, foram ocupados os territórios do Sinai, Faixa de Gaza e as colinas de Golã, na fronteira com a Síria.

A Quarta Guerra Árabe-Israelense, ou Guerra do Yom Kippur (o "Dia do Perdão", feriado israelense), foi desencadeada em 1973, a partir do prolongado domínio de Israel sobre um vasto território na região do Oriente Médio, conquistado em 1967. A iniciativa árabe de retomada de alguns territórios foi detida pela força militar israelense. Somente em 1979, foram assinados os acordos de Camp David, entre Israel e Egito, que promoveram a devolução de alguns territórios, ocupados pelos israelenses com a Guerra dos Seis Dias. Os conflitos entre Israel e a Palestina, todavia, estendem-se até os dias atuais.

Em que pese a conjuntura internacional desfavorável, o II PND apresentava como metas a criação de novas frentes de exportação, a disciplina da pauta de importações, o reajuste do balanço de pagamentos, a manutenção de um adequado escalonamento da dívida externa e de um elevado volume de reservas monetárias, como formas de captação da poupança externa. Além disso, defendia ainda a diversificação das fontes de financiamento dos mercados externos e do investimento direto estrangeiro.

Assim sendo, os principais pontos da estratégia industrial de então foram o desenvolvimento dos setores de base (bens de capital, indústria eletrônica de base e insumos básicos); abertura de novos campos de exportação de manufaturados, impulso ao desenvolvimento tecnológico industrial e redução dos desníveis regionais do desenvolvimento industrial. Tal projeto, entretanto, exigiria do governo uma elevada capacidade de investimentos.

No que se refere ao estabelecimento das linhas gerais de organização da economia brasileira, o II PND destaca que o modelo econômico não defende o avanço da estatização. Os principais campos de atuação do governo seriam os setores de infraestrutura econômica, através de empresas governamentais de energia, transporte e comunicações, operando articuladamente com os estados e municípios. Nas áreas de concessão de serviços públicos, o setor privado atuaria de forma complementar, já as indústrias produtoras de equipamentos e materiais para tais setores, pertencentes à Indústria de Transformação, não seriam áreas de responsabilidade do governo e sim, da iniciativa privada. Nas áreas de Desenvolvimento Social, deveria haver uma ação conjugada com a iniciativa privada: Educação, Saúde, Previdência Social (a Habitação é caso especial, pois a ação executiva caberia, em geral, ao setor privado). À iniciativa privada caberiam exclusivamente os setores diretamente produtivos: Indústrias de Transformação, Indústria de Construção, Agricultura e Pecuária, Comércio, Seguros, Sistema Financeiro (ressalvada a função pioneira e de estímulo, atribuída aos bancos oficiais). Nesses

setores, não apenas o Governo conferia seu desenvolvimento à iniciativa privada, como procuraria provê-la das condições para um desempenho satisfatório, através de incentivos fiscais, financeiros, de política de preços e outros estímulos.

A opção por manter sob o controle governamental tais áreas repousaria na necessidade de equilíbrio entre o setor público e o privado; entre a empresa nacional e a estrangeira. Para garantia de tal equilíbrio, a atuação governamental passaria, obrigatoriamente, pela criação de fortes estruturas empresariais, através de financiamentos do BNDE, de fusões das empresas nacionais para formação de grandes conglomerados e pelo apoio financeiro e fiscal às grandes empresas. Exigiria, ainda, a criação de mecanismos para dotar as empresas nacionais de condições para competição frente às empresas estrangeiras, sanando assim as deficiências do empresariado nacional em relação à capital, financiamentos a longo prazo, tecnologia e capacidade gerencial. Ao mesmo tempo, tal equilíbrio também exigiria do governo a delimitação das novas funções das empresas estrangeiras, principalmente, para evitar o controle da economia brasileira pelo capital externo, através do controle do mercado ou da absorção de competidores.

Segundo Adriana Campos (1999), pode ser destacada a subestimação das dificuldades, geradas pelo fato da economia ter atingido plena utilização de sua capacidade produtiva. Assim, a fase dos "Grandes Projetos", eixo do II PND, foi desativada, a partir de 1976, em função da adoção de uma política monetária mais restritiva, marcada pelo controle sobre os empréstimos do Banco do Brasil, pela desaceleração dos meios de pagamento e dos empréstimos ao setor privado. Entre 1977 e 1978, teve continuidade o estímulo à captação privada de recursos. Consolidou-se, assim, a política de crescimento, com restrições à obtenção de recursos internos pelas empresas estatais e o endividamento externo assumia um papel cada vez mais importante. A prosperidade do "milagre", assim, chegava ao fim. A conciliação entre esgotamento da capacidade de autofinanciamento da economia nacional, com

o cenário internacional de escassez de recursos, promoveu a dissolução das frágeis bases do crescimento da economia brasileira do período Médici.



Atende ao Objetivo 3

3.

De acordo com o II PND, “a implementação da estratégia definida irá exigir a rápida mobilização de capacidade empresarial, nacional e estrangeira, e um tremendo esforço de investimento. As estimativas preliminares indicam a necessidade de investimentos nas indústrias de transformação, no período 1975-1979, da ordem de Cr\$ 300 bilhões, devido à plena utilização da capacidade existente e à maior ênfase em setores básicos, o BNDE e o sistema de bancos regionais, e estaduais de desenvolvimento. Espera-se que com importante substituição de importações. Na realização desse programa, papel estratégico está reservado ao mecanismo de financiamentos e participações minoritárias, a ser executado pelo sistema de bancos oficiais, notadamente, progressivamente, os bancos de investimentos possam, também, dar contribuição relevante nesse sentido (BRASIL, 1974, p. 41).

O texto acima é um fragmento do II Plano Nacional de Desenvolvimento, principal plano econômico do governo Geisel. Explique um dos fatores diretamente relacionado ao fracasso nas metas presentes no II PND.

Resposta Comentada

Dois fatores podem ser diretamente relacionados ao fracasso dos objetivos e metas, presentes no II PND. Em primeiro lugar, o esgotamento da capacidade de crescimento da economia nacional. Além disso, pode ser destacada a conjuntura internacional desfavorável que promoveu a escassez de investimentos externos que poderiam ter financiado as ambiciosas metas do Plano.

CONCLUSÃO

A orientação da política econômica durante a vigência da ditadura civil-militar no Brasil possui três momentos bastante definidos: um primeiro, que se estende de 1964 até 1968, no qual, diante de um quadro de elevados níveis inflacionários e de redução do PIB, a política econômica procurou conciliar o binômio crescimento e redução da inflação; o Paeg estruturava-se no tripé reforma fiscal, reforma monetária e reforma salarial. O início do governo Médici, sob o comando de Delfim Neto, alterou profundamente a condução da política econômica. O crescimento da economia, sustentado em grande parte pela elevada quantidade de investimentos externos e pela política de contenção salarial, não promoveu um processo de desenvolvimento autônomo em relação ao capital externo e levou a uma intensa concentração de renda.

Em que pese a prosperidade do período 1968-1973, as frágeis bases do desenvolvimento acabaram por abrir espaço para a crise, desencadeada no governo Geisel. Tinha início, assim, um período de grave crise da economia brasileira que deixou como herança o descontrole dos anos 1980, em outras palavras, a “década perdida”.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Tabela 12.2: Dados da economia brasileira – 1964-1978

Ano	Crescimento do PIB (%)	Inflação	Exportações (US\$ bilhões)	Importações (US\$ bilhões)	Dívida externa (US\$ bilhões)
1961	9	35	1,4	1,3	3,8
1962	7	50	1,2	1,3	4,0
1963	1	78	1,4	1,3	4,0
1964	3	90	1,4	1,1	3,9
1965	2	58	1,6	0,9	4,8
1966	7	38	1,7	1,3	5,2
1967	4	27	1,7	1,4	3,3
1968	10	27	1,9	1,9	3,8
1969	10	20	2,3	2,0	4,4
1970	10	16	2,7	2,5	5,3
1971	11	20	2,9	3,2	6,6
1972	12	20	4,0	4,2	9,5
1973	14	23	6,2	6,2	12,6
1974	8	35	8,0	12,6	17,2
1975	5	34	8,7	12,2	21,2
1976	10	48	10,1	12,4	26,0
1977	5	46	12,1	12,0	32,0
1978	5	39	12,7	13,7	43,5

Fonte: Ferreira e Delgado (2009, p. 223).

A partir dos dados presente na tabela acima, analise as linhas gerais da política econômica brasileira, no período entre 1961 e 1978.

Resposta Comentada

O período da economia brasileira entre os anos de 1961 e 1968 foi marcado por baixas taxas de crescimento do PIB, por elevadas taxas inflacionárias e por modestos índices, tanto das exportações (destaca-se uma redução considerável das exportações, a partir de 1964) quanto das importações. Há, todavia, um controle da dívida externa que chega mesmo a ser reduzida. A implementação da política econômica no período do milagre (1968-1973) alterou o quadro econômico: deu-se um elevado crescimento do PIB, seguido do controle dos índices inflacionários, mas, por outro lado, teve início um importante processo de crescimento da dívida externa. O período pós-milagre (a partir de 1973) foi marcado pela dissolução dos aspectos positivos do momento anterior (PIB elevado e controle inflacionário) e, principalmente, pela explosão dos índices inflacionários. Embora as exportações crescessem, as importações aumentaram de forma ainda mais acentuada.

RESUMO

A primeira orientação da política econômica, implementada pela ditadura civil-militar que chegou ao poder no Brasil, em 1964, foi sistematizada pelo Paeg, plano econômico que teve como principal objetivo retomar os índices de crescimento de períodos

anteriores, a partir da conciliação do crescimento econômico com o controle inflacionário. A partir de 1968, em função de uma nova orientação política e econômica, o objetivo fundamental era a obtenção de elevadas taxas de crescimento, sustentadas pelo crescente endividamento externo. A crise da economia mundial, promovida pela primeira crise do petróleo, demonstrou a fragilidade das bases desse crescimento e a excessiva dependência da economia brasileira, diante do capital externo. A concentração de renda, a explosão da inflação e a redução dos níveis de exportação, desencadearam a crise do modelo vigente, durante o governo Médici, e levaram a uma nova orientação econômica, materializada no II PND. Os limites estruturais da economia brasileira, ao lado da crise internacional, acabaram por inviabilizar o projeto econômico do governo Geisel, levando à chamada “crise do Milagre Brasileiro”.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, serão estudados os movimentos de contestação ao regime militar, como, por exemplo, o movimento estudantil e a formação de grupos que viam na luta armada o único caminho para colocar fim ao poder militar.

Aula 13

As militâncias
em oposição à
ditadura militar:
movimento
estudantil e
luta armada.
Movimentos da
sociedade civil
na oposição à
ditadura militar

Maria Leticia Corrêa

Meta da aula

Apresentar um panorama dos movimentos de oposição e de resistência à ditadura militar, instaurada com o golpe de 1964, com destaque para o movimento estudantil, as organizações de esquerda da luta armada e a oposição ao regime conduzida na sociedade civil por setores da Igreja Católica, jornalistas e advogados.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as principais reivindicações e as modalidades de luta adotadas pelo movimento estudantil em oposição à ditadura militar;
2. descrever o panorama das organizações de esquerda que atuaram na oposição armada à ditadura militar, a partir do entendimento de que estas constituíram uma das formas de resistência ao regime instaurado em 1964;
3. reconhecer as formas de atuação de setores da Igreja Católica, jornalistas e advogados na oposição à ditadura militar.

Pré-requisitos

Para acompanhar esta aula, você precisa ter estudado os eventos que desencadearam a crise política que levou ao golpe e à deposição do presidente da República João Goulart, em março de 1964 (Aula 10). Será importante lembrar quais foram as bases legais e institucionais estabelecidas pelos governos militares com o objetivo de garantir legitimidade ao regime iniciado em 1964 e como funcionava a “comunidade de informações e segurança”, responsável pela repressão da oposição (Aula 11).

INTRODUÇÃO

Nas aulas anteriores, você estudou as bases legais e institucionais com que os militares buscaram garantir legitimidade ao regime iniciado em 1964. Para evitar a recomposição das forças políticas que sustentavam o governo deposto de João Goulart (1961-1964), foram suspensas garantias individuais consagradas pela Constituição de 1946, sendo cassados direitos políticos e mandatos parlamentares. Logo após o golpe, surgiram as primeiras denúncias de tortura praticada pela polícia e por setores das Forças Armadas.

Em 1965, a extinção do sistema de partidos nacionais levou à adoção do bipartidarismo. A oposição “consentida” à ditadura militar passou a ser exercida pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Embora a nova Constituição, aprovada em 1967, tivesse preservado direitos individuais e garantias parlamentares, o Ato Institucional nº 5, de dezembro do ano seguinte, suspendeu o *habeas corpus*, dando início ao período conhecido como os “anos de chumbo” da ditadura militar. Ocorreu o endurecimento do regime, com o aumento da violência praticada por órgãos militares e policiais, e o fortalecimento da “comunidade de informações e segurança” que atuava na repressão das oposições.

Nesta aula, você vai conhecer as diversas militâncias, surgidas em oposição à ditadura militar, cuja atuação desenvolveu-se para além dos marcos da “oposição consentida”, associada ao MDB. Você vai aprender que a radicalização dos estudantes ocorreu a reboque do surgimento de um movimento universitário de amplitude nacional, no início da década de 1960, e da crescente identificação dos militantes com o discurso e a agenda da União Nacional dos Estudantes (UNE). Vai conhecer as organizações de esquerda que proliferaram na luta contra a ditadura militar, parte delas tendo como inspiração os exemplos da Revolução Cubana e da Revolução Chinesa. Por fim, vai saber como se deu a luta de setores da Igreja Católica, jornalistas e advogados na oposição ao regime.

O movimento estudantil na oposição à ditadura militar

No início da década de 1960, antes mesmo que se configurasse a conjuntura de radicalização que antecedeu o golpe militar de março de 1964, notavam-se mudanças importantes nas formas de mobilização política dos estudantes brasileiros. Conforme apontado por João Roberto Martins Filho (2007), a partir da greve nacional de maio de 1962 surgiu um movimento universitário de amplitude nacional, associado ao debate sobre as “reformas de base”, que incluía a reforma universitária. Conhecida como a “Greve do 1/3”, a paralisação dos estudantes em 1962 teve como pauta a aprovação de uma legislação que garantisse representação estudantil na proporção de 1/3 em todos os órgãos colegiados de gestão universitária. O meio estudantil passou a identificar-se cada vez mais com o discurso nacionalista e a agenda de esquerda defendida pela União Nacional dos Estudantes (UNE).

A mobilização dos estudantes podia ser atribuída, em parte, à ampliação da participação dos setores médios da sociedade nas instituições de Ensino Superior, o que retirava em parte o caráter elitista de que estas haviam desfrutado até então. Essa importante mudança no perfil do alunado acompanhava, por sua vez, a acelerada modernização econômica do país e a urbanização. De fato, desde a década de 1940, registrou-se um aumento expressivo do número de matrículas nas universidades brasileiras. Ainda de acordo com Martins Filho (2007), entre 1945 e 1964, o número de estudantes universitários saltou de 27.253 para 142.386, correspondendo a uma elevação de 12,55% ao ano. Outro fator decisivo para a mobilização do movimento universitário foi o fortalecimento das correntes vinculadas à Igreja Católica, como a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), que pregavam um maior comprometimento dos jovens com os problemas sociais. A politização dos estudantes associava-se também ao processo que assistiu, na década de 1950,

às manifestações dos trabalhadores urbanos na luta contra a carestia e ao surgimento das ligas e sindicatos camponeses, que tiveram participação de destaque no debate sobre as “reformas”.

Em 1962, militantes das organizações estudantis católicas romperam com a hierarquia da Igreja para fundar a Ação Popular (AP) que tinha por objetivo principal atuar em prol de uma “transformação radical” da estrutura social brasileira na passagem do capitalismo para o socialismo. Logo após a sua criação, a AP assumiu a direção da UNE. Sob sua liderança, os estudantes desenvolveram importante atuação no Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, no Movimento de Educação de Base (MEB) — que visava à alfabetização de pessoas das classes populares — e em campanhas de sindicalização rural.



Centro Popular de Cultura (CPC)

O Centro Popular de Cultura da UNE foi constituído em 1962, no Rio de Janeiro, por estudantes e um grupo de intelectuais que incluía o teatrólogo Oduvaldo Vianna Filho, o cineasta Leon Hirszman e o sociólogo Carlos Estevam Martins. Seus fundadores defendiam que a arte e a militância política eram indissociáveis, segundo o pressuposto de que “fora da arte política não há arte popular”. Dentre as produções do CPC, destacaram-se a montagem de peças teatrais, como o *Auto dos cassetetes*; o filme de longa metragem *Cinco vezes favela*; discos, como *O povo canta*, e a edição dos *Cadernos do povo brasileiro*. O CPC foi fechado em 1964, juntamente com outros centros semelhantes dos estados. Alguns de seus ex-integrantes fundaram o *Grupo Opinião*, de teatro, e atuaram no movimento do *Cinema Novo*.

Após a posse de Castelo Branco (1964-1967), as numerosas prisões de lideranças do movimento estudantil e a abertura do Inquérito Policial Militar (IPM) da UNE contribuíram para levar os estudantes para a militância de oposição ao regime. A UNE, as Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs) e os diretórios estudantis foram colocados na ilegalidade em novembro de 1964, prevendo-se sua substituição por uma nova estrutura de representação, vinculada ao Ministério da Educação. Foi em reação a esse conjunto de medidas que as principais lideranças recompuseram o movimento estudantil, promovendo grandes manifestações de rua no Rio de Janeiro, em Brasília e nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia. A UNE, a União Metropolitana dos Estudantes (UME) do Rio de Janeiro e as UEEs mantiveram-se em atividade como entidades semiclandestinas, passando a ser amplamente dominadas pela esquerda do movimento estudantil. Tornaram-se palavras de ordem do movimento estudantil a luta contra a ditadura militar e o apoio à resistência do Vietnã do Norte contra o imperialismo norte-americano.



Guerra do Vietnã

As origens da Guerra do Vietnã remontam às lutas pela descolonização que ocorreram após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e o início da Guerra Fria. No Vietnã, antiga colônia francesa, a luta anti-imperialista foi conduzida pela Liga da Independência, associada ao Partido Comunista. O Tratado de Genebra, firmado em 1954, reconheceu a independência do Laos, do Camboja e do Vietnã, e a divisão desse país entre a República Democrática do Vietnã, ao norte, alinhada ao bloco soviético, e a República do Vietnã, ao sul, pró-Occidente. Logo após a independência, os Estados

Unidos passaram a enviar conselheiros militares ao Vietnã do Sul, com o objetivo de barrar a expansão dos comunistas. Os partidários do regime soviético organizaram então a Frente Nacional de Libertação (FNL), movimento guerrilheiro dedicado a pôr fim à ditadura no Vietnã do Sul e à intervenção norte-americana na região. Em 1964, sob pretexto de ataques a embarcações dos Estados Unidos no Golfo de Tonquim, iniciaram-se os bombardeios desse país no Vietnã do Norte. Diante da evidente superioridade bélica norte-americana, esperava-se que o conflito se encerrasse rapidamente, com a vitória sobre os comunistas. O uso das táticas de guerrilha e o conhecimento do território revelaram-se, no entanto, vantagens importantes para os *vietcongs* – como eram conhecidos os membros da FLN –, impondo às tropas norte-americanas importantes derrotas, como na chamada “Ofensiva do Tet”, em 1968. Os Estados Unidos retiraram-se do conflito em 1973 e, três anos depois, com a vitória dos comunistas, formou-se a República Socialista do Vietnã.

Outra corrente importante do movimento estudantil originou-se de dissidências do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Na conjuntura após o golpe de 1964, o PCB fora duramente criticado por parcela de seus próprios militantes, que atribuíam a derrota das esquerdas à estratégia de “revolução pacífica” adotada pelo partido e à política de alianças com setores da burguesia, na luta contra o imperialismo e o latifúndio.

Ao longo do ano de 1966, como consequência de graves confrontos entre universitários e a polícia nas cidades de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro, o movimento estudantil passou a

se concentrar na denúncia da violência da ditadura. Promoveu, também, manifestações contrárias à reforma universitária, anunciada pelo governo. Nesse caso, o alvo central das críticas era o convênio firmado entre o Ministério da Educação e a Agência para o Desenvolvimento Internacional, dos Estados Unidos, conhecido como Acordo MEC-Usaid, interpretado como indicativo da intenção do regime de privatizar a universidade pública, instituindo o ensino pago. Ganhava destaque, nesse contexto, a campanha em torno da causa dos alunos “excedentes”, isto é, daqueles que, mesmo atingindo a nota mínima no vestibular, não conseguiam ingressar na universidade, por falta de vagas. No ano de 1968, a mobilização dos estudantes brasileiros precedeu a onda de protestos que alcançou cidades importantes em diversos países, no movimento que ficou conhecido como o “Maio de 1968”.



Maio de 1968

No início de maio de 1968, alunos da Universidade de Nanterre, na França, realizaram uma série de protestos contra as autoridades universitárias. Entre outras medidas, protestavam contra a proibição da livre circulação de homens e mulheres nas residências estudantis. Os protestos estenderam-se a Paris e, na noite do dia 10, a Noite das Barricadas, cerca de vinte mil estudantes entraram em choque com a polícia. O movimento dos estudantes unificou-se ao dos trabalhadores, deflagrando-se uma greve geral contra a política trabalhista e educacional do presidente Charles de Gaulle (1959-1969), com a adesão de dez milhões de trabalhadores. Surgiram palavras de ordem que expressavam o caráter de contestação da autoridade do movimento, como “A imaginação ao poder” e

“É proibido proibir”. O acirramento da crise levou ao fechamento da Assembleia Francesa no dia 24 e à concessão de um abono salarial. As eleições legislativas, no mês seguinte, confirmaram, no entanto, a força dos setores conservadores. O ano de 1968 registrou grandes manifestações estudantis em diversos países, como Alemanha Ocidental, Itália, México, Japão e Brasil, algumas delas antecedendo o “Maio francês”. O legado de 1968 incluiu o fortalecimento do feminismo, da liberdade sexual e a luta por liberdades civis e direitos de minorias.

Em 28 de março de 1968, a morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, em manifestação pelo melhoramento da qualidade da alimentação do restaurante estudantil do Calabouço, reprimida com violência pela Polícia Militar da Guanabara, deu ensejo ao realinhamento dos diversos setores de oposição à ditadura. As manifestações em torno da morte de Edson Luís extrapolaram grandemente o âmbito do movimento estudantil, ganhando a adesão de setores do clero, lideranças sindicais, intelectuais, artistas e de parte da imprensa, representada pelos jornais *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*.

Em junho, novos protestos foram reprimidos com prisões e violência por parte da polícia e do Exército. No dia 26, a Passeata dos Cem Mil, também no Rio de Janeiro, encerrou o ciclo das grandes manifestações de rua. O declínio da mobilização estudantil ocorreu após o desmantelamento de um congresso clandestino da UNE, realizado em uma fazenda em Ibiúna, no interior de São Paulo, em outubro, quando foram presos centenas de estudantes. Parcela das lideranças estudantis aderiu à luta armada contra a ditadura militar.



Atende ao Objetivo 1

1.

Costumo dizer que a explosão daquele ano [1968] foi fruto de quatro casamentos e um divórcio. O primeiro casamento deu-se entre os estudantes politizados, que resistiam à ditadura, e a massa dos estudantes, que queria apenas receber uma boa formação acadêmica e profissional. A partir de 1967, entretanto, tornou-se geral a percepção do projeto que a ditadura militar tinha para a universidade: privatização do ensino superior, introdução das mensalidades nas escolas públicas, adoção de currículos, ligados às demandas das empresas, diminuição do espaço para a crítica e a pesquisa científica, abolição da autonomia universitária etc. (...)

O segundo casamento aconteceu fora da universidade, entre dois segmentos da classe média: o que havia se oposto ao golpe de 64 e o que o havia apoiado. A luta pelas reformas de base durante o governo João Goulart dividira a classe média. Uma parte dela, minoritária, vira na mudança das estruturas o caminho para a modernização do país e para a diminuição das injustiças sociais. A outra, majoritária, reagira contra a bandeira das reformas e, através de suas lideranças, batera às portas dos quartéis, pedindo a deposição do presidente constitucional. A expectativa destes era de que, afastado Jango, as Forças Armadas entregassem aos políticos de direita o comando do país. Não foi o que aconteceu, porém. (...)

O terceiro casamento foi o enlace em escala planetária das diversas lutas estudantis em curso no mundo, em Paris, em Praga, em Tóquio. E o último, o que se deu entre o nosso movimento estudantil e o impulso de renovação dos valores da sociedade, num sentido mais amplo, em todo o mundo: dos costumes, da moral, dos padrões artísticos, dos modos de pensar e de se comportar. (...)

Por último, o divórcio: a explosão de 68 foi fruto também de uma profunda ruptura entre a juventude e a política tradicional. Respirava-se uma hostilidade generalizada contra os políticos, de direita ou de esquerda, e mais intensa ainda contra as instituições políticas, criadas ou toleradas pela ditadura (MARTINS, Franklin. Quem luta, acerta e erra; quem não luta, só erra. Entrevista à revista *Forum*, 26/5/2008. Disponível em: http://www.revistaforum.com.br/conteudo/detalhe_noticia.php?codNoticia=3024)

Leia atentamente o trecho da entrevista do jornalista e político Franklin Martins e indique as razões para a mudança de orientação que fez com que numerosos estudantes, que haviam apoiado o golpe de 1964, aderissem à militância de oposição à ditadura.

Resposta Comentada

O movimento estudantil ganhou dimensão nacional no debate sobre as “reformas de base”, no início dos anos 1960. Embora parte dos estudantes tenha aderido à campanha anticomunista que antecedeu o golpe de 1964, seu engajamento à militância de oposição à ditadura explicou-se pela reação a medidas autoritárias, como o fechamento da UNE, à violência com que eram reprimidas suas manifestações e ao anúncio da reforma universitária. Deve ser considerada também a perda de apoio de setores da classe média, da qual se originavam muitos estudantes, à ditadura militar. Em 1968, os protestos vincularam-se à onda de manifestações que atingiu diversos países, tendo por alvo autoridades e políticos tradicionais.

Foquismo

O líder revolucionário argentino Ernesto “Che” Guevara (1928-1967) foi responsável pela proposição de uma concepção de luta revolucionária, baseada na guerra de guerrilhas, a ser adotada em países “subdesenvolvidos”. Essa concepção foi posta em prática por Guevara na Bolívia, na guerrilha que recebeu a adesão do então estudante de filosofia francês Régis Debray. Segundo teorização desenvolvida por Debray, era preciso romper com a concepção clássica do partido de vanguarda de esquerda para seguir um modelo estratégico e tático baseado na ideia de que um grupo (ou grupos) de homens armados e treinados poderia iniciar o processo revolucionário a partir de um “foco” militar no campo, localizado em área de difícil acesso para a ação das autoridades policiais. A primazia era dada ao aspecto militar e não à preparação política, já que a população tenderia a seguir a vanguarda armada, segundo a avaliação de que se encontravam amadurecidas as condições objetivas para a revolução.

As esquerdas revolucionárias na oposição à ditadura militar

O recurso às armas na luta revolucionária e na resistência à ditadura militar, no Brasil como em outros países latino-americanos, inspirou-se fortemente nos exemplos da Revolução Cubana e da luta anti-imperialista que vinha sendo conduzida pelo Vietnã do Norte contra a presença norte-americana nesse país. Em ambos os casos, tratava-se de pequenos estados nos quais a opção pela luta revolucionária representara a possibilidade do surgimento de modelos políticos e econômicos alternativos àquele que era predominante no Ocidente, sob a hegemonia dos Estados Unidos. A Revolução Cubana também representava a expectativa de criação de um socialismo não diretamente alinhado ao modelo soviético, o qual vinha sofrendo duras críticas das lideranças de esquerda, desde meados da década de 1950, quando se tornaram conhecidos os crimes do regime estalinista. Tornou-se então bastante influente a concepção de luta revolucionária, divulgada nos escritos de Ernesto “Che” Guevara, que ficou conhecida como **foquismo**. As organizações de esquerda que atuaram na luta armada no Brasil adotaram variações táticas e estratégicas, derivadas do modelo cubano de revolução, ainda que algumas delas tenham rechaçado a pecha de “foquistas”.

O primeiro experimento de luta revolucionária, influenciado pela Revolução Cubana, ocorreu ainda antes do golpe militar, em abril de 1962, com o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), apoiado pelas Ligas Camponesas e por seu líder Francisco Julião. O MRT chegou a realizar treinamento guerrilheiro no interior de Goiás, sendo desbaratado pela polícia em dezembro do mesmo ano. Outro grupo que defendeu a necessidade do enfrentamento armado antes do golpe foi a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop), o mesmo ocorrendo com alguns setores nacionalistas, como era o caso dos “Grupos dos 11”, ligados ao trabalhista Leonel Brizola. Após o golpe de 1964, com a derrota da esquerda e o fortalecimento das críticas à estratégia de luta

revolucionária conduzida sob a liderança do PCB – isto é, dentro da alternativa da “revolução dentro da ordem”, através da aliança dos comunistas com setores da burguesia –, os partidos e movimentos de esquerda existentes, como o próprio PCB, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB, resultado de uma cisão do primeiro, ocorrida em 1962), a Polop e a AP deram origem a diversas dissidências.

Podemos considerar que foram os agrupamentos surgidos do desdobramento da crise das organizações de esquerda tradicionais, ocorrida a reboque do golpe, os que abraçaram efetivamente a opção pela luta armada, estabelecendo como metas tanto o enfrentamento da ditadura militar como a transformação revolucionária do país pela implantação do socialismo.

O primeiro grupo a tentar a mobilização pelas armas, após o golpe de 1964, foi o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), comandado do exílio por Brizola e integrado, entre outros, por militares que haviam sido expulsos na leva de cassações que se seguiu à deposição de Jango. O MNR obteve o apoio do governo cubano para o desenvolvimento da guerrilha na região da serra do Caparaó, na divisa entre Minas Gerais e Espírito Santo, e foi desmobilizado pela repressão em abril de 1967.

A AP também se aproximou de Cuba nos primeiros anos da ditadura e alguns de seus militantes empreenderam ações militares, como o atentado de julho de 1966, no aeroporto de Recife, tendo por alvo o ministro da Guerra e candidato à sucessão presidencial, Arthur da Costa e Silva. A ação causou duas mortes e feriu quatorze pessoas, tendo sido planejada sem o conhecimento da direção da organização. Em 1968, a AP assumiria expressamente sua vinculação ao maoísmo, adotando um modelo de atuação inspirado no exemplo da Revolução Chinesa que privilegiava a mobilização dos trabalhadores rurais e urbanos e a aliança com setores “pequenos burgueses” (o que incluía os próprios estudantes).

O PCB deu origem a numerosos agrupamentos que abraçaram a opção pela luta armada. O mais importante desses grupos foi a Aliança Libertadora Nacional (ALN), cujas origens remontam

Carlos Marighella



Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/pt/4/47/Marighella.jpg>

Nasceu em Salvador, em 5 de dezembro de 1911. Ingressou no PCB, na década de 1930, quando estudante da Escola Politécnica da Bahia. Enviado pela direção nacional do PCB para atuar no Rio de Janeiro e depois em São Paulo, elegeu-se deputado pela

Bahia à Assembleia Nacional Constituinte, em dezembro de 1945. Teve seu mandato cassado em 1948 em razão da anulação do registro do PCB. Após o golpe de 1964, destacou-se como um dos principais críticos da estratégia conduzida pelo PCB, de apoio à aliança dos comunistas com setores da burguesia e “revolução dentro da ordem”. Foi preso dois meses após a deposição de Goulart, sofrendo na ocasião um ferimento a bala. Em ensaio de 1966, afirmou que “a ditadura em nosso país só se extinguirá pela força”. Depois da expulsão do partido, em 1967, criou o Agrupamento Comunista de São Paulo, que deu origem à ALN. Por essa época, avaliou que a mobilização dos estudantes era capaz de “articular a ação dos guerrilheiros urbanos, com o movimento de massas”. Foi morto em São Paulo, em operação policial, realizada em 4 de novembro de 1969.

à Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (Olas), realizada em Havana, Cuba, em agosto de 1967, reunindo revolucionários dos países do subcontinente. Entre os brasileiros presentes encontravam-se militantes da AP, ex-integrantes do MNR e o dirigente comunista **Carlos Marighella**, então um dos principais dos quadros do PCB. Como a direção partidária tivesse boicotado aquele congresso, não tendo autorizado a viagem de Marighella a Cuba, este foi expulso da agremiação.

Com a saída de Marighella do PCB, surgiu o Agrupamento Comunista de São Paulo, depois denominado Aliança Libertadora Nacional (ALN), cujo lema era “o dever de todo o revolucionário é fazer a revolução”. Segundo cálculos dos militantes, a ALN chegou a contar com dois mil adeptos. As ações da organização seguiam as regras do *Minimanual do guerrilheiro urbano*, escrito por Marighella. No início dos anos 1970, diante das numerosas baixas causadas pelas forças da repressão, a ALN foi praticamente desmantelada, originando dissidências como o Movimento de Libertação Popular (Molipo) e a Tendência Leninista.

Uma segunda dissidência do PCB formou em 1967 o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), liderado por Mário Alves, Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender. Militantes comunistas que atuavam no movimento estudantil, como Daniel Aarão Reis, Vladimir Palmeira e Franklin Martins, reuniram-se na chamada “Dissidência da Guanabara”, depois denominada Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). O nome do movimento homenageava o líder revolucionário “Che” Guevara, morto em outubro de 1967, na Bolívia.

Também o PCdoB originou dissidências, como o Partido Comunista Revolucionário (PCR) e a “Ala Vermelha” do PCdoB, que compartilhavam com a direção partidária a concepção em torno da necessidade da luta armada prolongada, inspirada no modelo da Revolução Chinesa.

A já citada Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop), por sua vez, desdobrou-se em dois grupos guerrilheiros: a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), criada em São Paulo, que contou com a participação de intelectuais, líderes operários e de **Carlos Lamarca**, e os Comandos de Libertação Nacional (Colina), responsáveis por ações armadas no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Em 1969, militantes da VPR e dos Colina reuniram-se na Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares).

Segundo declaração de Carlos Marighella, a inspiração das organizações da esquerda armada era a luta anti-imperialista e anticapitalista. Os militantes compartilhavam a avaliação de que a economia brasileira vivia um processo de estagnação, o que teria sido ratificado pela crise do início da década de 1960, prevendo que apenas um governo popular ou socialista poderia conduzir a retomada do crescimento econômico. Como é sabido, esse diagnóstico seria fortemente abalado diante do acelerado crescimento do país no período do chamado “milagre econômico”. De todo modo, muitas das organizações avaliavam que havia condições para a deflagração da luta revolucionária, a ser iniciada pela guerrilha rural.

Carlos Lamarca

Nasceu no Rio de Janeiro, em 23 de outubro de 1937.

Militar, deixou o Exército em janeiro de 1969 para ingressar na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Em sua fuga do 4º Regimento de Infantaria levou consigo diversos armamentos e munição. Em julho do



Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/pt/e/e4/Lamarca.jpg>

mesmo ano, liderou o assalto ao cofre do ex-governador paulista Ademar de Barros, no Rio de Janeiro, o qual continha dois milhões e meio de dólares. Lamarca treinou guerrilheiros em um campo de treinamento no Vale da Ribeira, em São Paulo, e liderou o sequestro do embaixador suíço no Brasil, Giovanni Enrico Bucher, em dezembro de 1970, tornando-se uma das principais lideranças da luta armada. Deixou a VPR para ingressar no MR-8, em maio de 1971, partindo em seguida para o sertão da Bahia, com o objetivo de implantar um foco guerrilheiro. Foi executado em setembro desse ano por uma patrulha de busca, no município baiano de Ipujiara. Durante a clandestinidade, teve como companheira Lara Lavelberg, que também integrou a VPR e o MR-8. Lara teria se suicidado, quando cercada pela polícia, em Salvador, pouco antes da morte de Lamarca.

Essa opção justificava-se, por sua vez, pelo entendimento de que a população do campo era a mais atingida pela miséria e pela espoliação capitalista, e que haveria maiores dificuldades à ação dos órgãos militares e policiais no interior do país. As ações realizadas por grupos armados nas cidades tinham assim como objetivos garantir a obtenção de recursos em dinheiro e armamentos para a guerrilha rural e treinar guerrilheiros, servindo, ainda, à propaganda da revolução. Nesse contexto, os assaltos a bancos e ataques aos quartéis eram considerados como “expropriações”.

Em 1968, as organizações armadas foram responsáveis por ações ousadas, como o assalto ao trem pagador da Estrada de Ferro Santos–Jundiaí, pela ALN; a explosão de uma bomba no Quartel-General do II Exército, que vitimou um soldado, pela VPR; e o assassinato de um suposto agente da CIA, na verdade um soldado alemão, pelos militantes dos Colina.

Após a decretação do Ato Institucional nº 5, em dezembro, as numerosas prisões e a generalização da tortura e do assassinato de militantes oriundos do movimento estudantil, das lideranças sindicais e de setores intelectuais foram acompanhados pelo processo que o militante e historiador Jacob Gorender denominou “imersão geral na luta armada” (GORENDER, 1987). Em 1969, tiveram início as ações tendo por meta principal a libertação de militantes presos, como os sequestros de diplomatas estrangeiros.

A primeira dessas ações foi o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, realizado no Rio de Janeiro, em setembro de 1969, em uma ação conjunta da ALN e do MR-8. A libertação de Elbrick foi condicionada à soltura e envio para o exterior de quinze presos políticos, ligados a diferentes organizações. Seguiram-se, no ano seguinte, os sequestros do cônsul japonês Nobuo Okuchi, do embaixador alemão, Ehrenfried von Holleben, e do embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher, pela VPR, que resultaram na libertação de 115 presos.



Figura 13.1: Charles Elbrick.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/pt/e/e6/Charles_Burke_Elbrick.jpg

O período entre 1969 e 1971 assistiu ao quase completo esmagamento das organizações da esquerda revolucionária pelas forças da repressão. Era notável o maior isolamento da luta armada com relação às bases nas quais haviam sido recrutados seus militantes, no movimento estudantil e operário e nas organizações tradicionais de esquerda. Mas foi no início da década de 1970 que o PCdoB conduziu a mais duradoura experiência de luta armada no campo, com a Guerrilha do Araguaia, derrotada em dezembro de 1973.



Guerrilha do Araguaia

Em meados da década de 1960, o PCdoB passou a enviar militantes a localidades próximas do rio Araguaia, no sul do Pará, junto à divisa com os estados do Maranhão, Piauí e Goiás (hoje Tocantins). Os militantes trabalhavam como agricultores, farmacêuticos, professores e comerciantes, e pretendiam obter a adesão da população local à luta armada contra a ditadura e à revolução.

As primeiras movimentações para o combate aos guerrilheiros ocorreram em abril de 1972. As forças da repressão integravam o Exército, a Marinha, a Aeronáutica, a Polícia Federal e as Polícias Militares do Pará, Goiás e Maranhão, e desenvolveram ações marcadas por extrema violência e crueldade, inclusive contra a população não associada à guerrilha. O conflito encerrou-se em dezembro de 1973, com um saldo de 76 mortos, dos quais 17 militantes recrutados entre os camponeses. Muitos foram executados após a prisão.

Desde a redemocratização, familiares dos “desaparecidos” no Araguaia têm feito gestões na justiça e junto a organizações de defesa de direitos humanos, tendo em vista o reconhecimento oficial das mortes e a localização e identificação dos seus restos mortais. Em dezembro de 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou o Brasil por violações dos direitos humanos, ocorridas na Guerrilha do Araguaia.



Atende ao Objetivo 2

2.

Com o rapto do embaixador, queremos mostrar que é possível vencer a ditadura e a exploração, se nos armarmos e nos organizarmos. Apareceremos onde o inimigo menos nos espera e desapareceremos em seguida, desgastando a ditadura, levando o terror e o medo para os exploradores, a esperança e a certeza da vitória para o meio dos explorados.

O Sr. Burke Elbrick representa em nosso país os interesses do imperialismo, que, aliados aos grandes patrões, aos grandes fazendeiros e aos grandes banqueiros nacionais, mantêm o regime de opressão e exploração.

Os interesses desses consórcios de se enriquecerem cada vez mais criaram e mantêm o arrocho salarial, a estrutura agrária injusta e a repressão institucionalizada. Portanto, o rapto do embaixador é uma advertência clara de que o povo brasileiro não lhes dará descanso e a todo momento fará desabar sobre eles o peso de sua luta. Saibam todos que esta é uma luta sem tréguas, uma luta longa e dura, que não termina com a troca de um ou outro general no poder, mas que só acaba com o fim do regime dos grandes exploradores e com a constituição de um governo que liberte os trabalhadores de todo o país da situação em que se encontram (MARTINS, 1969).

A partir da leitura do documento, aponte as motivações do sequestro do embaixador Charles Elbrick, apresentadas pela ALN e pelo MR-8.

Resposta Comentada

O sequestro do embaixador Charles Elbrick visava à libertação de presos políticos e demonstrava a capacidade das organizações da luta armada de combater a ditadura, com o objetivo de constituir um governo que desse fim à exploração dos trabalhadores. O embaixador americano era tomado como alvo por representar o imperialismo, a que se associavam os grandes empresários, fazendeiros e banqueiros.

A sociedade civil na luta contra a ditadura militar

Com a ampla derrota das organizações armadas na primeira metade da década de 1970, teve início uma nova etapa na luta contra a ditadura, caracterizada por um maior protagonismo de instituições da sociedade civil, com destaque para setores da Igreja Católica e órgãos profissionais, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI). As manifestações dessas instituições reforçavam as ações, conduzidas por lideranças da “oposição consentida”, representadas no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e por intelectuais, no sentido de promover a redemocratização do país. Fortaleceram-se, a partir de então, as campanhas pela anistia e pela revogação do Ato Institucional nº 5, da Lei de Imprensa e da Lei de Segurança Nacional.

O MDB caracterizava-se por abrigar em seu interior uma grande variedade de correntes políticas, algumas delas associadas a posições reacionárias, como era o caso do grupo representado pelo político carioca Chagas Freitas, que governou o estado do Rio de Janeiro entre 1979 e 1983. Havia também o grupo dos “autênticos do MDB”, identificado a posições de esquerda, reunindo políticos como Marcos Freyre, Fernando Lira e Lysaneas

Maciel. Outras lideranças do partido que se associaram à luta pela redemocratização foram Tancredo Neves, Franco Montoro, Mário Covas e Ulisses Guimarães.

O movimento das instituições da sociedade civil e do MDB foi acompanhado pela iniciativa, capitaneada pelo próprio governo na gestão de Ernesto Geisel (1974-1979), de promover a “distensão” política do regime, ou seja, de realizar uma abertura “lenta, gradual e segura” que mantivesse excluídas as organizações de esquerda e os movimentos populares.

Conforme assinalado por Maria Paula Araújo (2007), o confronto entre, por um lado, os setores democráticos que buscavam o alargamento de seu espaço político e, de outro, a intenção do governo em manter o controle sobre o processo de “abertura” não foi isento de violência. Ocorreu no governo de Geisel uma série de atentados e assassinatos políticos de representantes da oposição, promovidos por setores linha-dura do Exército e integrantes da comunidade de segurança e informações, contrários à redemocratização. Em outubro de 1975, o assassinato do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do II Exército, em São Paulo, alcançou ampla repercussão. Herzog era ligado ao PCB e trabalhava no Departamento de Jornalismo da TV Cultura de São Paulo. Em janeiro do ano seguinte, foi morto em circunstâncias semelhantes o líder operário Manoel Fiel Filho. Em setembro de 1976, causou comoção o sequestro do bispo Adriano Hipólito, de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, conhecido por seu apoio às **Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)** e ao movimento popular. Em dezembro desse ano, a invasão de uma reunião do comitê central do PCdoB, no bairro paulistano da Lapa, pela polícia, resultou na morte de quase todos os militantes presentes.

Desde o início da década de 1970, alguns setores da Igreja Católica, no Brasil como em outros países da América Latina, também vivendo sob ditaduras, destacavam-se na defesa das liberdades democráticas. Padres e integrantes do **laicato** católico abraçaram a luta contra o arbítrio em apoio aos trabalhadores urbanos e

Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)

Comunidades organizadas por iniciativa de leigos, padres ou bispos a partir de uma base territorial (paróquia ou capela), cujos integrantes buscam viver em comum seus problemas relativos à sobrevivência, à moradia e à luta por melhores condições de vida. Sua criação foi incentivada pelo Concílio Vaticano II (1962-1965).

Laicato

Grupo de cristãos leigos ou leigos.

Brasil: Nunca Mais

Título dado ao dossiê sobre tortura política no Brasil, organizado pela Arquidiocese de São Paulo em julho de 1985 e publicado em livro pela Editora Vozes. Sob a coordenação de Paulo Arns e Jaime Wright, consolidou levantamento realizado em 707 processos do Superior Tribunal Militar (STM), envolvendo presos políticos, no período entre 1961 e 1979. Três anos depois, foi lançado o dossiê *O perfil dos atingidos*, que apresenta um detalhado quadro das vítimas da ditadura militar e resgata o conteúdo das publicações de oposição então existentes. Você pode consultar o site do projeto do *Brasil: Nunca Mais* na internet: <http://www.dhnet.org.br/dados/projetos/dh/br/tmmais/index.html>

camponeses e aos estudantes, envolvendo-se diretamente na oposição ao regime militar, através da participação nas comunidades eclesiais de base (CEBs) e em pastorais no campo e nos bairros pobres das grandes cidades. Um dos maiores símbolos do engajamento político da Igreja do período foi o bispo espanhol Dom Pedro Casaldáliga, da prelazia de São Félix do Araguaia, por seu apoio à luta dos camponeses. Em São Paulo, a arquidiocese dirigida por Dom Paulo Evaristo Arns criou em 1973 a Comissão Justiça e Paz, e atuou diretamente na defesa dos direitos humanos. Em março desse ano, Paulo Arns e outros sacerdotes celebraram a missa de sétimo dia do estudante Alexandre Vanucchi Leme, torturado e assassinado nas dependências do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), no que se tornou a primeira grande manifestação do movimento estudantil, desde 1968. Dois anos depois, o ato ecumênico, realizado pela morte de Vladimir Herzog na Catedral da Sé, celebrado por Arns juntamente com o rabino Henry Sobel e o pastor presbiteriano Jaime Wright, transformou-se em importante protesto contra a violência do regime. A Arquidiocese de São Paulo conduziu ainda o projeto **Brasil: Nunca Mais**, que denunciou amplamente os crimes de tortura praticados no país.

O engajamento das associações profissionais na oposição à ditadura relacionou-se, por sua vez, com a importante mudança de orientação política sofrida por parte dos setores de classe média, desde 1964. Assim, se houve o apoio das classes médias ao golpe militar, o endurecimento do regime levou muitos de seus representantes para o campo da oposição. Contava para essa mudança de orientação o envolvimento de alguns profissionais nos embates com o governo e os órgãos da repressão, como era o caso de advogados que defendiam presos políticos e o de alguns jornalistas sob censura. Foi por esse motivo que órgãos como a OAB e a ABI transformaram-se em importantes veículos da denúncia dos crimes da ditadura, contribuindo para o fortalecimento de posições contrárias ao governo.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) destacou-se na defesa de presos políticos e na denúncia da tortura e das prisões arbitrárias. O posicionamento da entidade sofreu uma inflexão notável, uma vez que seu órgão máximo, o Conselho Federal, apoiara o golpe militar. Ainda na década de 1960, no entanto, enfrentando as determinações do governo, a OAB decidiu que os advogados cassados não seriam impedidos da prática profissional. No ano de 1970, o órgão manifestou-se contrariamente à instauração da censura prévia de livros e periódicos. Em agosto de 1976, uma bomba foi localizada na sede da entidade, no Rio de Janeiro, no mesmo dia em que, também no Rio, um atentado destruiu instalações da ABI.

Em 1977, estando à frente da entidade o jurista Raymundo Faoro, a OAB deflagrou campanha pelo retorno do país ao estado de direito. Nesse ano, lançou nota de protesto contra o chamado “pacote de abril”, baixado por Ernesto Geisel, que fechou temporariamente o Congresso Nacional e alterou as regras eleitorais, introduzindo a figura do “senador biônico”, eleito indiretamente por um colégio eleitoral, formado pelas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. A nota da OAB pedia também a revogação do AI-5, afinal decretada no ano seguinte. Em 27 de agosto de 1980, a sede da OAB no Rio de Janeiro foi palco de um novo atentado a bomba, que vitimou uma funcionária da instituição, Lyda Monteiro da Silva. No mesmo dia, duas outras explosões atingiram a sede do jornal *Tribuna da Luta Operária* e a Câmara dos Vereadores, a última com um total de seis feridos. Um quarto artefato foi localizado na sede da ABI, também no Rio de Janeiro.

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) também atuou na luta pelas liberdades democráticas, especialmente na gestão do jornalista Barbosa Lima Sobrinho, a partir de 1978, que apoiou a Comissão de Defesa da Liberdade de Imprensa.

A luta pela anistia ganhou fôlego em 1975, com o surgimento do Movimento Feminino pela Anistia e, em 1978, com a criação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), com representações em vários estados e também no exterior, integrando advogados,

amigos e parentes de presos políticos. De acordo com a carta de princípios divulgada pelo CBA de São Paulo, propunha-se a imediata concessão da anistia ampla e irrestrita aos presos e perseguidos políticos do regime militar, não extensiva aos agentes da repressão; a liberdade de expressão e de associação; o direito de greve; a liberdade política; e o retorno da pluralidade partidária.

No início do governo do general João Figueiredo (1979-1985), em resposta à mobilização conduzida pelos CBAs, foi encaminhado ao Congresso Nacional o projeto da lei de anistia. Convertido em lei em 28 de agosto de 1979, esse projeto era ainda bastante restrito, pois excluía os que tivessem sido condenados por crimes de "terrorismo, assalto e sequestro", isto é, os militantes da luta armada. A anistia de 1979 contrariava, também, um dos princípios estabelecidos pelo CBA, ao estender a anistia aos agentes do governo que tivessem praticado os crimes de tortura e assassinato. Posteriormente, entidades como o grupo Tortura Nunca Mais e a Comissão de Mortos e Desaparecidos promoveram campanhas pela aprovação de medidas complementares à Lei da Anistia e a reformulação da Lei de Segurança Nacional, o que levou à libertação de todos os presos políticos.



Atende ao Objetivo 3

3.

(...) foi justamente a disseminação do arbítrio que empurrou muitos advogados, não necessariamente de esquerda, nem necessariamente desafetos de primeira hora do poder militar, a um intenso engajamento político, mediante a mobilização da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em torno das mesmas questões relacionadas

com seu cotidiano profissional: o respeito aos direitos humanos, a começar pelo restabelecimento do *habeas corpus*; a abolição da censura; a denúncia da forma pela qual se obtinham as confissões que incriminavam os réus processados nas auditorias militares; a reconstituição das verdadeiras circunstâncias em que um preso “desapareceu” ou “morreu atropelado na tentativa de fuga”; a luta pela anistia e a volta do Estado democrático de direito. Para os advogados que quisessem, fazer oposição e buscar justiça eram práticas que se sobrepunham e complementavam-se (ALMEIDA, 1998, p. 319-409).

Maria Hermínia T. de Almeida e Luiz Weiss, no texto selecionado, destacam a associação entre a prática profissional dos advogados e a militância de oposição. Por que em meados dos anos 1970 fortaleceu-se a mobilização da sociedade civil na oposição à ditadura?

Resposta Comentada

Após a derrota das esquerdas armadas, no início da década de 1970, ocorreu uma crescente mobilização por parte de setores da classe média, na luta contra o arbítrio que incluía em sua pauta a anistia, a liberdade de imprensa e de expressão e o restabelecimento de direitos individuais, como o *habeas corpus*. Ganharam destaque na luta contra o regime instituições como a Igreja Católica, a OAB e parte da imprensa.



Indicação de filmes

Diversos filmes brasileiros tiveram como tema a luta armada contra a ditadura militar. Vejamos alguns deles:

Lamarca (1994), de Sérgio Rezende, faz uma crônica dos últimos meses de vida do líder guerrilheiro Carlos Lamarca. Paramount, 130 minutos.

Ação entre amigos (1998), de Beto Brant, aborda a história de quatro amigos que participaram da luta armada e, vinte e cinco anos depois, partem em busca do homem que os teria torturado. Paris Vídeo, 76 minutos.

Batismo de sangue (2006), de Helvécio Ratton, narra o apoio dos frades dominicanos frei Tito e frei Betto à Aliança Libertadora Nacional (ALN). Downtown filmes, 110 minutos.

Hércules 56 (2006), de Silvio Da-Rin, é um documentário sobre o sequestro do embaixador Charles Elbrick, em setembro de 1969. Vídeo Filmes, 94 minutos.

Indicação de sites

Site desenvolvido pelo Centro de Documentação Eremias Delizoicov e pela Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos, com informações sobre as vítimas da ditadura militar.

EREMIAS Delizoicov: centro de documentação. *Dossiê mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. Disponível em: <<http://www.desaparecidospoliticos.org.br/index.php?m=1>>. Acesso em: 05 jul. 2011.

CONCLUSÃO

O processo de redemocratização e liberalização que ficou conhecido como “abertura” e deu fim à ditadura militar em 1985, com a posse do primeiro presidente civil, José Sarney, após 21 anos do regime, envolveu a ampla mobilização dos diversos setores na luta pela anistia e pelo restabelecimento do estado de direito. Resultou, também, do confronto entre as demandas dos setores democráticos e de esquerda e o processo de “distensão” que previa a abertura “lenta, gradual e segura”, conduzido pelos presidentes Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985).

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Para não fugir de uma proposição sintética, apesar dos riscos, parece pertinente considerar as experiências guerrilheiras, vistas, hoje, experiências de resistência armada. Independentemente das intenções revolucionárias, os grupos armados não tinham a menor condição social, política, econômica ou militar de enfrentar o poder da ditadura. Nesse sentido, foi uma luta de resistência – é mais prudente não usar o adjetivo “democrática”, que pode dar margem a equívocos. Uma resistência contra a ditadura, ainda que, em geral, os projetos dos grupos guerrilheiros fossem ofensivos. Eles fizeram parte da “grande recusa” – para usar o termo de Marcuse para caracterizar as lutas de 1968 em todo o mundo – que, no caso brasileiro, não era só da ditadura, mas também da organização social e econômica capitalista que ela garantia (RIDENTI, 2007).

Explique o significado atribuído por Marcelo Ridenti ao legado da luta armada.

Resposta Comentada

Há leituras divergentes sobre o legado da luta da esquerda revolucionária, durante a ditadura militar. Para muitos dos militantes cujo engajamento foi maior a partir dos protestos de rua de 1968, tratava-se de derrotar o governo como condição para a instauração do socialismo. Para os militantes mais velhos, era preciso reagir à derrota, pelo golpe de 1964, do projeto da revolução “nacional popular”. De todo modo, segundo Ridenti, diante da impossibilidade de enfrentar efetivamente a ditadura, sobretudo após o AI-5 e o endurecimento da repressão, a luta armada pode ser considerada como uma luta de resistência.

RESUMO

Na década de 1960, a oposição à ditadura militar incluiu organizações que atuaram fora dos marcos da “oposição consentida”, representada pelo MDB, como o movimento estudantil e as diversas organizações de esquerda que abraçaram a opção pela luta armada. Tais organizações rompiam com a estratégia até então adotada sob a liderança do PCB, de “revolução dentro da ordem” e de estabelecimento de alianças com setores da burguesia, para aderir a concepções de luta inspiradas nos exemplos da Revolução Cubana e da Revolução Chinesa. A partir de 1968, as organizações armadas realizaram ações urbanas, como assaltos a bancos e quartéis, definidas por seus militantes como “expropriações”. No início dos anos 1970, ocorreu a experiência mais duradoura de guerrilha rural, a Guerrilha do Araguaia, planejada pelo PCdoB.

Com a derrota das organizações armadas, tomou impulso, no governo Geisel (1974-1979), a mobilização das instituições da sociedade civil na oposição à ditadura militar, em torno de uma agenda de defesa das liberdades democráticas e de restabelecimento do Estado de direito, com a revogação do Ato Institucional nº 5. Tais movimentos disputavam com o próprio governo a condução da política de distensão. Em 1979, foi aprovado projeto de Lei da Anistia do governo de João Figueiredo (1979-1985), o qual, contrariando princípios defendidos pelas entidades de defesa dos direitos humanos, estendia sua concessão aos agentes da repressão, envolvidos nos crimes de tortura e assassinato de militantes de oposição.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você vai estudar os principais elementos da crise econômica da década de 1980 e as reformas institucionais que marcaram a implantação do neoliberalismo no Brasil.

Aula 14

A economia
brasileira no
neoliberalismo:
crise econômica
e reformas
institucionais

Monica Piccolo Almeida

Meta da aula

Apresentar as principais características da trajetória da economia brasileira (a partir dos anos 1980) que abriram espaço para a introdução das reformas neoliberais no Brasil, a partir dos governos de Fernando Collor (1990-1992) e de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Assim, serão objetos de análise não apenas os elementos constitutivos da crise dos anos 1980, como também os principais pontos do programa de governo, implementados no país, a partir de 1990, que transformaram a agenda do neoliberalismo em política pública.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer os elementos que compuseram o quadro de crise econômica da chamada “década perdida” (ou seja, os anos 1980), e que foram fundamentais para a consolidação do consenso em torno das reformas neoliberais como único caminho possível para a saída da crise;
2. identificar os elementos do neoliberalismo que passaram a compor a política econômica brasileira dos anos 1990, principalmente a partir das reformas implementadas ao longo do governo de Fernando Collor (1990-1992);
3. avaliar as bases do projeto de reestruturação da política econômica brasileira, a partir de 1994, em função das diretrizes do Plano Real e das reformas institucionais postas em vigor.

Pré-requisito

Para que você possa compreender de forma mais eficaz a reestruturação da política econômica brasileira que se consolidou a partir da década de 1990, torna-se necessário que sejam revistas as diretrizes econômicas que nortearam a economia brasileira ao longo dos governos militares (Aula 12). Somente a partir do entendimento do projeto que predominou no país a partir de 1964 é que se torna possível entender a crise que foi desencadeada nos anos 1980 e, assim, compreender o cenário político e econômico que abriu espaço para a implementação das reformas ditas “estruturais” ao longo dos governos de Fernando Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

INTRODUÇÃO

Nesta aula, vamos estudar a reconfiguração da política econômica brasileira, a partir da introdução no Brasil do projeto neoliberal. Sustentado pelo cenário de profunda crise econômica dos anos 1980 (crise essa diretamente relacionada à crise do “Milagre Econômico”), consolidou-se o diagnóstico de que somente a reestruturação do papel do Estado poderia garantir a recuperação econômica do país. Os sucessivos fracassos dos planos econômicos, implementados durante o governo de **José Sarney** (1985-1990), (Plano Cruzado I, Plano Cruzado II e Plano Verão) acabaram por fortalecer o discurso de que somente a implementação da agenda produzida pelo “Consenso de Washington” poderia promover a inserção do país nos novos rumos e novas exigências da economia mundial.



José Sarney

Advogado, nascido na cidade de Pinheiro, estado do Maranhão, em 24 de abril de 1930, José Sarney elegeu-se suplente de deputado federal pelo Partido Social Democrático (PSD), assumindo o mandato em 1956 e 1957. Foi deputado federal (1959-1966) pela União Democrática Nacional (UDN) e, com a extinção dos partidos políticos e a imposição do bipartidarismo pelo AI-2, em 27 de outubro de 1965, ingressou na Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação do regime militar. Elegeu-se governador do Maranhão (1966-1970) e senador (1971-1985). Tornou-se presidente da Arena, em 1979, e, no ano seguinte, com a instalação do pluripartidarismo, do



Consenso de Washington

Expressão criada em 1989, pelo economista inglês John Williamson, ex-funcionário do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) durante a conferência do Institute for International Economics (IIE), em Washington. Williamson listou políticas que o governo dos Estados Unidos preconizava para a crise econômica dos países da América Latina, tais como:

- a abertura da economia por meio da liberalização financeira e comercial, e da eliminação de barreiras aos investimentos estrangeiros;
- as privatizações;
- a redução de subsídios e gastos sociais por parte dos governos;

Partido Democrático Social (PSD). Em 1980, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras. Em 1984, juntamente com outros dissidentes do PDS, passou a integrar a Frente Liberal, que o lançou como vice-presidente da República na chapa de Tancredo Neves, do PMDB, tendo sido eleito pelo Colégio Eleitoral em janeiro de 1985. Após o término de seu mandato presidencial, elegeu-se duas vezes senador pelo Amapá (1991-2003). É, atualmente, o presidente do Senado.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/73/Sarneyoficial.jpg>

- a desregulamentação do mercado de trabalho, para permitir novas formas de contratação que reduzam os custos das empresas.

Por decisão do Congresso norte-americano, as medidas do Consenso de Washington foram adotadas como imposições na negociação das dívidas externas dos países latino-americanos. Acabaram se tornando o modelo do FMI e do Banco Mundial para todo o planeta.

A eleição de Fernando Collor em 1989 acabou por significar a vitória desse diagnóstico. Teve início, a partir de então, um profundo processo de reestruturação da ação estatal que foi consolidado ao longo dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O neoliberalismo, assim, finalmente chegava ao Brasil.

Anos 1980: a "década perdida"

A chegada de José Sarney à presidência da República acabou por trilhar caminhos curiosos. Em 1983, formou-se uma frente única que reuniu partidos e entidades de oposição numa campanha que tomou o país, reivindicando eleições diretas para a presidência da República: era a campanha das "Diretas já". Foi apresentada, então, uma emenda constitucional, a Emenda Dante de Oliveira, que estabeleceria o voto direto para a presidência. Apesar da imensa mobilização que a campanha das "Diretas já" desencadeou, a emenda não foi aprovada. Em abril de 1984, 298 deputados votaram a favor, 65 contra, 3 abstiveram-se e 112 não compareceram à votação. Faltaram apenas 22 votos favoráveis para que os dois terços necessários para sua aprovação fossem alcançados.

Em janeiro de 1985, Tancredo Neves e José Sarney foram eleitos indiretamente pelo Colégio Eleitoral, para, respectivamente, os cargos de presidente e vice-presidente da República, derrotando os candidatos governamentais Paulo Maluf e Flávio Marcílio. Tancredo, porém, nunca chegou a assumir. Veio a falecer em 21 de abril do mesmo ano. A presidência, então, foi assumida pelo vice, José Sarney, um dos grandes articuladores da derrota da Emenda Dante de Oliveira.

O governo do presidente Sarney foi marcado, sobretudo, por duas grandes tarefas que se impunham ao país: reconstruir a democracia e enfrentar a crise inflacionária. Assim, em 1º de fevereiro de 1987, instalava-se a Assembleia Nacional Constituinte, iniciando suas atividades sob a liderança do deputado Ulysses Guimarães. A nova Constituição foi promulgada em 5 de outubro de 1988, tendo sido a mais democrática da história brasileira. A Carta estabeleceu eleições diretas em dois turnos para presidente, governador e prefeitos, adotou o presidencialismo como forma de governo, afirmou a independência dos três Poderes, restringiu a atuação das Forças Armadas, estendeu o voto aos analfabetos e maiores de 16 anos, universalizou o direito de greve, entre diversas outras garantias civis, sociais e trabalhistas.

No plano econômico, o governo Sarney anunciou, em 1º de março de 1986, uma ampla reforma monetária que ficou conhecida como Plano Cruzado, em referência à nova moeda implantada. Comandado pelo ministro da Fazenda Dílson Funaro e considerado heterodoxo por diferir dos planos recomendados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), tinha como medidas de estabilização econômica o congelamento de preços e salários, o abono de 8% para todos os trabalhadores e o “gatilho” salarial a cada vez que a inflação ultrapassasse 20%. O incentivo à produção funcionaria como um instrumento de distribuição de renda, aumentando o poder de compra dos salários. Inicialmente, os resultados foram positivos, passando a inflação a níveis inferiores a 2% ao mês. Todavia, a partir de dezembro de 1986, começou a ser diagnosticado um aquecimento excessivo da economia. Em fevereiro de 1987, as reservas cambiais

caíram rapidamente e o ministro Funaro suspendeu os pagamentos dos juros da dívida externa aos bancos privados, enquanto a inflação atingia um patamar de 365,7% anuais. A moratória foi suspensa em novembro, quando o Brasil pagou 500 milhões de dólares ao FMI. Em janeiro de 1988, o novo ministro da Economia, Luís Carlos Bresser Pereira, promoveu outro plano de estabilização, que, ainda assim, não conteve a inflação, cujo índice girou em torno de 1.000% naquele ano. Em janeiro de 1989, um terceiro programa econômico foi anunciado pelo governo, batizado de Plano Verão, porém o ano encerrou-se com a taxa anual de inflação de 1.764,86%.

Assim, nos anos 1980 e começo dos anos 1990, a conjuntura brasileira constituiu-se em um fértil terreno para a pregação do ideário neoliberal. A crise econômica, a crise de legitimidade e os movimentos de massa deram a tônica à chamada “abertura”. Estavam desenhadas, então, as condições para que a agenda neoliberal apresentada fosse vista como a única solução para a crise. Segundo Francisco de Oliveira (1996), o processo de dilapidação do Estado brasileiro que teve início ainda durante a ditadura e prosseguiu sem interrupções no governo Sarney terá papel decisivo para a consolidação do caldo de cultura que irá compor o cenário perfeito para a penetração da ideologia neoliberal: o binômio hiperinflação/desqualificação da ação política e dos espaços públicos como agentes promotores do bem-estar social.

Na primeira eleição direta para presidente desde 1960, o papel principal coube a um jovem político, carioca de nascimento e nordestino por área de atuação: Fernando Collor, candidato por uma frágil aliança partidária, cuja trajetória não foi marcada pela fidelidade partidária. Pela Arena, foi nomeado prefeito de Maceió em 1979; pelo Partido Democrático Social (PDS) eleger-se deputado federal em 1982; pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) foi eleito governador de Alagoas em 1986. Em 1989, em meio às articulações para lançamento de sua candidatura à presidência, criou um partido próprio, o Partido da Reconstrução Nacional (PRN) – ex-Partido da Juventude.

Claro representante de uma fração da classe dominante ilustrada, bem formada, cosmopolita e poliglota, o projeto político de Collor de tomada de poder foi ameaçado por outro também recente membro do cenário político nacional, Luiz Inácio Lula da Silva. Candidato que alardeava sua origem de retirante nordestino, Lula apresentava-se publicamente como intimamente ligado às lutas operárias do ABC paulista, ao renascimento das liberdades políticas no final dos anos 1970, à fundação de um partido político de massas, cuja precária formação acadêmica em nada o desqualificaria para assumir o mais alto cargo da República.

Durante dois meses, as estratégias políticas de Fernando Affonso Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva digladiaram-se na mídia. Ao binômio moralização/modernidade do primeiro, o segundo contrapunha um discurso esquerdista que assustava a classe média e o empresariado. Nesse momento, estava em jogo o modelo de concepção de Estado que a partir de então regularia as relações sociais no Brasil e cujo impacto pode ser sentido até os dias atuais.

Depois de acirrada disputa no segundo turno (Collor e Lula estavam tecnicamente empatados às vésperas da eleição), Collor sagrou-se vencedor, obtendo cerca de 35 milhões de votos, ou 42,75%, contra 31 milhões de Lula, ou 37,86%. Uma vitória e tanto para um político que, há menos de um ano, era conhecido apenas como o governador das paupérrimas Alagoas e herdeiro da poderosa organização Arnon de Mello, subsidiária da Rede Globo.



Atende ao Objetivo 1

1.

Geração Coca-Cola

(Letra: Renato Russo)

Quando nascemos fomos programados
A receber o que vocês nos empurraram
Com os enlatados dos USA, de 9 a 6.
Desde pequenos nós comemos lixo
Comercial e industrial
Mas agora chegou nossa vez
Vamos cuspir de volta o lixo em cima de vocês.
Somos os filhos da revolução
Somos burgueses sem religião
Somos o futuro da nação
Geração Coca-Cola.

Que país é esse?

(Letra: Renato Russo)

Nas favelas, no senado
Sujeira pra todo lado
Ninguém respeita a Constituição
Mas todos acreditam no futuro da nação
Que país é esse? (...)

As letras das músicas "Geração Coca-Cola" e "Que país é esse?", da banda de rock Legião Urbana, referem-se a um contexto particular de transformações na política, na sociedade e na economia brasileira, a década de 1980.

Apresente as características desta década, destacando os elementos que se encontram nas duas letras das músicas citadas.

Resposta Comentada

Em que pese a frustração inicial pela derrota da Emenda Dante de Oliveira que poderia ter garantido eleições diretas ainda no ano de 1984, a vitória eleitoral (mesmo que indireta) de Tancredo Neves e de José Sarney pôs fim às duas décadas de regime militar e suscitou intensas esperanças da população brasileira. No entanto, os sucessivos fracassos dos planos econômicos, o aumento do desemprego e da inflação, e os recorrentes escândalos de corrupção acabaram por desencadear uma enorme frustração nacional, levando os anos 1980 a passarem a ser conhecidos como “a década perdida”.

Rumo ao neoliberalismo

Qualquer estudo que se proponha investigar as origens dos problemas que hoje em dia se constituíram como crônicos nas democracias ocidentais – tais como os elevados índices de pobreza, desemprego, concentração de renda, baixa escolaridade ou até mesmo violência –, depara, imediatamente, com o embate que tem sido travado entre os defensores do chamado “Estado Minimalista” e aqueles que cobram do Estado sua atuação no sentido de minorar as mazelas da maioria da população.

As origens desse embate remontam ao lento, mas eficaz processo de construção de uma lógica discursiva que transformou

New Deal

Assessorado por economistas da escola keynesiana, (ou seja, adeptos da teoria elaborada por Keynes, segundo a qual o caminho para recuperação da crise econômica nos anos 1930 passava pela recuperação do poder de compra da população), Roosevelt pôs em prática um programa de recuperação da economia nacional através de reformas que tinham como eixo central a intervenção estatal na economia através de grandes investimentos públicos – construção de estradas, usinas, escolas, por exemplo – e de uma melhor distribuição de renda, a fim de aumentar a capacidade de absorção do mercado interno. Tal controle visava também diminuir o volume de produção da agricultura e da indústria para reduzir os riscos de uma superprodução. Esse conjunto de medidas ficou conhecido como *New Deal* (novo acordo) e marcou a crise do Estado liberal (HOBBSAWM, 1995, p. 393-420).

o ideário neoliberal em instância única de manutenção da ordem e da prosperidade; mais ainda, como o caminho possível para a civilização. Fora de seus limites, estaria a barbárie. Ou, em outras e conhecidas palavras, estaria o “caminho para a servidão”.

O gradual processo de transformação do discurso neoliberal em hegemônico teve início na conjuntura pós-Segunda Guerra Mundial. Tomando como alvo preferencial as políticas públicas, implementadas nos Estados Unidos pelo presidente democrata Franklin Delano Roosevelt – que ficaram conhecidas como **New Deal** –, um grupo de intelectuais (tendo em Frederick Hayek seu mais ilustre representante) reúne-se na chamada “Sociedade de Mont Pelerin”, promovendo, a partir de então, a publicação de várias obras que apresentam uma ferrenha oposição ao *Welfare State*, ou seja, à intervenção do Estado que se fazia tanto no campo da política fiscal e financeira quanto no campo da política social através da expansão do emprego público e da criação de vários “aparelhos de consumo coletivo”, tais como a educação, a habitação e a saúde que se incorporavam à cultura política na forma de “direito de cidadanias” (BRANDÃO, 1991).

Em que pese a solidez acadêmica dos membros da dita “Sociedade”, os escritos que dela foram fruto ficaram por quase três décadas circunscritos aos limites do mundo acadêmico. Tal quadro, entretanto, começa a ser alterado a partir da crise mundial do capitalismo em 1973 que jogou por terra a prosperidade da “Era de Ouro” (ou seja, o período de prosperidade que marcou as décadas imediatamente posteriores à Segunda Guerra Mundial). Desde então, o receituário neoliberal ganha espaço e invade com força total o mundo das políticas públicas. A atuação do movimento sindical, os elevados gastos sociais do Estado e as pressões por aumentos salariais, segundo Perry Anderson (1996), são identificados como os grandes vilões responsáveis pela crise, uma vez que corroeram as bases de acumulação capitalista. Identificadas as origens da crise, suas soluções também foram rapidamente construídas: manutenção de um Estado forte apenas no que se refere à sua capacidade de quebrar a espinha dorsal

do movimento sindical e de controlar os gastos públicos; contração da emissão monetária; elevação das taxas de juros, redução dos impostos sobre os rendimentos altos; fim do controle sobre os fluxos financeiros; elevadas taxas de desemprego como forma de manter um exército de reserva de mão de obra barata e disponível a baixo custo; repressão às greves; construção de uma nova legislação sindical; programa de privatizações e, principalmente, redução dos gastos públicos.

Ao receituário neoliberal, respondem os adeptos do keynesianismo com a defesa dos altos salários, do pleno emprego e do Estado de Bem-Estar Social, uma vez que tais estratégias criaram a demanda de consumo que alimentara a expansão anterior e que, portanto, bombear mais a demanda na economia era a solução. A agenda propositiva neoliberal, entretanto, começa a ganhar contornos de política pública e de discurso hegemônico. Inicialmente no Chile de Augusto Pinochet (1973), e posteriormente na Inglaterra de Margaret Thatcher (1979), nos Estados Unidos de Ronald Reagan (1980) e na Alemanha de Helmut Kohl (1982). Nos demais países da América Latina, a introdução das reformas liberais data do final dos anos 1980 e início dos anos 1990.

A nova configuração que as políticas públicas irão assumir, desde então, toma como elementar ponto de referência as diretrizes elaboradas pelo economista John Williamson na reunião na cidade de Washington, no ano de 1989, na qual foram traçados os caminhos que os países da América Latina deveriam trilhar. Segundo o próprio economista, o grande consenso pode ser sistematizado em três planos:

- de ordem macroeconômica na qual é requerido um rigoroso esforço fiscal que passa por um programa de reformas administrativas, previdenciárias e fiscais, além de um corte violento nos gastos públicos;
- de ordem microeconômica, que passa pela necessidade de desonerar fiscalmente o capital (desoneração fiscal, flexibilização dos mercados de trabalho, diminuição da carga social com

os trabalhadores, diminuição dos salários) para que ele possa aumentar sua competitividade no mercado internacional, desregulado e aberto;

- desmonte radical do modelo anterior (Estado interventor).

Assim que toma posse no dia 15 de março de 1990, Collor põe em marcha um conjunto de reformas que tem origem na alardeada constatação do esgotamento financeiro do Estado e na necessidade de redução do déficit público. O “enxugamento” da máquina estatal a partir da redução de um número significativo de órgãos e a diminuição de custos constituíram-se em objetivos de reforma administrativa. O eixo do discurso governamental sustentava-se no tripé desestatização, desregulamentação e liberalização dos preços e salários.

Os temas centrais do programa de governo são anunciados por Collor em seu discurso de posse:

- democracia e cidadania;
- inflação como inimigo maior;
- reforma do Estado e a modernização econômica;
- a preocupação ecológica;
- o desafio da dívida social;
- a inserção do Brasil nos novos rumos do mundo contemporâneo.

A defesa da redução dos gastos públicos também é um ponto nodal na proposta de governo de Collor. Torna-se, assim, recorrente no discurso do então presidente promover o equilíbrio do orçamento federal através do fim da concessão de benefícios e de privilégios, o que exige obrigatoriamente uma estratégia global de reforma do Estado, cujo saneamento será conquistado através de uma tríplice reforma: fiscal, patrimonial e administrativa.

Assim sendo, o saneamento das finanças do Estado passaria inexoravelmente pelos seguintes pontos:

- redução dos gastos públicos;

- fim da concessão de benefícios;
- reformas fiscal, patrimonial e administrativa;
- redefinição do papel do Estado;
- defesa da economia de mercado e da abertura ao capital externo;
- modernização econômica através da privatização como elemento gerador de receita e redutor do déficit público.

No dia seguinte à posse, medidas de choque para tentar controlar a inflação são tomadas: o cruzeiro retoma sua posição de moeda oficial; os saques da poupança, do *overnight* e das contas correntes são reduzidos ao máximo de Cr\$ 50 mil, ficando o saldo restante retido pelo Banco Central pelo prazo de dezoito meses; os aumentos dos preços são proibidos; é adotado o câmbio flutuante; foram extintos 24 organismos estatais e autárquicos, destacando-se entre eles, a Siderúrgica Brasileira (Siderbrás), o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e o Instituto Brasileiro do Café (IBC). Apesar do confisco da poupança, os preços de alguns produtos congelados começam a ser liberados já a partir de maio, mesmo momento em que o governo anuncia a meta de 360 mil demissões no funcionalismo público – das quais efetivamente somente em torno de 10.000 ocorreram. Esse pacote ficou conhecido como “Plano Collor”.

Às dificuldades de redução dos índices inflacionários, apesar do arrefecimento drástico de liquidez obtida através do confisco das poupanças, soma-se à avalanche de denúncias de corrupção, envolvendo direta ou indiretamente membros do governo. A primeira delas ocorre ainda em 1990, durante o lançamento do Projeto SOS Rodovias. A já frágil base de sustentação política do governo torna-se ainda mais precária em função das disputas em torno do governo de Alagoas. No mesmo momento, tornam-se públicas as pressões de Paulo César Farias – tesoureiro da campanha presidencial – sobre a Petrobras para concessão de um vultoso empréstimo à Vasp, recentemente privatizada. Em novembro, o índice inflacionário alcançava 16,64%. Em uma tentativa de reconquista da credibilidade internacional do país,

o governo retoma as negociações da dívida externa e define, em dezembro de 1990, o fim da moratória decretada ainda durante o governo Sarney.

A ineficácia do Plano Collor levou à execução, em janeiro de 1991, do Plano Collor II, que estabeleceu a indexação da economia, o congelamento de preços, o fim da correção monetária, do *overnight* e do Bônus do Tesouro Nacional (BTN). Na véspera de completar um ano de mandato, Collor lança o Projeto de Reconstrução Nacional. No entanto, os possíveis impactos positivos do Projeto são abafados pelos escândalos de corrupção que se avolumam: Zélia Cardoso de Melo, ministra da Economia, é substituída por Marcílio Marques Moreira em função de denúncias de vazamento de informações sobre a suspensão das exportações de café; Rogério Magri, ministro do Trabalho, é denunciado pelo fato de receber duplo salário, do Ministério e da Eletropaulo, além de ter conhecimento sobre as fraudes na previdência; várias são as denúncias contra Rosane Collor na presidência da Legião Brasileira de Assistência (LBA); Alcení Guerra, ministro da Saúde, é indiciado pela Polícia Federal por prevaricação. Em meio a tais escândalos, o Congresso Nacional aprova a nova Lei de Informática, remetida por Collor, que acaba com a reserva de mercado, a partir de outubro de 1992, e a Usiminas é privatizada.

Para tentar recompor-se politicamente, o governo promove, nos primeiros meses de 1992, uma reforma ministerial, tentando ampliar sua base política com ministros do PMDB e do Partido da Frente Liberal (PFL). A crise, porém, assume grandes proporções a partir de maio quando o irmão do presidente, Pedro Collor, denuncia que Paulo César Farias é testa de ferro do presidente na intermediação de negócios do governo. O Congresso Nacional instaura uma CPI que, ao lado de intensas manifestações populares, acaba por aprovar em setembro o pedido de *impeachment*. No dia 2 de outubro, o vice-presidente Itamar Franco assume o governo. Collor renuncia no dia de votação do *impeachment*, no Senado, 29 de dezembro de 1992.



Impeachment de Collor

Ao lado de Andrew Johnson, presidente americano, afastado do cargo em 1868, Collor transformou-se no segundo chefe de Estado do mundo a sofrer um processo de *impeachment*. Um significativo detalhe transforma Collor em caso único: ao contrário de Johnson, que retornou ao posto três meses depois, Collor seria mais tarde extirpado em definitivo da presidência e ainda teve seus direitos políticos cassados pelo Supremo Tribunal Federal.



Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b8/Fernandocollor2006.jpg>



Atende ao Objetivo 2

2. Leia com atenção o trecho do discurso de posse do presidente Fernando Collor de Mello em 1990 e responda a questão a seguir.

Entendo assim o Estado não como produtor, mas como promotor do bem-estar coletivo. Daí a convicção de que a economia de mercado é a forma comprovadamente superior de geração de riqueza, de desenvolvimento intensivo e sustentado.[...] Não abrigamos, a propósito, nenhum preconceito colonial ante o capital estrangeiro. Ao contrário: tornaremos o Brasil, uma vez mais, hospitaleiro em relação a ele [...] Não nos anima a ideia de discriminar nem contra nem a favor dos capitais externos, mas esperamos que não falte seu concurso para a diversificação da indústria, a ampliação do emprego e a transferência de tecnologia em proveito do Brasil. Em síntese, essa proposta de modernização econômica pela privatização [...] é a esperança de completar a liberdade política, reconquistada com a transição democrática, com a mais ampla e efetiva liberdade econômica.

Discurso pronunciado por Sua Excelência, o senhor Fernando Collor, presidente da República Federativa do Brasil na cerimônia de posse no Congresso Nacional em 15 de março de 1990 (MELO, 1990.)

Fonte: <http://www.collor.com/discursos1990_001.asp>. Acesso em: 21 abr. 2010.

A partir da análise do fragmento do discurso de posse de Fernando Collor, cite as principais propostas que então eram apresentadas para solucionar a crise econômica em que o Brasil se encontrava.

Resposta Comentada

O projeto político-econômico, apresentado por Fernando Collor de Mello em seu discurso de posse no Congresso Nacional, tinha como ponto central a ideia de “reconstrução nacional”. Para tal, o então eleito presidente propunha a redução das áreas de atuação do Estado, o controle sobre a inflação, a defesa da economia de mercado, a redução dos gastos públicos e o equilíbrio orçamentário.

A consolidação do neoliberalismo no Brasil

Ao assumir o governo em substituição a Fernando Collor, Itamar Franco inicia o processo de definição dos cargos ministeriais, a partir da composição com vários partidos – Luiza Erundina, do Partido dos Trabalhadores (PT), por exemplo, ocupou a pasta do Ministério da Administração – sem, no entanto, deixar de privilegiar o grupo que o acompanhava há tempo, o chamado “Grupo de Juiz de Fora”. Nesse processo de composição governamental, Fernando Henrique Cardoso foi nomeado para o Ministério das Relações Exteriores – cargo que exerceu até o momento em que assumiu o Ministério da Fazenda, em 23 de maio de 1993.

Nos escassos oito meses da gestão Itamar, Fernando Henrique Cardoso era o quarto ministro da Fazenda (Gustavo Krause, Paulo Haddad e Eliseu Resende o antecederam), dado que por si é um indicativo do grau de instabilidade política e econômica que assolava o país. Quadro para o qual contribuíram a instalação da CPI, destinada a rastrear os caminhos da corrupção dentro do Legislativo (escândalo popularmente conhecido como “Anões do Orçamento”) e as expectativas em torno da revisão constitucional automática (ambos em outubro de 1993).

O “núcleo duro” do Ministério da Fazenda era composto por Clóvis Carvalho (secretário executivo), Edmar Bacha (consultor especial, voltado para a recomposição das finanças públicas), Winston Fritsch (secretário de política econômica) e Gustavo Franco (responsável pela área externa do Banco Central). Como etapa preparatória para o controle da inflação, Fernando Henrique Cardoso apontava a existência de quatro frentes de batalha:

- controle orçamentário;
- fim da inadimplência do setor público (principalmente as dívidas dos estados e municípios com a União);
- expansão dos projetos de privatização das empresas públicas;
- renegociação da dívida externa.

A reforma monetária se desdobraria em duas etapas: em primeiro lugar, a promoção de um alinhamento voluntário de preços e a conseqüente preparação para a derrubada da inflação através da utilização como termo de comparação de uma moeda estável, a Unidade Real de Valor (URV); posteriormente, o lançamento da nova moeda e a definição das regras cambiais e monetárias.

Assim sendo, como primeiro passo, Fernando Henrique Cardoso anunciou em 13 de junho de 1993 o Plano de Ação Imediata (PAI), programa de ajuste fiscal que previa o corte de seis bilhões de dólares nas despesas do governo ainda durante o ano orçamentário de 1993 – medida aprovada pelo Congresso exatamente um mês depois de apresentada. Quanto ao orçamento de 1994, sob a elaboração de Edmar Bacha, foi enviado ao Congresso, como uma emenda a ser votada no processo de revisão constitucional, o Fundo Social de Emergência (FSE), que garantiria ao governo a liberação na utilização de 20% das receitas constitucionalmente vinculadas a despesas específicas, como educação e seguridade social, e daquelas que eram transferidas automaticamente aos estados e municípios. O FSE foi aprovado pelo Congresso no dia 2 de fevereiro de 1994, mas o controle sobre o repasse de verbas e das dívidas dos estados e dos municípios só veio a ocorrer com a Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada em maio de 2000.

Em linhas gerais, o Plano Real – ou Plano FHC – embasava-se na ideia de André Lara Resende, que defendia a teoria da “bimonetização”. Uma nova moeda, atrelada ao dólar, seria lançada pelo governo e coexistiria com a moeda velha, o cruzeiro, até o dia em que fosse plenamente aceita pela população. Ao invés de lançar uma nova moeda, o governo lançaria um novo indexador, um valor de referência que, posteriormente, seria transformado em nova moeda, fato ocorrido através da Medida Provisória de 29 de junho de 1994, transformada em Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que criou o Real. Em primeiro de julho de 1994, ocorreu a troca das moedas.

Nesse período, no entanto, Fernando Henrique Cardoso já havia sido substituído por Rubens Ricupero na Fazenda, para concorrer às eleições presidenciais de 1994. Em que pese a força eleitoral do principal candidato da oposição, Luiz Inácio Lula da Silva, o ex-ministro da Fazenda, sustentado eleitoralmente pela aliança PSDB/PFL, acabou eleito com 54% dos votos válidos, ainda no primeiro turno.

Assim como Collor, Fernando Henrique Cardoso também configura seu programa de governo em torno do diagnóstico da falência do modelo de Estado nacional-desenvolvimentista. Apesar de constatar ter havido o crescimento da economia, a estruturação de um importante parque industrial e do aumento da capacidade competitiva das exportações brasileiras no período que se estendeu entre 1930 e 1980, o nacional-desenvolvimentismo, para Fernando Henrique Cardoso, deixou profundas sequelas para a sociedade brasileira uma vez que:

Contraíu-se irresponsavelmente uma enorme dívida externa, geradora de uma crise, que só agora [1994] se conseguiu equacionar (...) a ciranda financeira que se instaurou levou o Estado à falência. A inflação descontrolada, que só agora [1994] também conseguimos conter, distorceu qualquer previsibilidade indispensável ao cálculo empresarial de médio e longo prazos, (...) quebrou o esquema de financiamento do desenvolvimento e acentuou as contradições e atrasos sociais (CARDOSO, 1994, p. 9-10).

A partir desse diagnóstico, as principais propostas de governo de Fernando Henrique Cardoso giravam em torno da implementação do projeto de um novo modelo de desenvolvimento que tem como pontos centrais a reconstituição do esquema de financiamento do desenvolvimento, a eleição da geração de empregos como a forma mais efetiva e duradoura de distribuição de renda, e o fortalecimento do poder político decisório. Em suma,

(...) propõe um modelo economicamente sustentado, em que o Brasil encontre formas próprias de manter, a longo prazo, o seu processo de desenvolvimento; um modelo ambientalmente sustentável; um modelo de participação ativa na vida internacional, de abertura para o mundo, que conduza o Brasil a procurar no sistema internacional oportunidades para a realização dos interesses nacionais e, fundamentalmente, um modelo de justiça social onde o direito à vida com dignidade seja garantido (CARDOSO, 1994, p. 13-14).

Com o início do novo governo, o “núcleo duro” que esteve presente na elaboração do Plano Real, foi mantido. Pedro Malan, no Ministério da Fazenda; Edmar Bacha, na presidência do BNDES; José Serra, no Ministério do Planejamento; Bresser Pereira, no Ministério da Administração e Reforma do Estado; e Gustavo Franco no controle sobre a área externa do Banco Central. Apesar das reformas ministeriais que ocorreram, a primeira em 1996, esse grupo esteve presente ao longo dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso.

A implementação do programa de governo não se deu de forma tranquila. Várias foram as situações que ameaçaram a estrutura original do Plano (sobrevalorização do real e controle dos níveis inflacionários através da manutenção do equilíbrio orçamentário) e muitas foram as alterações na política econômica, sempre precedidas pelas tempestades na economia mundial – as crises do México, em 1994, e da Ásia, em 1997, por exemplo. Somam-se ao cenário mundial agitado, as questões internas que conturbaram o primeiro

mandato: a crise do sistema financeiro e a criação do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER) em 1995, o massacre do Eldorado dos Carajás (abril de 1996), a redução das reservas cambiais, a instabilidade política em função do processo de aprovação da emenda que estabeleceu a possibilidade da reeleição, os embates em torno do processo de privatização, principalmente da Companhia Vale do Rio Doce e do sistema de Telecomunicações, as disputas internas ao grupo responsável pela condução da política econômica e, principalmente, os embates em torno da aprovação das emendas constitucionais que viabilizariam a implementação das propostas governamentais.

Enviado ao Congresso em fevereiro de 1995, o “pacote” foi aprovado em 15 de agosto. Tomando como ponto de partida a redefinição do conceito de empresa nacional e tendo como prioridade reordenar o Estado, nessa primeira rodada de reformas

(...) abria-se a exploração de gás natural aos capitais privados, mediante concessão; quebrava-se o monopólio estatal das telecomunicações; permitia-se a navegação de cabotagem por navios de qualquer bandeira e propunha-se o que eu chamei de “flexibilização” do monopólio do petróleo, ou seja, sem privatizar a Petrobras, promover a concorrência da estatal com outras empresas, nacionais e estrangeiras, nas atividades de exploração, importação e refino (CARDOSO, 2006, p. 452-453).

Desse pacote, somente o item referido à “flexibilização do monopólio do petróleo” teve sua aprovação postergada. Os problemas e as crises ocorridas no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso não inviabilizaram o projeto de sua reeleição, que acabou por ser vitorioso, dando-lhe a possibilidade de outro quadriênio na condução política do governo brasileiro. Mais uma vez, em 1998, seria derrotada a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva.

Apesar das distinções entre os governos de Fernando Collor e de Fernando Henrique Cardoso, há um ponto de articulação entre

ambos: a transformação da agenda neoliberal em programa de governo. A implementação das reformas ditas estruturais atua como ponto de interseção entre o “caçador de marajás” e o “príncipe paulista da Sociologia”.



Atende ao Objetivo 3

3. Leia com atenção os documentos a seguir.

Voltei nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais (...) Quis criar a liberdade nacional na potencialização de nossas riquezas através da Petrobras; mal ela começa a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobras foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente.

(Carta-testamento do presidente Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954. Fonte: Mary Del Priore et al. *Documentos de história do Brasil: de Cabral aos anos 90*. São Paulo: Scipione, 1997. p. 98-99).

O Estado começou a ser transformado para tornar-se mais eficiente, evitar o desperdício e prestar serviços de melhor qualidade à população. (...) Fui escolhido pelo povo (...). Para continuar a construir uma economia estável, moderna, aberta e competitiva. Para prosseguir com firmeza na privatização. Para apoiar os que produzem e geram empregos. E assim recolocar o País na trajetória de um crescimento sustentado, sustentável e com melhor distribuição de riquezas entre os brasileiros.

(Discurso de posse do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2 de janeiro de 1999. Fonte: F. H. Cardoso. *Por um Brasil solidário. O Estado de S. Paulo*, 2 jan. 1999).

Agora analise comparativamente os documentos apresentados e aponte uma semelhança e uma diferença entre eles.

Resposta Comentada

Os dois documentos apresentam como semelhança a alusão à chegada ao poder, tanto por Vargas quanto por Fernando Henrique Cardoso, como defensores dos interesses do “povo”. No entanto, diferenciam-se no que se refere ao papel exercido pelo Estado na defesa dos interesses nacionais. Para Vargas, o desenvolvimento econômico e a prosperidade nacional seriam conquistados através da atuação das empresas nacionais sob controle do Estado. Já para Fernando Henrique Cardoso, a modernização econômica dar-se-ia através da redução da atuação estatal e das privatizações.



Indicação de sites

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC

<http://cpdoc.fgv.br/>

Neste portal, você encontra textos e imagens sobre o movimento “Diretas já”, as eleições de 1989, a vitória eleitoral de Fernando Henrique Cardoso e o Plano Real.

Instituto Fernando Henrique Cardoso – IFHC – www.ifhc.org.br

Neste portal, encontram-se disponíveis não só a documentação do acervo pessoal de Fernando Henrique e Ruth Cardoso, como também textos acerca da agenda do desenvolvimento e da democracia no Brasil e no mundo.

CONCLUSÃO

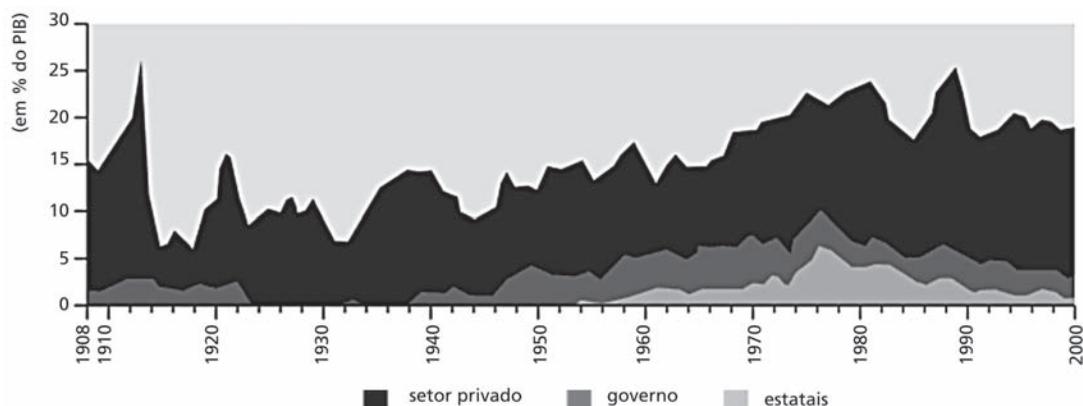
O quadro de profunda crise da economia brasileira nos anos 1980, marcado pelo fracasso dos planos econômicos (Cruzado, Cruzado II, Verão e Bresser), abriu espaço para a vitória eleitoral, em 1989, do projeto que propunha a introdução no Brasil da agenda conhecida como “Consenso de Washington”, materializada na plataforma eleitoral de Fernando Collor. Em que pese o fracasso político do governo *collorido*, a posse de seu vice-presidente Itamar Franco e a posterior eleição para presidente de seu ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, em 1994, acabaram por transformar a agenda neoliberal em política de governo. Consolidava-se, assim, o neoliberalismo no Brasil.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

A partir da leitura do gráfico a seguir, analise a trajetória da atuação estatal e do setor privado na economia brasileira.

Tabela 14.1: Brasil: participação do setor privado, estatais e governo na taxa de investimento na economia



Fonte: Adaptado de: *Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização*. São Paulo: Scipione, 2007: SENE, E. de; MOREIRA, João C.

Resposta Comentada

De acordo com o gráfico, a década de 1920 e a primeira metade da década de 1930 foram marcadas pelo auge do predomínio do setor privado nos investimentos da economia nacional. A ampliação da participação governamental teve início a partir da Era Vargas e teve seu momento de maior esplendor na metade da década de 1970, durante o governo Geisel. A década de 1980, todavia, já é marcada pela reversão de tal tendência. As eleições de Collor, em 1989, e depois de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, acabaram por levar à implementação das reformas neoliberais no Brasil cujo eixo girava em torno da redução da atuação estatal.

RESUMO

O processo de consolidação do neoliberalismo no Brasil remonta ao quadro de profunda crise econômica dos anos 1980. Como projeto de recuperação da economia, que obrigatoriamente passava pelo controle sobre os elevados índices inflacionários e pela redução da área de atuação estatal, os governos Collor (1990-1992) e, posteriormente, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) conduziram suas principais realizações, tendo como fio condutor a agenda construída pelo “Consenso de Washington”.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, a última da disciplina, será estudado o processo de crise da ditadura civil militar e a posterior abertura. O processo de consolidação da democracia, todavia, será abordado em uma dupla dimensão: não só seus elementos históricos constitutivos, como também o debate presente na historiografia. A ênfase recairá sobre a multiplicidade de interpretações sobre um dos mais ricos momentos históricos do país: o retorno da democracia, nos anos 1980, através não só da eleição do primeiro presidente civil após duas décadas de ditadura, como também da promulgação da “constituição cidadã” e do fortalecimento dos movimentos sociais.

Aula 15

Abertura política e democracia: história e historiografia

*Maria Lécia Corrêa e
Monica Piccolo Almeida*

Meta da aula

Apresentar o processo de abertura política que encerrou a ditadura militar no Brasil, através do exame dos movimentos políticos que atuaram na luta pela redemocratização e das interpretações de cientistas sociais e historiadores sobre o tema.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar os novos partidos políticos e movimentos sociais, surgidos nas lutas de oposição à ditadura militar e na campanha pela abertura política;
2. avaliar o contexto da campanha das “Diretas já”, as inovações consagradas na Constituição de 1988 e os fatores que levaram ao restabelecimento das eleições diretas para a presidência da República, em 1989;
3. reconhecer as interpretações de cientistas sociais e historiadores sobre o processo de abertura política e a redemocratização.

Pré-requisitos

Para acompanhar esta aula, você precisa ter estudado os movimentos de oposição à ditadura militar e a luta conduzida por setores da Igreja Católica, advogados e jornalistas em torno da defesa das liberdades democráticas e do restabelecimento do estado de direito, que tomou impulso no governo de Ernesto Geisel (1974-1979), tema focalizado na Aula 13. Será importante lembrar os principais elementos da grave crise econômica da década de 1980, examinada na Aula 14.

INTRODUÇÃO

Nas aulas anteriores, você aprendeu que os movimentos de oposição à ditadura militar incluíram tanto a “oposição consentida”, representada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), como as organizações de esquerda que abraçaram a opção pela luta armada. A partir de 1968, as organizações armadas empreenderam ações urbanas, como “expropriações” e sequestros de diplomatas estrangeiros, registrando-se também uma experiência duradoura de guerrilha rural, a Guerrilha do Araguaia, desbaratada pelas forças da repressão em 1974.

No governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), tomou impulso a mobilização de instituições da sociedade civil em torno da defesa das liberdades democráticas e do restabelecimento do estado de direito, com a revogação do Ato Institucional nº 5.

A “distensão política”, conduzida por Geisel, foi ameaçada por uma série de atentados e assassinatos políticos de representantes da oposição, promovidos por setores linha-dura do Exército. Em 1979, foi aprovada a Lei da Anistia, beneficiando militantes da oposição e também os agentes de órgãos oficiais envolvidos nos crimes de tortura e assassinato. A crise econômica, as disputas entre oficiais linha-dura e moderados em torno da condução da abertura e a realização de grandes manifestações de rua deram o tom do processo de redemocratização.

Nesta aula, você vai conhecer os novos atores políticos – partidos e movimentos sociais –, surgidos no processo de redemocratização que teve como marcos o retorno do pluripartidarismo, a convocação da Assembleia Nacional Constituinte e o restabelecimento das eleições diretas para a presidência da República. A Constituição Federal, promulgada em outubro de 1988, consagrou importantes inovações relativas aos direitos fundamentais, sendo por esse motivo conhecida como “Constituição Cidadã”. Serão apresentadas, também, as interpretações de historiadores e cientistas sociais em torno do significado da abertura política e da redemocratização.

Os novos atores políticos: o “novo sindicalismo”, o retorno do pluripartidarismo e o Partido dos Trabalhadores

O projeto da "distensão lenta, gradual e segura" do regime – isto é, de um relaxamento dos controles políticos, impostos à sociedade (CODATO, 2005) – foi anunciado pelo presidente Ernesto Geisel (1974-1979), em agosto de 1974. No mês de novembro, as eleições para renovação das assembleias legislativas estaduais, da Câmara dos Deputados e de um terço do Senado representariam um marco importante na política de "distensão". Na oposição, inclusive entre militantes de esquerda que antes advogavam o voto em branco ou nulo, fortalecia-se o entendimento de que seria possível alterar o panorama político através das eleições. Nos dois meses que antecederam o pleito, foi garantido a todos os candidatos o acesso aos canais de rádio e televisão. A campanha do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) concentrou-se então em três questões principais: a justiça social e a denúncia da concentração de renda promovida pela ditadura militar; as liberdades civis e a violação dos direitos humanos; e a ameaça da desnacionalização, diante da penetração estrangeira na economia do país.

O pleito registrou um resultado surpreendente. O partido de oposição quase dobrou sua representação na Câmara dos Deputados, que passou de 87 cadeiras para 165, enquanto a Aliança Renovadora Nacional (Arena) diminuiu sua bancada de 223 para 199 deputados. No Senado, a bancada do MDB subiu de 7 para 20 cadeiras, reduzindo-se a representação arenista de 59 para 46 senadores. No âmbito estadual, o resultado tampouco foi favorável ao partido do governo, uma vez que se consagrou a vitória do MDB em estados-chave, como São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Paraná, onde o eleitorado urbano era decisivo, além do Acre e do Amazonas.

Com o objetivo de frear o avanço eleitoral do MDB, Geisel obteve do Congresso Nacional, em julho de 1976, a aprovação da chamada “Lei Falcão” – por referência ao nome do então ministro da Justiça, Armando Falcão – que reduziu grandemente a propaganda política no rádio e na televisão. De acordo com esse dispositivo, os meios de comunicação podiam divulgar apenas o currículo, a fotografia, a legenda e o número dos candidatos, não sendo admitido que estes se dirigissem diretamente aos eleitores. Mesmo com todas essas restrições, nas eleições realizadas em novembro, a oposição obteve maioria nas câmaras municipais das cidades mais importantes, como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador. Tornava-se evidente o caráter plebiscitário que assumia cada eleição na vigência do bipartidarismo, isto é, os cidadãos compareciam às urnas para expressar a sua aprovação ou reprovação diante dos atos do governo.

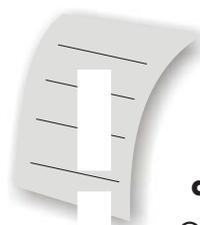
Valendo-se do AI-5, Geisel adotou medidas drásticas: em abril de 1977, fechou o Congresso Nacional e anunciou um conjunto de importantes reformas constitucionais. O “pacote de abril” determinou que um terço dos senadores passaria a ser escolhido em pleito indireto, nos colégios eleitorais, formados pelas assembleias legislativas e por delegados municipais: eram os chamados “**senadores biônicos**”. A eleição dos governadores permaneceria indireta. Alterou-se o critério de proporcionalidade que definia o número de deputados federais, que teria agora como base a população de cada estado e não mais o número de eleitores registrados, como ocorrera nas eleições de 1970 e 1974. Essa medida permitiu a ampliação das bancadas dos estados do Norte e do Nordeste, onde a presença da Arena era mais forte. Outras inovações foram o aumento do mandato presidencial de cinco para seis anos, a partir do sucessor de Geisel, e a extensão das restrições da “Lei Falcão” às eleições gerais.

Em 1978, o MDB lançou para concorrer ao pleito presidencial a chapa encabeçada pelo general Euler Bentes Monteiro, sendo candidato a vice-presidente o senador gaúcho Paulo Brossard. O

Senadores biônicos

Os senadores escolhidos em pleito indireto, conforme previsto no “pacote de abril”, ficaram conhecidos como “senadores biônicos”, por alusão à série de TV norte-americana *O homem de seis milhões de dólares*, então exibida no Brasil. Na série, após sofrer grave acidente, o personagem principal recebia uma série de implantes eletrônicos, denominados “biônicos”, que garantiam sua sobrevivência. Na gíria política, os políticos “biônicos” eram aqueles que não precisavam se submeter ao teste das eleições.

candidato oficial era o general João Baptista Figueiredo, então chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), que tinha como vice-presidente o político mineiro Aureliano Chaves. Embora a campanha emedebista tivesse um caráter simbólico, uma vez que não se esperava a vitória de seu candidato, conseguia, ao menos, trazer ao debate público temas relevantes, como a proposta de convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Em 15 de outubro, Figueiredo foi confirmado pelo Colégio Eleitoral. Dois dias antes da eleição, era aprovada a Emenda Constitucional nº 11 à Constituição de 1967, revogando parte das medidas de exceção instauradas pela ditadura militar e dando continuidade ao processo de “distensão”. Apesar das restrições existentes, o MDB obteve resultados eleitorais expressivos nas eleições legislativas daquele ano, obtendo 189 cadeiras na Câmara dos Deputados, contra 231 da Arena.



Emenda Constitucional nº 11 à Constituição de 1967, de 13 de outubro de 1978

O projeto de suspensão das medidas estabelecidas pelos Atos Institucionais, encaminhado pelo governo ao Congresso Nacional em 1978, apresentava certa ambiguidade. A mudança principal era a revogação do Ato Institucional nº 5. Foi restabelecido o *habeas corpus* para os presos políticos e suspensa a censura prévia para o rádio e a televisão, sendo abolidas as penas de morte e prisão perpétua. No entanto, constavam do projeto de emenda dispositivos que davam ao Executivo poder para decretar “medidas de emergência”, “estado de sítio” e “estado de emergência” sem aprovação legislativa, por um prazo de até cento e vinte dias. O MDB boicotou a votação final do projeto, que teve a oposição, também, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Ainda sob a presidência de Geisel, novas vozes viriam se somar aos políticos do MDB e aos órgãos da sociedade civil que conduziam a oposição à ditadura militar. Em novembro de 1977, reunidos no IV Congresso Nacional das Classes Produtoras, líderes empresariais contestaram a centralização excessiva das decisões no Executivo federal, pedindo maior liberdade de atuação para os grupos econômicos. Defenderam na ocasião, também, as liberdades democráticas e a restauração do estado de direito.

No ano seguinte, foi a vez dos sindicatos dos trabalhadores tornarem-se protagonistas de manifestações importantes, tornando mais aguda a crise de legitimidade do regime. No mês de maio, as notícias da greve da fábrica de caminhões e ônibus Scania, no município paulista de São Bernardo do Campo, ganharam repercussão nacional. Sob o comando de Luiz Inácio da Silva, o Lula, presidente do sindicato, 2.500 metalúrgicos ingressaram na fábrica e assumiram seus postos, recusando-se, no entanto, a ligar suas máquinas. Essa ação ficou conhecida como “braços cruzados, máquinas paradas” e era bastante engenhosa, pois ao iniciar-se dentro da fábrica, sem piquetes de rua, havia evitado a ação da polícia e as prisões. Logo depois, trabalhadores de noventa empresas da grande São Paulo, nos municípios da região do ABC (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul), encontravam-se paralisados. Em negociação direta com os patrões, conseguiram um reajuste de 11% no salário-base da categoria, como compensação pelas perdas decorrentes da inflação.

Em março de 1979, ainda sob a liderança de Lula, os metalúrgicos do ABC voltaram a paralisar setor importante da indústria automobilística. Tratava-se, mais uma vez, de um desafio aberto aos patrões e ao próprio governo, que editara novo decreto, proibindo greves que afetassem a “segurança nacional”. Deu-se então a intervenção do Ministério do Trabalho no sindicato da categoria em São Bernardo, com a destituição da diretoria integrada por Lula e outros dirigentes. Após duas semanas, foram presos cerca

de duzentos trabalhadores. A paralisação teve como resultado a conquista de um aumento salarial de 63%, embora o patronato tenha recusado o pagamento dos dias parados.

As greves dos metalúrgicos do ABC em 1978 e 1979 romperam com o silêncio que fora imposto aos trabalhadores desde as paralisações de Osasco e Contagem, no ano de 1968, duramente reprimidas. Deram ampla notoriedade às suas principais lideranças e em especial a Lula, que passou a ser reconhecido na imprensa e por setores de classe média como porta-voz legítimo da classe trabalhadora. O ressurgimento das lutas dos trabalhadores foi associado a um “novo sindicalismo”, considerado mais “autêntico”, distinto daquele praticado por dirigentes “pelegos” ou “reformistas” e também das estratégias adotadas por dirigentes comunistas. O “novo sindicalismo” pregava a mobilização nos locais de trabalho e privilegiava a negociação direta com o patronato, sem o recurso aos órgãos de intermediação do Ministério do Trabalho, e ganhou a solidariedade de intelectuais e representantes da Igreja Católica, que tiveram papel de destaque no apoio às greves. A importância do movimento pode ser medida por ter dado origem a um partido político, o Partido dos Trabalhadores (PT), e a intersindicais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983.



“Novo sindicalismo”

Segundo Santana (1998), o uso do termo “novo sindicalismo” surgiu no movimento social e no meio acadêmico e serviu à construção de uma nova identidade para o movimento dos trabalhadores, no final da década de 1970. Em ambos os casos, fundou-se na crítica à estratégia posta em prática pelos comunistas no período anterior a 1964, confrontando-se também com o sindicalismo “pelego”. Estudos desenvolvidos por Santana (1997),

Costa (1995), Negro (1994), Fontes (1997) e Mattos (1996) relativizaram tais considerações, apontando vínculos de continuidade entre o “velho” e o “novo sindicalismo” diante do fato de que a prática dos comunistas não se encontrava desvinculada da base nas empresas. Notaram ainda tradições e permanências nas práticas e lutas dentro das diversas categorias ao longo do tempo, reforçando os vínculos entre os períodos anterior e posterior à instauração da ditadura militar. De todo modo, o sindicalismo do final dos anos 1970 teria contribuído para a ampliação da participação dos trabalhadores em suas entidades, garantindo uma intervenção mais efetiva das mesmas no cenário político.

No governo de João Figueiredo (1979-1985), teve continuidade o processo de redemocratização, agora conhecido como “abertura política”, com a aprovação da anistia e a reforma partidária. O retorno do pluripartidarismo era uma antiga reivindicação dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs) e outros setores, embora tal escolha, pelo governo, tivesse por objetivo enfraquecer a oposição, aglutinada no MDB. De fato, após a aprovação da nova Lei Orgânica dos Partidos, em dezembro de 1979, as eleições perderam o caráter plebiscitário que haviam apresentado nos últimos anos.

A Arena transformou-se no Partido Democrático Social (PDS) e o antigo MDB incorporou a palavra “partido” ao seu nome, o que era obrigatório pela nova legislação, passando a usar a sigla PMDB. Duas novas agremiações disputaram a herança do trabalhismo: o Partido Democrático Trabalhista (PDT), reunido em torno da liderança de Leonel Brizola, e o novo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), dirigido por Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio Vargas. Surgiu também o Partido Popular (PP), tendo como filiados

liberais da antiga Arena, como o ex-governador mineiro Magalhães Pinto, e políticos mais moderados oriundos do MDB, como Tancredo Neves. Em 1982, o PP foi incorporado pelo PMDB.

O Partido dos Trabalhadores (PT) foi criado em 10 de fevereiro de 1980. Reunia, em primeiro lugar, as lideranças sindicais que ganharam força nas mobilizações do ABC paulista de 1978-1979, como o próprio Lula, e Olívio Dutra, do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre. Diversos grupos de esquerda, como a Convergência Socialista, além de integrantes das organizações armadas que haviam atuado na luta contra a ditadura militar e agora aderiam à luta eleitoral – como a Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil, a Ação Libertadora Nacional e a Ação Popular Marxista-Leninista – integraram as articulações que levaram à fundação do novo partido. Conforme assinalado por Aarão Reis (2007), para esses militantes o surgimento de um partido organizado pelos próprios trabalhadores representava uma atualização da utopia revolucionária enunciada no Manifesto Comunista de Marx e Engels. O terceiro elemento constitutivo do PT foi a esquerda católica, que desenvolvia atuação destacada junto aos trabalhadores através das pastorais e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Tendo atendido à exigência de se estabelecer em todos os estados do país, conforme previsto na legislação eleitoral, o PT enraizou-se, à época de sua fundação, no “coração industrial” do país, principalmente no estado de São Paulo e nas zonas urbanas do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul.



Atende ao Objetivo 1

1.

O que está existindo lá no ABC, principalmente em São Bernardo, é uma massa jovem de trabalhadores, pessoas que não aceitam esse tipo de exploração, que querem participar da vida política do país, que não viveram o populismo de Getúlio Vargas. São pessoas que começam a acreditar nelas mesmas.

Entrevista concedida por Luiz Inácio Lula da Silva (SILVA, 1979 apud SANTANA, 1999).
Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro.
Revista Brasileira de Ciências Sociais. v. 14, n. 41, p. 108-109, out. 1999.

A partir da leitura do trecho do discurso de Lula, explique o que foi o “novo sindicalismo”.

Resposta Comentada

O “novo sindicalismo” associou-se às lideranças dos trabalhadores da indústria metalúrgica da região do ABC paulista, no final da década de 1970. Seus dirigentes construíram uma nova identidade que os diferenciava dos dirigentes considerados como “pelegos” (representantes do “populismo” varguista) e dos comunistas. Buscavam uma efetiva intervenção no cenário político.

A consolidação da democracia: a campanha das “Diretas já” e a “Constituição Cidadã”

A proposta do retorno das eleições diretas para a presidência da República ganhou força após as eleições estaduais de outubro de 1982. O resultado das urnas revelou a consolidação dos partidos de oposição, em especial do PMDB, vitorioso em nove estados (Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Goiás, Amazonas, Pará e Acre). Registrou-se, também, a surpreendente vitória de Leonel Brizola, do PDT, na eleição para o governo do estado do Rio de Janeiro.

Em março de 1983, o deputado federal Dante de Oliveira, do PMDB de Mato Grosso, em acordo com as demais agremiações de oposição, apresentou ao Congresso um projeto de emenda constitucional que fixava a data de novembro do ano seguinte para a realização de eleições diretas para presidente e vice-presidente da República. No mês de abril, em Goiânia, foi realizado um primeiro encontro dos líderes da frente formada em torno da emenda Dante de Oliveira, dando origem, espontaneamente, ao que foi considerado como o primeiro comício da campanha das diretas. Nova reunião ocorreu no mês de novembro, em São Paulo, com repercussão ainda limitada.

O cenário começou a ser alterado a partir de janeiro de 1984, quando o PMDB, sob a liderança de seu presidente, Ulysses Guimarães, passou a promover uma mobilização mais intensa em torno da campanha das diretas. Sucederam-se manifestações expressivas em Curitiba, Porto Alegre e Salvador. Em São Paulo, um comitê integrado por representantes dos partidos de oposição e dos sindicatos, liderado pelo governador Franco Montoro, encarregou-se da preparação do grande comício no dia 25, que reuniu um público estimado em 200 mil pessoas. O evento contou com a presença de Ulysses Guimarães, do governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, e de Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do PT.

A partir de então, a defesa das eleições diretas para presidente tornou-se o principal ponto da agenda política nacional. Através de uma mobilização que superava em muito o âmbito das organizações partidárias, a campanha conquistou amplo apoio popular e na sociedade civil, recebendo a adesão das associações de advogados e jornalistas e de grandes órgãos da imprensa, como a *Folha de S. Paulo*. Os grandes comícios das “Diretas já” canalizavam expectativas represadas há duas décadas. O restabelecimento do voto direto em todos os níveis passou a ser considerado como o caminho para a resolução dos diversos problemas que assolavam o país, como os baixos salários, a falta de segurança e a inflação.



Figura 15.1: Passeata pelas “Diretas já”.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/11/Diretas_ja_1.JPG

Segundo Thomas Skidmore (2008), a campanha das diretas terminou por gerar um ímpeto próprio. Em cidade após cidade, o público reagia entusiasticamente aos discursos pronunciados pelos líderes do PMDB, do PDT e do PT. Fortaleceu-se o uso de símbolos cívicos, com o Hino Nacional e as cores verde e amarelo. A presença de artistas e personalidades do *show business* – como o compositor Chico Buarque, a cantora Elba Ramalho, o locutor Osmar Santos

e o jogador de futebol Sócrates – transformava os comícios em megaeventos culturais, reforçando seu caráter suprapartidário. A estrela maior do movimento foi a cantora Fafá de Belém, que se tornou figura obrigatória nas principais manifestações.

A votação da emenda Dante de Oliveira foi marcada para o dia 25 do mês de abril. Para sua aprovação, eram exigidos dois terços dos votos do Congresso Nacional. A possibilidade da vitória do projeto era, no entanto, remota, uma vez que o PDS controlava quase metade das cadeiras na Câmara dos Deputados (235 das 479) e bem mais da metade no Senado (46 das 69). No entanto, à medida que o movimento das diretas conquistava apoio na sociedade civil – estimou-se que o comício de 10 de abril, no Rio de Janeiro, reuniu um público de um milhão de pessoas –, a unidade do partido governista começou a ruir.



“Buzinaço” em Brasília

Com a aproximação da votação da emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional, o governo receou que os líderes das *diretas* coagissem os legisladores com maciças manifestações. Figueiredo impôs então o estado de emergência em Brasília. Em resposta, os dirigentes da campanha convocaram o público para desfilar com seus automóveis em torno do edifício do Congresso Nacional, buzinando sem parar em demonstração de apoio à aprovação da emenda. No dia da votação, 25 de abril, o general Newton Cruz, responsável pela execução das medidas de emergência, tentou impedir o “buzinaço”. Quando viu que os motoristas não lhe davam atenção, brandiu o chicote que fustigava seu cavalo sobre os capôs dos automóveis. A mídia captou os gestos com que o general dava vazão à sua fúria. O simbolismo era inequívoco: a personificação do militar extremista parecia ao mesmo tempo impotente e ridícula.

Apesar da grande mobilização popular, a emenda Dante Oliveira não foi aprovada, sendo derrotada por uma diferença pequena, de 22 votos. Cinquenta e cinco deputados do PDS votaram a favor da emenda, apesar da forte pressão da liderança do partido e do Planalto. Diante da permanência das eleições indiretas para presidente, ganhou centralidade na agenda do governo o encaminhamento da sucessão de João Figueiredo, admitindo-se, pela primeira vez depois de vinte anos, o lançamento de candidaturas de civis.

Uma vez que o PDS contava com a maioria dos votos no Colégio Eleitoral, era esperado que a simples indicação do nome de seu candidato encerraria essa questão. Três nomes principais do PDS disputaram a indicação à sucessão presidencial: Aureliano Chaves, vice-presidente da República, Mário Andreazza, ministro do Interior, e Paulo Maluf, ex-governador de São Paulo que havia renunciado ao cargo em 1982 para concorrer a deputado federal, obtendo a votação recorde, até então, de 673.000 votos. Foram as articulações em torno da escolha do nome de Maluf como candidato do PDS que desencadearam disputas internas na agremiação, abrindo espaço para a vitória da oposição.

Em junho de 1984, setores do PDS, contrários à candidatura do deputado paulista, romperam com o governo, formando, sob a liderança de José Sarney e Aureliano Chaves (que retirara sua pré-candidatura), a dissidência conhecida como Frente Liberal. Rompiu-se, portanto, pela primeira vez, a aliança que dera sustentação à ditadura militar, integrada por políticos oriundos do antigo Partido Social Democrático (PSD) e da União Democrática Nacional (UDN), como era o caso do próprio José Sarney. No mês de agosto, selou-se o pacto entre a Frente Liberal e o PMDB que deu origem à frente denominada Aliança Democrática, responsável pelo lançamento da candidatura de Tancredo Neves e José Sarney para presidente e vice-presidente da República, respectivamente.

A 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves e José Sarney foram eleitos pelo Colégio Eleitoral, recebendo 480 de um total de 686 votos. Paulo Maluf recebeu apenas 180 votos. Um

número expressivo de parlamentares da bancada governista – 166 deputados e senadores – escolheu o candidato da Aliança Democrática, diferença pequena em relação à votação do partido em Paulo Maluf, que somou 174 votos. O PDT votou em Tancredo Neves, embora não integrasse a Aliança Democrática. Já o PT absteve-se de participar do Colégio Eleitoral, em protesto contra um pleito que considerava como resultado de um “arranjo de cúpula”, com exceção de três deputados que não seguiram a direção partidária, sendo por esse motivo expulsos da agremiação. Poucos dias após o Colégio Eleitoral, o grupo dissidente do PDS fundou o Partido da Frente Liberal (PFL).



Figura 15.2: Tancredo Neves.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/94/Tancredo_Neves.jpg.

A esmagadora vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, porém, não se materializou na tão esperada chegada da oposição ao poder. Entre 15 de janeiro e a posse marcada para 15 de março

de 1985, o presidente eleito adoeceu. Portanto, foi José Sarney, antigo colaborador da ditadura militar, que subiu a rampa do Palácio do Planalto, tomando posse inicialmente como presidente interino e depois em caráter permanente, após a morte de Tancredo Neves, no dia 21 de abril. Essa data marcava também o feriado de Tiradentes, coincidência que foi explorada pelos meios de comunicação e em especial pela Rede Globo de Televisão, que transformaram Tancredo Neves em mártir da democracia.

Outro marco importante da transição democrática foi a convocação das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, juntamente com o pleito para a renovação dos executivos estaduais, no ano de 1986. O resultado, amplamente favorável ao PMDB, ainda era um reflexo das conquistas alcançadas pelo Plano Cruzado que, porém, logo após as eleições, começaria a fracassar. Assim, o PMDB elegeu os governadores de todos os estados, menos o de Sergipe, onde ocorreu a vitória do PFL. Conquistou a maioria absoluta das cadeiras da Câmara dos Deputados (260 de um total de 487) e do Senado (38 das 49 cadeiras em disputa).

A Assembleia Nacional Constituinte foi instalada no dia 1º de fevereiro de 1987 e seus trabalhos encerraram-se formalmente em 5 de outubro do ano seguinte, com a promulgação da nova Constituição. Segundo Boris Fausto (1996), o texto final aprovado refletia as pressões dos diversos setores organizados da sociedade brasileira, como grandes empresas, militares e sindicalistas, entre outros, que buscaram influir sobre o processo constituinte, introduzindo, na nova Carta, dispositivos de seu interesse. Assim, fortaleceram-se direitos políticos e sociais dos cidadãos e das chamadas minorias, reconhecendo-se direitos e deveres coletivos, além dos individuais. Dentre outras inovações, tiveram destaque a extensão, aos partidos políticos com representação no Congresso Nacional e às organizações sindicais, da faculdade de impetrar mandado de segurança contra autoridade pública, para proteção de **direito líquido e certo**; a criação da figura

Direito líquido e certo

Um dos requisitos para se ingressar com um mandado de segurança é o direito líquido e certo, que deve ser expresso em lei e demonstrado em provas que acompanham o pedido ao juiz. O mandado de segurança visa proteger direito violado ilegalmente ou com abuso de poder, ou que se receie que venha a ser violado por autoridade.

do *habeas-data*, pela qual qualquer cidadão poderia assegurar a obtenção de informações relativas à sua pessoa, constantes de registros oficiais; e o reconhecimento da organização social e dos costumes, línguas, crenças e tradições dos índios, bem como de seus direitos originários sobre terras que tradicionalmente ocupassem. O sistema presidencialista de governo e a forma republicana foram confirmados com o plebiscito realizado em 7 de setembro de 1993.

Embora tenham sido inegáveis as conquistas no campo dos direitos sociais, logo surgiu a preocupação de que algumas das mudanças promovidas pela Constituição poderiam acarretar dificuldades, principalmente na área econômica e financeira. O novo sistema tributário, por exemplo, retirou recursos da União, repassando-os aos estados e municípios, sem que estes assumissem obrigações de gastos em nível correspondente. Outras determinações foram criticadas por destoarem do projeto neoliberal que começava a ganhar espaço nos países da América Latina, na década de 1980. Dentre outras questões, havia a avaliação de que a manutenção da aposentadoria por idade viria a sobrecarregar a previdência social e que a estabilidade dos funcionários públicos representava um obstáculo à “flexibilização” da máquina administrativa estatal. Foram preservadas também prerrogativas das Forças Armadas, definidas como garantidoras da lei e da ordem interna, podendo, portanto, intervir a qualquer momento em assuntos de segurança interna.

As expectativas frustradas pela derrota da emenda Dante de Oliveira, em 1984, renovaram-se por ocasião das eleições presidenciais de 1989, que podem ser tomadas como o marco final do processo de redemocratização, após mais de duas décadas da ditadura militar.

Conquistando ampla mobilização da sociedade civil, o pleito desse ano inaugurou a nova etapa de “profissionalização” das campanhas eleitorais. Profissionais da área de *marketing* político assumiram diretamente a tarefa de definir as estratégias adotadas

pelos diferentes partidos, através de uma sofisticada elaboração de cenários, conteúdos, recursos audiovisuais, *jingles* e preparação de discursos, sugerindo até mudanças na entonação de voz ou na imagem dos candidatos. Essas estratégias podiam variar ao sabor das enquetes eleitorais.

Os programas eleitorais veiculados no rádio e na televisão alcançaram então uma audiência bastante elevada. A sede de participação política da população brasileira refletiu-se na importância atribuída ao Horário Gratuito Político Eleitoral (HGPE), cuja visibilidade foi ampliada pelo fato de ter sido aquela uma “eleição solteira”, isto é, encontrava-se em jogo somente o cargo de presidente da República. Os 22 candidatos ocuparam diariamente, durante 60 dias, duas sessões de 70 minutos no rádio e na TV. Uma regulamentação pouco rígida, quando comparada àquelas vigentes nas eleições posteriores, evitou que os consultores de marketing político tivessem sua liberdade e criatividade cerceadas por “rigores jurídicos”.

No contexto que combinava ampla mobilização popular, sofisticada elaboração da propaganda, elevados índices de audiência e frouxa regulamentação, confirmou-se, no mês de dezembro, a vitória eleitoral de Fernando Collor. A democracia, enfim, retomava o percurso interrompido na madrugada de 1º de março de 1964.



Atende ao Objetivo 2

2.

Tabela 15.1: Eleições de 1986 para a Assembleia Nacional Constituinte, por partido e região (números absolutos)

Partidos	Congresso Constituinte					Total
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
PMDB	35	87	91	57	33	303
PFL	16	69	26	12	10	133
PDS	5	14	8	9	2	38
PDT	2	1	16	6	1	26
PT	–	–	14	2	–	16
PC/PC do B/PSB	1	4	3	–	2	10
PTB/PL/PDC/PSC/PMB	2	3	23	–	5	33
Total	61	178	181	86	53	559

Fonte: Adaptado de LAMOUNIER, Bolívar. *Partidos e utopias. O Brasil no limiar dos anos 90*, p. 61.

Analise os dados apresentados na tabela e relacione a composição partidária e regional da Assembleia Nacional Constituinte ao contexto político-partidário brasileiro nos anos 1980.

Resposta Comentada

Dois elementos destacam-se quando são analisados os dados referentes à composição da Assembleia Nacional Constituinte. Em primeiro lugar, a maioria absoluta do PMDB. Tal fato pode ser explicado pelo papel desempenhado pelo partido desde o movimento das "Diretas já". Some-se a isso, o sucesso inicial do Plano Cruzado, que garantiu ao PMDB uma vitória avassaladora, nas eleições de 1986.

Outro ponto que se destaca é o desequilíbrio na representação regional. Apesar dos maiores colégios eleitorais (SP, MG e RJ) estarem situados na região Sudeste, resquícios do aparato legal da ditadura (instituídos na reforma partidária de 1979) foram os responsáveis pela grande representação dos estados do Nordeste, região onde a UDN e depois o PDS e o PFL tinham mais força política.

O significado da redemocratização

O longo processo que levou ao restabelecimento do estado de direito e à adoção das eleições diretas em todos os níveis, estendendo-se de 1974 até 1989, foi objeto de numerosos estudos, realizados por historiadores e cientistas sociais.

Uma síntese das pesquisas sobre o tema, apresentada por Adriano Codato (2005), permite-nos assinalar as principais contribuições dos diversos autores à compreensão do significado da abertura política e da redemocratização.

Segundo Codato, a transição democrática foi iniciada pelos próprios militares, não tendo resultado de pressões da sociedade civil, ainda que deva ser reconhecido que, uma vez iniciadas as mudanças, os movimentos de oposição e os resultados eleitorais influíram decisivamente no ritmo dos acontecimentos que se seguiram.

Na fase da "distensão lenta e segura", no governo de Geisel, a natureza, o andamento e os objetivos da transição foram

determinados pelos setores “moderados” do oficialato, ligados ao próprio presidente e ao general Golbery do Couto e Silva, ministro chefe da Casa Civil. Por certo, não se tratava de uma “conversão democrática” desses oficiais. Inicialmente, o objetivo de Geisel e Golbery era garantir maior estabilidade ao regime através de mudanças que evitassem problemas que afetavam a corporação militar, decorrentes da forte presença das Forças Armadas no aparelho de Estado, como os conflitos políticos e ideológicos entre oficiais e a quebra da hierarquia tradicional. Além disso, segundo Gaspari (2002), os “moderados” pretendiam enquadrar os setores militares de extrema-direita que ameaçavam a política de “distensão”, concentrando na presidência da República as principais decisões relativas à política de segurança e informações e ao processo eleitoral. De acordo com o cientista político Luciano Martins (1979-1980), mais do que uma “volta dos militares aos quartéis”, tais mudanças visavam eliminar a política de dentro deles.

O governo buscava, portanto, institucionalizar um modelo político mais liberal, com a restauração de liberdades democráticas mínimas (CODATO, 2005). Essa interpretação é partilhada por Alessandra Carvalho (2000), para quem os militares antecipavam-se a uma possível crise de legitimidade, até então sustentada no crescimento econômico alcançado pelo “Milagre Brasileiro”, que já apresentava sinais de esgotamento, e no combate à luta armada. Já em 1984, em estudo pioneiro sobre as relações entre Estado e oposição durante a ditadura militar, Maria Helena Moreira Alves (1984) notou que não ocorria no país exatamente uma “transição para a democracia”, mas sim uma tentativa de institucionalização das estruturas do Estado, o que se considerava necessário para ampliar o apoio político ao grupo no poder, mantendo-se o controle sobre os movimentos sociais.

Segundo Lima Júnior (1993), foi a manutenção de eleições relativamente livres nas décadas de 1970 e 1980, somada à crescente importância da oposição parlamentar no sistema político (representada pela ampliação das vagas ocupadas pelo MDB e depois pelo PMDB

e os demais partidos de oposição nos órgãos legislativos), que deu ao processo de abertura uma dinâmica própria, fazendo-o diferenciar-se do projeto original, definido pelos militares “moderados”. Para Bolívar Lamounier (1986), ocorreu no Brasil uma associação entre votação e democratização: as eleições aceleravam a mudança do regime, embora não tenham alterado a direção conservadora do processo de abertura.

Outro elemento importante da redemocratização, apontado por Éder Sader (1988), foi a emergência, na cena política, dos representantes dos trabalhadores, tornando ainda mais complexa a dinâmica das relações entre governo e oposição. As inúmeras greves e as manifestações dos movimentos sociais surgidos na luta contra a ditadura sinalizavam, nesse contexto, o fortalecimento da sociedade civil.

Após a derrota da campanha das diretas, em 1984, a transição democrática teve prosseguimento através de uma solução negociada, conforme notado por diversos autores (CODATO, 2005; ARAÚJO, 2007). O primeiro governo civil depois do ciclo de governos dos generais presidentes, comandado por José Sarney, reunia tanto representantes do regime autoritário como membros da oposição. Palavras de ordem, como “conciliação” e “pacto social”, adotadas pelo governo, foram usadas para neutralizar as demandas dos diversos setores organizados que haviam ganhado expressão na conjuntura do final dos anos 1970, através das greves, das manifestações dos empresários e dos movimentos de base. A face violenta da repressão do governo Sarney manifestou-se no recurso às Forças Armadas para a desmobilização dos trabalhadores: em 1987, o Exército ocupou as refinarias, impedindo a eclosão da greve dos petroleiros, e o confronto entre a repressão e trabalhadores da usina de Itaipu fez inúmeros feridos (TEIXEIRA, 2000). Em novembro do ano seguinte, conflitos entre Exército, policiais e grevistas causaram a morte de três operários na Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, no Rio de Janeiro.

Desse modo, para Codato (2005), não teria havido uma ruptura com o autoritarismo e sim uma transformação da forma de governo. Essa característica do processo de transição democrática no Brasil era confirmada pela manutenção em vigor de princípios da Lei

de Segurança Nacional e pelo fato de que a Constituição de 1988 mantivera como atribuição das Forças Armadas a defesa da lei e da ordem interna. Na década de 1990, alguns órgãos do Estado brasileiro eram dotados ainda de grande autonomia, não sendo submetidos a maiores controles políticos ou sociais, o que revelava a persistência da herança institucional da ditadura militar. Esse era o caso, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), de órgãos da área econômica, como o Banco Central, o Conselho de Política Monetária e o Ministério da Fazenda, e da área militar, como o Gabinete de Segurança Institucional, a Agência Brasileira de Inteligência, antigo Serviço Nacional de Informações, e a Justiça Militar. Além disso, as decisões na esfera empresarial continuavam sendo conduzidas sem muita transparência em questões como a política de privatizações.

Para além da dimensão política e institucional, pode ser apontado outro aspecto importante da transição democrática brasileira. Segundo Brasília Sallum Júnior (1996), o período desde a segunda metade da década de 1970 marcou também o surgimento de uma nova articulação entre capitais locais (privados e estatais) e o capital internacional no processo de desenvolvimento capitalista. As mudanças nas relações entre os setores público e privado colocaram em xeque a própria forma do Estado brasileiro, abrindo espaço para a afirmação do projeto neoliberal e o encerramento do ciclo desenvolvimentista.



Atende ao Objetivo 3

3.

Feitas as contas, quando se consideram a natureza conservadora do processo de transição no Brasil, seus meios autoritários e seus objetivos restritos, não surpreendem as razões do continuísmo do mesmo grupo no poder após 1985, ainda que à custa de seu transformismo político; nem o fato de que todo o processo de reforma tenha sido dirigido e executado pela mesma associação de políticos profissionais e gerais autoritários. A longevidade da tríade Arena-PDS-PFL, na cena política, não nos deixa esquecer que não houve uma verdadeira substituição dos grupos ligados à ditadura, mas uma acomodação no universo das elites, tendo as Forças Armadas passado para o fundo do palco, sem contudo, perder suas prerrogativas, como o poder de veto, por exemplo (CODATO, 2005, p. 99).

Leia o texto selecionado de Adriano Codato e explique por que, no entendimento do autor, a transição democrática no Brasil foi marcada pelo continuísmo.

Resposta Comentada

O processo de redemocratização, após mais de duas décadas de governos militares, deu-se por meio de uma solução negociada, através de entendimentos entre membros do regime e integrantes da oposição. Os partidos que deram sustentação à ditadura, como a Arena e o PDS (do qual surgiu a dissidência que deu origem ao PFL), permaneceram na coalizão de poder que assumiu o governo em 1985. Foram mantidas, também, as prerrogativas das Forças Armadas no controle da ordem interna.

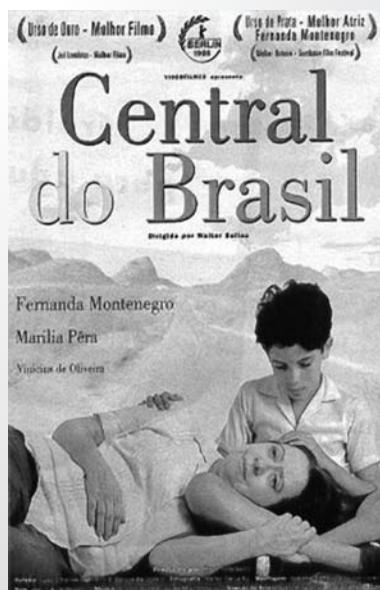


Indicação de filmes

Diversos documentários focalizaram os movimentos dos trabalhadores que, desde o final da década de 1970, marcaram sua emergência na cena política. Vejamos dois deles:

- *ABC da greve* (1990), de Leon Hirszman, aborda os acontecimentos na região do ABC paulista e a trajetória do movimento dos metalúrgicos em luta por melhores salários e condições de vida. Vídeo Filmes, 75 minutos.
- *Terra para Rose* (1987), de Tetê Moraes, retrata a luta de 1.500 famílias de trabalhadores sem terras que ocuparam uma fazenda no Rio Grande do Sul, em 1985. Sagres Filmes, 84 minutos.

Também obras de ficção abordaram a História do Brasil recente. O longa-metragem *Central do Brasil* (1998), de Walter Salles, narra o encontro entre uma professora aposentada e um menino, filho de imigrantes nordestinos, no Rio de Janeiro. A narrativa tem como pano de fundo as condições de vida em uma grande cidade brasileira ao final do século XX e questões como a migração de trabalhadores pobres.



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/pt/2/29/Central_do_Brasil_poster.jpg.

Indicação de sites

A Constituição de 1988 pode ser consultada no portal da Presidência da República:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm

CONCLUSÃO

Em abril de 1984, a derrota da Emenda Dante de Oliveira, que previa o retorno das eleições diretas para a presidência da República, demonstrou a força dos setores conservadores e seu papel destacado na condução do processo de abertura política no Brasil. A eleição indireta de Tancredo Neves e Jose Sarney para presidente e vice-presidente da República, em janeiro do ano seguinte, consagrou uma

solução negociada para a transição democrática, envolvendo setores da oposição, representados pelo PMDB, e também dissidentes do partido governista. Desse modo, com a doença e a morte de Tancredo Neves e a posse de José Sarney, em 1985, confirmou-se a presença, no comando do país, de antigos colaboradores da ditadura militar. Mantinham-se, dessa forma, laços de continuidade entre o regime autoritário e a nova etapa democrática que se iniciava. Em 1988, a promulgação da nova Constituição ensejou o surgimento de uma série de movimentos, exigindo a ampliação de direitos econômicos e sociais. A luta por melhores salários, emprego, educação e saúde pública de qualidade, e por uma mais justa distribuição da renda e da terra forneceu os temas centrais da agenda política brasileira na década de 1990.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Analise as imagens e a letra da música a seguir e responda à questão.

a) O “Milagre Brasileiro”:



Fonte: http://humordarwinista.blogspot.com/2011/04/anuncios-antigos-de-carros-antigos_21.html

b) "Comida" (Titãs, 1987):

Bebida é água/ comida é pasto

Você tem sede de quê?

Você tem fome de quê?

A gente não quer só comida/ a gente quer comida, diversão e arte

A gente não quer só comida/ a gente quer saída para qualquer parte

(...)

Fonte: Titãs, disco: *Jesus não tem dentes no país dos banguelas*, 1987.

Compare os dois momentos da história brasileira, identificados nas imagens e na música, quanto aos aspectos econômico e político.

Resposta Comentada

As imagens estão inseridas no contexto do "Milagre Econômico", como ficou conhecido o período de crescimento econômico acelerado, entre 1969 e 1973, durante a ditadura militar, e retratam o apelo ao consumo de classe média, por parte de empresas multinacionais. A música "Comida", dos Titãs, foi lançada em 1987, no contexto da consolidação democrática do país, após o retorno de um civil à presidência da República que encerrou o ciclo dos governos militares. Os versos espelham o processo pelo qual o otimismo que acompanhou o retorno da democracia foi pouco a pouco substituído por um profundo descontentamento com os baixos salários, o desemprego e a concentração de renda.

RESUMO

O projeto da "distensão lenta, gradual e segura", iniciado no governo de Ernesto Geisel (1974-1979), tomou impulso em 1979 com a aprovação da anistia e a reforma partidária. A instauração do pluripartidarismo permitiu a recomposição política de setores que haviam sido aliados pelo golpe militar de 1964, como os trabalhistas, liderados por Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), e a reunião de novos atores políticos, surgidos do movimento social e das lutas dos trabalhadores do final da década de 1970, no Partido dos Trabalhadores (PT). O retorno da democracia política, porém, foi adiado com a derrota do movimento "Diretas já" em abril de 1984. A primeira eleição de um civil à presidência da República, após duas décadas de governos militares, ocorreu, portanto, através de um pleito indireto.

Em outubro de 1988, a promulgação da nova Constituição representou um marco importante da transição democrática, ao consagrar importantes direitos individuais e coletivos. A eleição direta para presidente, enfim, deu-se em 1989, com a vitória de Fernando Collor.

História do Brasil IV

Referências

Aula 9

ABREU, A. A. et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001. 5 v.

BORGES, Nilson. A doutrina de segurança nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1996.

OLIVEIRA, Eliézer R. de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.

SKIDMORE, T. *De Getúlio a Castelo*. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. São Paulo: Editora Artenova, 1975.

_____. *Os militares: da abertura à nova república*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

Aula 10

ABREU, A. A. et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001. 5. v.

BANDEIRA, L. A. M. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Brasília/Rio de Janeiro: Ed. UNB: Revan, 2001.

BRIZOLA convoca a resistência ao golpe. Discurso no rádio. Porto Alegre (1961). Disponível em: <http://www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=brizola-convoca-a-resistencia-ao-golpe-discurso-no-radio-porto-alegre-1961>. Acesso em: 18 abr. 2011.

D'ARAÚJO, M. C.; SOARES, G. O.; CASTRO, C. (Org.) *Visões do golpe: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DISCURSO de João Goulart no comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, Rio de Janeiro. Instituto João Goulart. Disponível em: <<http://www.institutojoaogoulart.org.br/conteudo.php?id=31>>. Acesso em: 18 abr. 2011.

DREIFUSS, R. A. 1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3.

FERREIRA, M. de M. (Org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

FGV CPDOC. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 18 abr. 2011.

FICO, C. et. al. (Org.). 1964-2004: 40 anos do golpe. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

GASPARI, E. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, A. de C.; FERREIRA, J. *Jango: múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

MATTOS, M. B. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. *Revista Brasileira de História*. v. 28, n. 55, p. 245-263, 2008.

REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Org.) *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: São Paulo: EDUSC, 2004.

SKIDMORE, T. *De Getúlio a Castelo*. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. *Uma história do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 208 p.

TOLEDO, C. N. de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*. v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004.

Aula 11

ABREU, A. A. et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001. 5. v.

ALMEIDA, M. H. T. A.; WEISS, L. Carro zero e pau de arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, L. M. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 319-409.

- ALVES, M; H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- CASTELLO BRANCO, Carlos. Da conspiração à revolução. In: DINES, Alberto et al. *Os idos de março e a queda de abril*. Rio de Janeiro: José Álvaro Ed., 1964. p. 305-306.
- D'ARAUJO, M. C.; SOARES, G. A. D.; CASTRO, C. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- DINES, A. et al. *Os idos de março e a queda de abril*. Rio de Janeiro: José Álvaro Ed., 1964.
- FICO, C. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 167-205. v.4.
- GASPARI, E. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- MANO, Lucyanne. 1968 – é decretado o Ato Institucional nº 05. Disponível em: <<http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=6283>>. Acesso em: 27 abr. 2011.
- REZENDE, M. J. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade*. Londrina: UEL, 2001.
- _____. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade*. Londrina: Ed. UEL, 2001. p. 73-74.
- RIDENTI, M. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.
- SKIDMORE, T. *De Castelo a Tancredo*. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

Aula 12

- ABREU, A. A. et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001. 5 v.
- BRASIL. Lei n.º 6.151, de 4 de dezembro de 1974. Dispõe sobre o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) para o período de 1975 a 1979. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 1974.
- CAMPOS, Adriana Fiorotti. O II PND e o processo de estatização da dívida externa: a crise das estatais e a sua posterior privatização. *Raízes*, ano 18, n.º. 19, p. 49-64, maio 1999.
- CARDOSO, Fernando Henrique; LAMOUNIER, Bolívar. *Os partidos e as eleições de 1974*. São Paulo: Paz e Terra, 1975.

CARNEIRO, Dionísio Dias; MODIANO, Eduardo. Ajuste externo e desequilíbrio interno: 1980-1984. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.) *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1989-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 323-346.

CARNEIRO, Dionísio Dias; MODIANO, Eduardo. Crise e esperança: 1974-1980. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.) *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1989-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 295-322.

DELORME, Luiz Carlos; SÁ EARP, Fábio. O milagre brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.) *O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996.

FONTES, Virgínia; MENDONÇA, Sônia. *História do Brasil recente: 1964-1992*. São Paulo: Ática, 2004.

IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 279.

MENDONÇA, Sônia; FONTE, Virgínia. *História do Brasil recente, 1964-1992*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2004, p. 23.

SKIDMORE, T. *De Getúlio a Castelo*. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

SKIDMORE, T. *Uma história do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

VERBETES do dicionário histórico-biográfico brasileiro – DHBB. In: DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 25 maio 2011.

Aula 13

ABREU, A. A. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001. 5 v.

ALMEIDA, M. H. T. de A.; WEISS, L. Carro zero e pau de arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, L. M. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 319-409.

ARAÚJO, M. P. N. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, F.; REIS FILHO, D. A. *Revolução e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 321-353. (As esquerdas no Brasil, 3).

BRASIL: nunca mais: direitos humanos na internet. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/dados/projetos/dh/br/tnmais/index.html>>. Acesso em: 5 jul. 2011.

FARIA, Glauco. Quem luta, acerta e erra; quem não luta, só erra, *Revista Fórum*, São Paulo, 26 maio 2008. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/conteudo/detalhe_noticia.php?codNoticia=3024>. Acesso em: 05 jul. 2011.

GORENDER, J. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

MARTINS, Franklin. Manifesto do sequestro do embaixador americano. *Conexão política*. 4 set. 1969 Disponível em: <http://www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=manifesto-do-sequestro-do-embaixador-americano-rio-1969>. Acesso em: 05 jul. 2011.

MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil dos anos 1960. In: FERREIRA, F.; REIS FILHO, D. A. *Revolução e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 183-198. (As esquerdas no Brasil, 3).

REIS FILHO, D. A. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense: Brasília, 1990.

RIDENTI, M. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, F.; REIS FILHO, D. A. *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil, 3). p. 49.

_____. O fantasma da revolução brasileira. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: _____. *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 21-51. (As esquerdas no Brasil, 3).

Aula 14

ABREU, A. A. et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001. 5 v.

ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

ALMEIDA, M. P. *Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo In: _____. *As políticas sociais e o estado democrático pós-neoliberalismo*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

BRANDÃO, André Augusto. Liberalismo, neoliberalismo e políticas sociais. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 36, ano 12, ago., 1991.

BRASIL. Presidente (1990-1992: F. Collor). *Brasil: um projeto de reconstrução nacional*. Brasília, 1991.

_____. Presidente (1990-1992: F. Collor). *Mensagem ao Congresso Nacional na abertura da 2ª sessão legislativa ordinária da 49ª Legislatura*. Brasília, DF, 1992.

CARDOSO, F. H. Por um Brasil solidário. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 2 jan. 1999.

_____. *Arte da política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Discurso no Senado Federal*, 14 de dezembro de 1994.

_____. Notas sobre a reforma de estado. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 50, 1998.

DEL PRIORE, Mary et al. *Documentos de história do Brasil: de Cabral aos anos 90*. São Paulo: Scipione, 1997, p. 98-99.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

MELO, Fernando Afonso Collor. Discurso. Brasília, DF, Congresso Nacional, 15 mar. 1990.

OLIVEIRA, Francisco. *As políticas sociais e o estado democrático pós-neoliberalismo*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

_____. Neoliberalismo à brasileira. In: _____. *A falsificação da ira*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

OLIVEIRA, Francisco. Quem tem medo da governabilidade? *Novos Estudos CEBRAP*, n. 41, mar. 1995.

WELTMAN, Fernando et al. *A imprensa faz e desfaz um presidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

Aula 15

ABREU, A. A. et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001. 5. v.

ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

ARAÚJO, M. P. N. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, F.; REIS FILHO, D. A. *Revolução e democracia 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 321-353. (As esquerdas no Brasil, 3).

CARVALHO, A. Características da transição no Brasil. In: LINHARES, M. Y. *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 376-379.

- CODATO, A. N.. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia Política*. n. 25, p. 83-106, 2005.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1996.
- GASPARI, E. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- LAMOUNIER, B. *Partidos e utopias: o Brasil no limiar dos anos 90*. São Paulo: Edições, 1989.
- LIMA JUNIOR. *Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80*. São Paulo: Loyola, 1993.
- MARTINS, L. A política (e os limites) da abertura. ensaios de opinião. *Ensaio de Opinião*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 18-33, dez./ago., 1980.
- REIS FILHO, D. A. O partido dos trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, F.; REIS FILHO, D. A. *Revolução e democracia (1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil, 3). p. 503-540.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- SALLUM JÚNIOR, B. *Labirintos. dos generais à Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTANA, M. A. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 103-120, out. 1999.
- SILVA, F. C. T. Brasil, em direção ao século XXI. In: LINHARES, M. Y. *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- SILVA, F. C. T. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003. p. 243-282. v. 4.
- SKIDMORE, T. *De Castelo a Tancredo*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- SKIDMORE, T. *Uma história do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.